

Mercantilismo

O conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus – principalmente das monarquias absolutistas – durante a Idade Moderna recebe o nome de mercantilismo. Esse termo foi cunhado *a posteriori* por economistas do século XIX que criticavam tais medidas. As primeiras práticas mercantilistas tiveram origem em meados do século XV, quando a Europa sofria com a escassez de metais preciosos, e atingiram seu auge no século XVI.

A crença na intervenção do Estado na economia era um dos fundamentos do mercantilismo. Nesse contexto, com o objetivo de fortalecer os países europeus, os chefes de Estado aprovavam leis que regulavam as atividades econômicas em seu território, impondo limites ao livre mercado. Tais medidas visavam, principalmente, à acumulação de metais preciosos e à consequente sustentação dos Estados. O ouro e a prata, transformados em moeda, garantiram a formação da burocracia estatal e a manutenção de um poderoso Exército e de uma frota naval.

Nos reinados de Henrique VIII e de Elizabeth I, ao longo do século XVI, o Parlamento inglês “aprovava ‘pilhas de estatutos’, que controlavam muitos aspectos da vida econômica, da defesa nacional, níveis estáveis de salários e preços, padrões de qualidade dos produtos industriais, apoio aos indigentes e punição aos preguiçosos, e outros desejáveis objetivos sociais”.

STONE, Lawrence. *As causas da Revolução Inglesa – 1529-1642*. São Paulo: Edusc, 2000. [Fragmento]

Apesar de ter sido uma prática predominante durante boa parte da Idade Moderna, a intervenção do Estado na economia foi alvo de severas críticas pelos teóricos liberais do século XIX. Para eles, a atuação estatal provocava uma limitação ao desenvolvimento econômico e o atraso das nações. Desse modo, a consolidação do sistema capitalista no século XIX foi acompanhada da redução do papel do Estado no plano econômico.

PRÁTICAS MERCANTILISTAS

As práticas mercantilistas variaram com o passar dos séculos e de um Estado para outro. Algumas estratégias comuns, no entanto, podem ser verificadas.

A principal intenção dessas práticas era garantir uma balança comercial favorável aos países da Europa, uma vez que, durante a Idade Moderna, pensava-se que todas as riquezas do mundo estavam numa posição estática e constante, razão pela qual o comércio era tido como uma atividade em que havia um ganhador e um perdedor, sendo o seu resultado equivalente a uma soma zero. Nesse sentido, a nação que conseguisse um saldo positivo em suas transações comerciais garantiria sua superioridade em relação às demais.

Para garantir o sucesso na acumulação de riquezas, era necessário, ainda, que houvesse a regulamentação do comércio de produtos vindos do exterior. O aumento das tarifas alfandegárias foi o principal método para alcançar tal objetivo, uma vez que a taxa sobre produtos estrangeiros reduzia as chances da entrada destes em um Estado e, como consequência, impedia a saída de metais preciosos.

Se, no plano internacional, a tendência foi o estabelecimento de taxas aduaneiras, internamente havia a necessidade da eliminação das barreiras. Dessa forma, a unificação dos mercados dentro de um mesmo país foi uma característica desse período e também colaborou para o fortalecimento econômico dos Estados.

O investimento nas manufaturas nacionais também foi comum, posto que o fortalecimento da produção manufatureira impedia a concorrência no mercado internacional e evitava a necessidade da aquisição de produtos estrangeiros. Os monarcas incentivavam a produção interna por meio da concessão de privilégios aos interessados.

[...] a fim de ajudá-los no grande investimento necessário a esse estabelecimento concedemos aos ditos industriais a soma de 180 000 libras, soma essa que conservarão por 12 anos sem o pagamento de juros, e no fim desse tempo serão chamados a nos devolver apenas 150 000 libras e as restantes lhes serão dadas como prêmio.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. [Fragmento]

Em muitos casos, a determinado produtor era concedido até o monopólio da produção de certos artigos em regiões específicas do reino.

Desejando tratar favoravelmente o senhor Van Robais e servir-me dele como exemplo para atrair os estrangeiros que primam em qualquer espécie de manufatura, a fim de que venham estabelecer-se em nosso reino, pedimos ao prefeito e aos magistrados que lhe forneçam alojamentos convenientes para a instalação dos teares [...]. Queremos que ele [Van Robais] e os trabalhadores estrangeiros sejam considerados súditos do rei e naturalizados [...]. Ele será ainda isento de impostos, da corveia e de outros encargos públicos durante a vigência da presente concessão [...]. Permitimos a esse empresário e aos operários que continuem a professar a religião reformada [...]. Proibimos a outras pessoas imitar ou falsificar a marca dos ditos tecidos, pelo prazo de vinte anos, bem como que se estabeleçam na cidade de Abbeville e a dez léguas de seus arredores oficinas de tecelagem semelhantes [...].

LUÍS XIV, ao autorizar o estabelecimento de manufatura em Abbeville, no ano de 1651. [Fragmento]

O estabelecimento dos monopólios foi prática comum entre as nações mercantilistas, pois a concessão do controle de determinadas atividades econômicas a particulares garantia a presença do Estado na regulação da economia e atendia aos interesses dos grandes comerciantes. Tais restrições impostas à livre-circulação de mercadorias foram fundamentais para o enriquecimento dos comerciantes durante parte da Idade Moderna.

Outra forma de enriquecimento dos comerciantes foi a utilização do monopólio sobre as atividades coloniais, conhecido como exclusivo colonial, que também fez parte desse conjunto de práticas. Teoricamente, a colônia deveria oferecer melhores condições comerciais ao país a que estava submetida – a metrópole –, fornecendo matéria-prima de maneira exclusiva e consumindo os produtos manufaturados metropolitanos, como é exposto no trecho a seguir.

O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas.

Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império [...].

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Sendo o comércio a principal atividade geradora de riquezas, era fundamental, naquele contexto, o investimento em uma potente Marinha mercante. O incentivo à produção naval garantia o controle dos mares, principal rota de comércio entre a América e a Europa. Uma poderosa Marinha de guerra também poderia significar a proteção das frotas comerciais e vitórias nas inúmeras batalhas entre os recém-formados Estados, já que muitas das disputas entre os países foram, na época, resolvidas por meio da guerra.

Apesar do esforço das metrópoles em manter inabalável o exclusivo colonial, é válido ressaltar que esse monopólio nem sempre foi tão rígido. Em maior ou menor escala, as colônias de Portugal, da Espanha e da Inglaterra desfrutaram de certa liberdade no interior desse sistema.

MERCANTILISMO NA PENÍNSULA IBÉRICA

A conquista colonial determinou as características do mercantilismo na Península Ibérica, pois as riquezas provenientes das colônias favoreceram a tendência metalista de suas economias. O monopólio sobre o comércio com a América foi fundamental para Portugal e Espanha. Estima-se que 18 mil toneladas de prata e 200 toneladas de ouro foram extraídas da América e levadas para a Europa. Também conhecido como **bulionismo**, o mercantilismo ibérico caracterizava-se pela preocupação com o acúmulo de metais preciosos, o que levou ao estabelecimento de uma rígida política colonial por parte das Coroas ibéricas.

A Espanha, privilegiada pela riqueza das suas colônias, estabeleceu uma série de métodos para garantir os lucros com a exploração dos metais preciosos provenientes das minas do México e do Peru, como o sistema de comboios anuais e o regime de porto único, que visavam ao controle sobre o ouro e a prata.

O país contava, ainda, com a Casa de Contratação, com sede em Sevilha, que foi um poderoso órgão de regulamentação do comércio colonial, e com uma forte Marinha de guerra, conhecida como a Invencível Armada, que auxiliava a Espanha na proteção das riquezas.

A Coroa portuguesa também se esforçou, embora de forma menos organizada, no sentido de controlar a extração dos metais preciosos. No século XVIII, auge do período de exploração aurífera nas Minas Gerais, uma série de impostos foi criada visando a impedir os desvios e o contrabando do metal. Além disso, foi criada a Casa de Fundição e delimitado o Distrito Diamantino, com o objetivo de ampliar o controle na região das Minas.

Tanto na colonização espanhola quanto na portuguesa, a excessiva dependência das riquezas coloniais provocou consequências negativas nas economias metropolitanas. Se entre os séculos XVI e XVII esses países viveram o seu período áureo, nos séculos XVIII e XIX, sua força econômica foi reduzida. A pouca preocupação com o desenvolvimento interno de suas economias levou a um cenário de dependência externa e pouco crescimento logo no início da Idade Contemporânea.

MERCANTILISMO NA FRANÇA

As medidas adotadas pela monarquia francesa, principalmente no século XVII, receberam o nome de **industrialismo** ou **colbertismo** graças ao ministro de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, que foi o responsável pela aplicação de práticas de incentivo ao desenvolvimento das manufaturas francesas. O colbertismo, que se caracterizou pela produção de artigos de luxo, tecidos finos, tapeçaria, vidros e papel, visava a manter a balança comercial favorável. As conquistas coloniais também foram responsáveis pelo fortalecimento do Estado francês, que, por meio do investimento na Marinha e na pirataria, atuou sistematicamente na América, conquistando, assim, metais preciosos e o fortalecimento do poder absolutista.

MERCANTILISMO NA INGLATERRA

O incentivo às manufaturas, principalmente têxteis, a limitação das importações e a tentativa de controle da saída de matéria-prima também foram comuns à Inglaterra, caracterizando, assim, a variação mercantilista denominada **comercialismo**.

Durante o reinado de Elizabeth (1533-1603), o estímulo à pirataria foi uma outra fonte de arrecadação para o Estado inglês. Os corsários recebiam autorização da Coroa para pilhar galeões espanhóis carregados de riquezas coloniais. Além disso, os Atos de Navegação, editados anos mais tarde, durante o processo revolucionário inglês do século XVII, dificultaram a entrada de navios estrangeiros em seus portos, atacando, principalmente, os interesses holandeses. Tais estímulos ao fortalecimento da Marinha foram fundamentais para o controle inglês sobre os oceanos, principalmente após as vitórias sobre a Invencível Armada espanhola e sobre as frotas holandesas.

Além de consolidarem uma estrutura comercial na própria Europa, os ingleses atuaram também em outras partes do mundo. Nas Índias, a atuação inglesa era coordenada pela Companhia das Índias Orientais. Já na América, a colonização das Treze Colônias e das Antilhas inglesas garantiu o fornecimento de gêneros agrícolas e mercado consumidor para a Inglaterra.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAIS

As práticas mercantilistas colaboraram para o desenvolvimento da economia capitalista, estando ligadas à sua consolidação no século XIX, afinal, as riquezas originárias desse período permitiram a ocorrência do processo conhecido como acumulação primitiva de capitais. A pilhagem do mundo colonial e os lucros oriundos do tráfico de escravos também contribuíram para a chamada Revolução Comercial e para o fortalecimento da classe burguesa. Esse acúmulo levou, no século XVIII, à eclosão e à expansão do capitalismo industrial cujo foco era a Inglaterra. De acordo com Karl Marx:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coudada para a caça comercial de peles-negras assinalam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco.

MARX, Karl. *O capital*.
São Paulo: Nova Cultural, 1988. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFMG) Todas as alternativas apresentam medidas que expressam formas através das quais o mercantilismo se exerceu, exceto
- M4ZP
- A) Abolição das aduanas internas.
 - B) Balança comercial favorável.
 - C) Incentivo ao crescimento demográfico.
 - D) Política tarifária protecionista.
 - E) Tributação exclusivamente colonial.

- 02.** (ESPM-SP-2016) Já que os governos acreditavam nessa teoria de que quanto mais ouro e prata houvesse num país, tanto mais rico este seria, o passo seguinte era óbvio. Baixaram-se leis proibindo a saída desses metais do país. Um governo após outro tomou essa medida.

Tais medidas podiam conservar no país o ouro e a prata já existentes nele. Mas como se haviam os países que não dispunham desses recursos? Como podiam enriquecer?

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*.

Assinale a alternativa que apresente, respectivamente, do que trata o texto e qual o mecanismo que responde à interrogação ao final do trecho:

- A) Feudalismo – metalismo.
 - B) Feudalismo – monopólio.
 - C) Mercantilismo – balança comercial favorável.
 - D) Mercantilismo – livre-cambismo.
 - E) Liberalismo – intervencionismo.
- 03.** (Fatec-SP) A respeito do mercantilismo, é correto afirmar:
- A) Foi uma doutrina desenvolvida exclusivamente na Península Ibérica e sustentava que o desenvolvimento econômico era obtido graças ao comércio e à produção de gêneros agrícolas.
 - B) Tratou-se de um conjunto de ideias sociais que confrontava os privilégios da nobreza e do clero em defesa dos interesses dos setores mercantis e manufatureiros.
 - C) Tratou-se de um conjunto de práticas e ideias religiosas desenvolvido nas regiões europeias de penetração protestante e associada, sobretudo, ao calvinismo e ao luteranismo.
 - D) Foi um conjunto de práticas e ideias econômicas que visava ao enriquecimento dos Estados europeus por meio, principalmente, do metalismo, da exploração colonial, de práticas protecionistas e de uma balança comercial favorável.
 - E) Foi uma doutrina econômica desenvolvida na Inglaterra e que defendia o livre-comércio, o fim das barreiras alfandegárias, o desenvolvimento industrial e a abolição das relações escravistas de produção.

- 04.** (UFMG) Considerando-se o papel e a importância do mercantilismo, é incorreto afirmar que
- A) essa doutrina tinha como fundamento básico a convicção de que o Estado deveria interferir nos processos econômicos.
 - B) as políticas fundamentadas nessa doutrina abarcavam as relações entre os países da Europa Ocidental e, também, os laços entre estes e suas colônias.
 - C) o principal aspecto dessa doutrina era a adoção de ações planejadas para fomentar a industrialização da economia.
 - D) essa doutrina consistia num conjunto de pressupostos e crenças econômicas vigentes no período de formação e apogeu dos Estados Modernos.

- 05.** (UFAL) No século XVI, o mercantilismo, como doutrina econômica de sustentação das políticas absolutistas das nações europeias, estabelecia
- A) a restrição das exportações para evitar o depauperamento dos cofres nacionais.
 - B) o livre-comércio internacional entre as nações coloniais, o que caracterizava o escambo.
 - C) que a riqueza de uma nação era avaliada pela quantidade de metal nobre que acumulasse.
 - D) a internacionalização das tarifas alfandegárias para facilitar o intercâmbio entre as nações ricas.
 - E) o retorno às atividades agrícolas como forma de garantir uma balança comercial favorável.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (FAMERP-SP-2015) Entre as principais características do mercantilismo, podemos citar
- A) o esforço de manter a balança comercial favorável, a crítica ao colonialismo e a defesa do livre comércio.
 - B) a defesa do livre comércio, o metalismo e o protecionismo.
 - C) o metalismo, o protecionismo e o esforço de manter a balança comercial favorável.
 - D) a crítica ao colonialismo, a defesa do livre comércio e o metalismo.
 - E) o protecionismo, o esforço de manter a balança comercial favorável e a crítica ao colonialismo.
- 02.** (FCI-SP) O mercantilismo não era um sistema em nosso sentido da palavra, mas antes um número de teorias econômicas aplicadas num esforço para conseguir riqueza e poder.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*, 1983 (Adaptação).

Na prática econômica conhecida como mercantilismo, a atuação do Estado

- A) é inexistente, uma vez que essa prática econômica é baseada na não intervenção do governo na economia.
- B) é relativa, pois somente as colônias do continente americano são responsáveis diretamente do Estado nessa prática.
- C) é baseada na regulamentação dos preços dos produtos nacionais, porém sem agir sobre a política alfandegária.
- D) é efetiva, uma vez que essa prática é baseada no controle direto do governo sobre a economia.
- E) é atuante no sentido de garantir meios e estrutura para sua prática, mas sem participar diretamente do processo.

03.
N2M7

(UFRN) Thomas Mun, pensador inglês do século XVII, analisando o conjunto de práticas e ideias econômicas adotadas pelos Estados Modernos, afirmou:

O recurso comum [...] para aumentar nossa riqueza e tesouro é pelo comércio externo, no qual devemos observar algumas regras rígidas. A primeira é vender mais aos estrangeiros, anualmente, do que consumimos de seus artigos. A parte de nosso *stock* que não nos for devolvida em mercadorias deverá necessariamente ser paga em dinheiro [...].

MUN, Thomas. In: FREITAS, Gustavo de. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1976. v. 2. p. 223.

O conjunto das práticas e ideias econômicas a que o texto faz referência constitui o

- A) liberalismo econômico, que propunha a consolidação da aliança política e econômica dos reis absolutistas com as burguesias nacionais.
- B) mercantilismo, cujos princípios incluíam a manutenção de uma balança comercial favorável e o acúmulo de metais preciosos.
- C) mercantilismo, que defendia a completa eliminação do metalismo, mediante a criação de uma balança comercial superavitária.
- D) liberalismo inglês, para o qual a intervenção do Estado era a única forma de uma nação superar a pobreza.

- 04.** (Unit-AL-2018) O mercantilismo não é, efetivamente, uma política econômica que vise ao bem-estar social, como se diria hoje; visa ao desenvolvimento nacional a todo custo. Toda forma de estímulo é legitimada, a intervenção do Estado deve criar todas as condições de lucratividade para as empresas poderem exportar excedentes ao máximo. NOVAIS. 1981. p. 122.

Em relação à ideia central do texto, é correto afirmar que uma característica das práticas mercantilistas está indicada na alternativa

- A) Estimula a concorrência entre produtos estrangeiros e nacionais, reduzindo os tributos alfandegários.
- B) Permite a exportação de matérias-primas para obter *superavit* comercial.
- C) Pressupõe uma ampla intervenção do Estado na economia.
- D) Dá ampla liberdade às suas colônias para comercializar com outras nações, a fim de promover o enriquecimento da metrópole.
- E) Admite que a riqueza da nação se justifica através do seu bem-estar social.

05.
TVZH

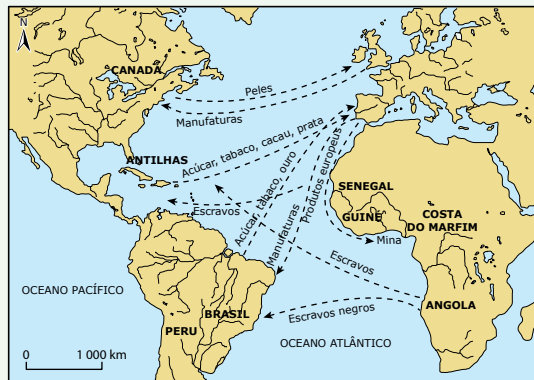
(PUC-Campinas-SP-2016) Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira, de Paulo Prado (escritor a quem Mário de Andrade dedicou Macunaíma), é hoje um livro quase esquecido. Quando saiu, porém, alcançou êxito excepcional: quatro edições entre 1928 e 1931. O momento era propício para tentar explicações do Brasil, país que se via a si mesmo como um ponto de interrogação. Terra tropical e mestiça condenada ao atraso ou promessa de um eldorado sul-americano?

BOSI, Alfredo. *Céu, Inferno*. São Paulo: Ática, 1988. p. 137.

A busca de metais preciosos ou de um eldorado onde o ouro fosse abundante foi a utopia de diversos conquistadores europeus. A acumulação de metais preciosos, por nações como Espanha e Portugal, na época moderna, era

- A) um desdobramento da expansão capitalista, momento em que o liberalismo comercial se firmou gerando o enriquecimento da burguesia, livre da intervenção econômica até então exercida pelo Estado.
- B) um procedimento que emergiu após as descobertas de jazidas no Novo Mundo, quando os metais preciosos se tornaram o principal produto comercial negociado mundialmente.
- C) uma maneira discutível de se dimensionar a riqueza de um Estado, por meio do sistema contábil conhecido por metalismo, que se baseava no estoque de metais extraídos em cada país.
- D) uma prática que deve ser compreendida no contexto do sistema mercantil vigente, em que o Estado buscava tal acúmulo visando manter a balança comercial sempre positiva e defender sua moeda.
- E) uma riqueza ilusória, considerando que os tesouros adquiridos foram rapidamente empregados no desenvolvimento industrial desses países, que não resistiu à concorrência inglesa.

06. (UFG-GO) Analise a imagem a seguir.



TROCAS comerciais entre metrópoles e colônias.

Disponível em: <<http://historiaonlineceen.blogspot.com.br/2012/10/pacto-colonial.html>>. Acesso em: 08 nov. 2013 (Adaptação).

Por mercantilismo designa-se o conjunto de ideias e práticas econômicas desenvolvidas pelos Estados Nacionais Modernos entre os séculos XV e XVIII, que marcou a relação entre as metrópoles e suas colônias. Diante do exposto, explique como a imagem apresentada remete

- a um princípio do mercantilismo;
- à relação entre as metrópoles e as colônias.

07. (UFMG) Leia este trecho:

Este fluxo de prata é despejado em um país protecionista, barricado de alfândegas. Nada sai ou entra em Espanha sem o consentimento de um governo desconfiado, tenaz em vigiar as entradas e as saídas de metais preciosos. Em princípio, a enorme fortuna americana vem, portanto, terminar num vaso fechado. Mas o fecho não é perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo à época de Felipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983-1984. v. 1. p. 523-527.

- Identifique a prática econômica a que se faz referência nesse texto.
- Cite o principal objetivo dessa prática.
- Mas o fecho não é perfeito [...] Ou dir-se-ia tão comumente que os Reinos de Espanha são as “Índias dos outros Reinos Estrangeiros”.

Explique o sentido histórico dessa frase.

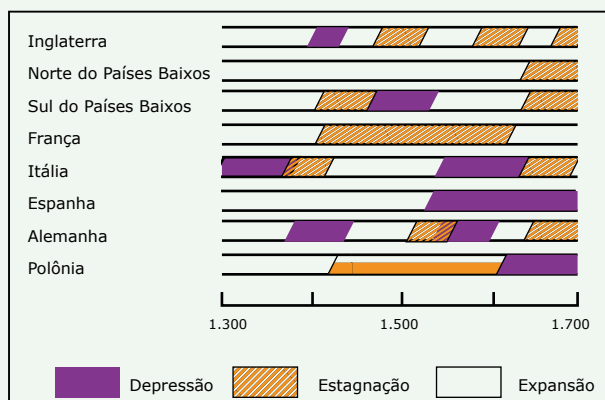
08. (FGV-2015) O Estado era tanto o sujeito como o objeto da política econômica mercantilista. O mercantilismo refletia a concepção a respeito das relações entre o Estado e a nação que imperava na época (séculos XVI e XVII). Era o Estado, não a nação, o que lhe interessava.

HECKSCHER, Eli F. *La época mercantilista*. 1943. p. 459-461 apud MARQUES, Adhemar et al. *História moderna através de textos*. 1989. p. 85 (Adaptação).

Segundo o autor,

- as relações profundas entre o Estado absolutista e o nacionalismo levaram à intolerância e a tudo o que impedia o bem-estar dos súditos, unidos por regulamentações e normas rígidas.
- as práticas econômicas intervencionistas do Estado absolutista tinham o objetivo específico de enriquecer a nação, em especial, os comerciantes, que impulsionavam o comércio externo, base da acumulação da época.
- o mercantilismo foi um sistema de poder, pois o Estado absolutista implantou práticas econômicas intervencionistas, cujo objetivo maior foi o fortalecimento do poder político do próprio Estado.
- o Estado absolutista privilegiou sua aliada política, a nobreza, ao adotar medidas não intervencionistas, para preservar a concentração fundiária, já que a terra era a medida de riqueza da época.
- a nação, compreendida como todos os súditos do Estado absolutista, era o alvo maior de todas as medidas econômicas, isto é, o intervencionismo está intimamente ligado ao nacionalismo.

09. (PUC Rio) Observe o gráfico das tendências econômicas de alguns países europeus (1500-1700):



CIPOLLA, Carlo M. *História econômica da Europa pré-industrial*. Lisboa: Ed. 70, 2000. p. 278.

Sobre as causas dessas tendências, é correto afirmar que

- a prata americana deu à Espanha do século XVI um poder de compra que acabou provocando o desenvolvimento manufatureiro holandês e inglês no século seguinte.
- as guerras religiosas incentivaram a produção de armas e permitiram o crescimento econômico dos principados luteranos da Europa Central, em meados do século XVI.
- o afluxo dos tesouros americanos permitiu à Espanha ter um período de enriquecimento e expansão no século XVII.
- a estreita relação entre comércio externo e setor manufatureiro e a manutenção da união com a Espanha foram as bases do "milagre" holandês do século XVII.
- o controle dos mares, as grandes reservas de carvão e o uso de energia a vapor para mecanizar a produção manufatureira explicam a expansão constante da economia inglesa entre 1550 e 1700.

SEÇÃO ENEM

01. [...] A intervenção do Estado na economia no momento negativo é uma receita aprendida na primeira grande crise global em 1929, quando as economias dos países mais ricos entraram em depressão [...]. Existe a possibilidade até de os Estados Unidos e a Inglaterra estatizarem bancos sob ameaça. "Não é ideologia estatizante, mas a única alternativa que eles estão vendo."

Disponível em: <<https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/918931/crise-economica-alimenta-revanche-de-quem-se-opunha-a-privatizacao>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

Com base nos conhecimentos sobre as relações entre Estado e economia, pode-se afirmar que

- as práticas mercantilistas durante a Idade Moderna caracterizavam-se pela atuação direta do Estado no âmbito econômico.
- o liberalismo econômico do século XIX reforçou a tendência intervencionista ao afirmar ser necessária a atuação do Estado na economia.
- as soluções para a recente crise foram caracterizadas pelo afastamento do Estado em relação às atividades econômicas.
- a intervenção do Estado no âmbito econômico foi uma prática surgida no século XX com o objetivo de conter as crises do capitalismo.
- as relações entre Estado e economia foram pautadas, desde a formação do mundo moderno, pela intervenção direta nos setores econômicos.

02. A ideia mercantilista de balança comercial – a crença em que uma nação enriquece quando suas exportações excedem suas importações – tornou-se um conceito central do pensamento econômico subsequente. Foi indubitavelmente influenciado pelo conceito de equilíbrio da mecânica newtoniana, e era inteiramente compatível com a visão de mundo limitada das monarquias insuladas e escassamente povoadas desse tempo. Mas, hoje, em nosso mundo superpovoado e interdependente, é óbvio que nem todas as nações podem ganhar simultaneamente no jogo mercantilista. O fato de muitas nações – o Japão é o exemplo recente mais notório – ainda tentarem manter balanças comerciais inclinadas a seu favor pode redundar em guerras comerciais, depressões e em um conflito internacional.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1993. [Fragmento]

A análise do trecho nos permite concluir que

- se tornou extremamente importante repensar o mercantilismo para a melhor compreensão dos fenômenos econômicos contemporâneos.
- o fato de o Japão não ter experimentado um sistema mercantilista clássico durante a Idade Moderna explica sua postura imprudente no cenário econômico mundial de hoje.
- as monarquias modernas, sustentadas pelas noções mercantilistas, se apresentaram mais capazes de manter relações econômicas diplomáticas que as nações contemporâneas.
- ainda que as nações desejem atingir *superavits*, a manutenção de uma conduta mercantilista rígida para obtê-los no mundo contemporâneo é perigosa.
- as bases científicas do mundo renascentista, especialmente a newtoniana, foram fundamentais para que as monarquias mercantilistas tivessem mais *superavit* que as nações de hoje.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. C
- 03. D
- 04. C
- 05. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. B
- 04. C
- 05. D
- 06.
 - A) O incentivo à produção manufatureira, a partir da fácil aquisição de matérias-primas em áreas coloniais, foi um princípio importante do mercantilismo, uma vez que ele garantia o abastecimento do mercado interno, além da exportação do excedente produtivo.
 - B) A imagem expõe a produção de açúcar, tabaco e ouro no Brasil, enviada exclusivamente à sua metrópole, Portugal, em contrapartida ao escoamento de produtos manufaturados à colônia portuguesa. Identifica-se relação semelhante entre Inglaterra e suas colônias, com relação à produção de peles e manufatura. O exclusivismo comercial foi prática recorrente dentro da lógica colonialista.
- 07.
 - 1. A prática mercantilista do metalismo ou bulionismo.
 - 2. O principal objetivo dessas práticas era o fortalecimento dos Estados Modernos. Tal fim seria obtido por meio da busca da balança comercial favorável, do protecionismo alfandegário e das medidas monopolistas.
 - 3. A frase demonstra a dificuldade da Espanha em manter as riquezas obtidas na América no interior de seu reino. Apesar de um rígido sistema de fiscalização sobre as colônias, parte dos metais provenientes da América se direcionou, por meio de transações comerciais, para outras regiões da Europa.
- 08. C
- 09. A

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Renascimento

O termo “Renascimento” designa um conjunto de transformações na mentalidade do homem europeu ocorrido entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Essas mudanças se refletiam na crescente valorização e no estudo das atividades humanas – o humanismo – e em uma postura mais racional e individualista diante do mundo em que viviam aqueles homens.

Historiadores e pensadores do século XIX associaram essas transformações a uma ruptura radical em relação ao Período Medieval: Jacob Burckhardt, em seu livro *A civilização do Renascimento na Itália*, escreveu que,

[no Período Medieval] a consciência humana [...] repousava sonhadora ou semiacordada sob um véu comum. O homem estava consciente de si próprio apenas como membro de uma raça, povo, partido, família, ou corporação – apenas através de uma qualquer categoria geral. [No Renascimento], este véu evaporou-se [...] o homem tornou-se um indivíduo espiritual e reconheceu-se a si mesmo como tal.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UnB, 1991. [Fragmento]

Essa noção de ruptura com o mundo medieval foi uma ideia muito difundida entre os renascentistas. Para eles, o que ocorria era um novo nascimento após um período de ignorância e de escuridão.

Dessa forma, a Idade Média passou a ser vista como a Idade das Trevas e a força da religião e da Igreja foi associada ao atraso e ao irracionalismo. Nota-se, portanto, que foram os homens do Renascimento que criaram a imagem negativa a respeito do Período Medieval, uma vez que eles acreditavam estar retomando o momento de glória da humanidade: a Antiguidade Clássica.

Novas correntes historiográficas, no século XX, demonstraram, no entanto, que essa ruptura não teria sido assim tão radical, já que grande parte das raízes do Renascimento se encontravam no Período Medieval. Além disso, a mentalidade do homem moderno estava povoada de fortes traços das crenças medievais, que valorizavam uma visão mística e religiosa sobre o mundo e sobre a sociedade. Para o historiador Peter Burke:

Esta ideia de Renascimento é um mito [...]. No caso da descrição do Renascimento por parte de Burckhardt, estes historiadores opõem-se aos vinculados contrastes que ele estabelece entre o Renascimento e a Idade Média, entre a Itália e o resto da Europa. Consideram que são contrastes exagerados, uma vez que ignoram as muitas inovações produzidas na Idade Média, a sobrevivência de atitudes tradicionais no século XVI e mesmo mais tarde, e o interesse italiano pela pintura e pela música de outros países, em especial dos Países Baixos.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano: cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. [Fragmento]



BUONARROTI, Michelangelo. *A criação de Adão*. Entre 1508 e 1515. Afresco, 280 x 570 cm. Detalhe do teto da Capela Sistina, Roma. A Criação de Adão, afresco de Michelangelo, sintetiza alguns aspectos do Renascimento. A representação de uma passagem bíblica demonstra a presença ainda marcante da religiosidade. O encontro entre as mãos de Deus e do homem exalta a capacidade criativa e eleva o homem a uma condição quase divina. Já a representação do corpo humano remete à Antiguidade Clássica.

O Renascimento não se restringiu ao mundo italiano. A divulgação do humanismo foi facilitada pelo desenvolvimento da imprensa, ainda no século XV, por Gutenberg, que permitiu a expansão da cultura escrita com maior facilidade e velocidade. Além da Península Itálica, outras regiões, como a dos Países Baixos, de forte desenvolvimento comercial, assistiram à expansão das artes em suas cidades.

Não se deve, no entanto, acreditar que as transformações proporcionadas pelo Renascimento tenham tido ampla difusão no interior das sociedades. As mudanças do período não atingiram a todos os setores sociais, que eram majoritariamente analfabetos, mas ficaram restritas às elites. Além disso, a Renascença foi um movimento urbano, ficando a vida no mundo rural ainda regida pelos valores medievais. De acordo com Laura de Mello e Souza:

Na verdade, Ciência e Razão eram apenas uma face de realidade bem mais complexa. Enquanto as elites redescobriam Aristóteles ou discutiam Platão na Academia florentina, de Lourenço de Médicis, a quase totalidade da população europeia continuava analfabeta. Praticamente alheia à matematização do tempo, tinha seu trabalho regido ainda por galos e pelos sinos [...] a vida continuava pautada por ritmos sazonais.

SOUZA, Laura apud FARIA, Ricardo; MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993. [Fragmento]

CARACTERÍSTICAS DO RENASCIMENTO



Humanismo

O humanismo foi resgatado dos textos da Antiguidade Clássica por estudiosos como Petrarca e Boccaccio. Até o século XIV, a leitura e a interpretação desses textos estiveram, em grande parte, controladas pela Igreja, e a retomada deles proporcionou uma alteração da visão a respeito do papel do homem no mundo. A partir de então, o estudo das atividades humanas passou a ser preponderante nas universidades, que se afastavam do teocentrismo medieval e assumiam uma postura cada vez mais laica. O estudo das obras de Heródoto, Platão e Homero ampliou o conhecimento sobre as línguas antigas, permitindo também um aprofundamento nos estudos bíblicos. Vários humanistas se dedicaram às questões religiosas, como Erasmo de Rotterdam, que fez uma importante tradução grega do Novo Testamento.

Antropocentrismo

A valorização das atividades humanas veio acompanhada da postura antropocêntrica. Buscando se opor ao teocentrismo medieval, o homem do Renascimento acreditava ser o centro das atenções e o sujeito fundamental para a explicação dos elementos que o rodeavam. Dessa maneira, somente ele poderia decidir seu próprio destino e suas ações deveriam ser enaltecidas. Apesar desta convicção renascentista, não se deve acreditar em uma postura radical em relação ao teocentrismo medieval, uma vez que, ainda naquele momento, a mentalidade religiosa se fazia muito presente.

Racionalismo

A valorização da razão foi uma decorrência das transformações observadas ao final do Período Medieval. Fatores como o desenvolvimento do comércio e das atividades financeiras na Baixa Idade Média trouxeram a necessidade dos cálculos das distâncias, do tempo, dos lucros e dos prejuízos. A postura humanista e antropocêntrica colaborou para isso ao considerar o uso da razão como a marca definidora do homem. As verdades, antes buscadas principalmente a partir do viés religioso, poderiam agora ser alcançadas por meio da análise racional que se opunha à rigidez dos dogmas da Igreja, gerando, assim, conflitos entre o clero e alguns estudiosos renascentistas.

Postura crítica

Oriundo do racionalismo, o crescimento da postura crítica também foi uma característica do Renascimento. A desconfiança em relação às tradições e às verdades impostas pela autoridade clerical gerou importantes mudanças naquele contexto. Sendo assim, críticas ao clero, aos valores medievais e à realidade da época passaram a ser mais comuns, apesar da repressão e censura típicas do período.

Individualismo

A postura individualista, típica do homem renascentista e oposta ao coletivismo medieval, pode ser associada ao crescimento da atividade comercial e urbana ainda na Idade Média. O homem do Renascimento se via como distinto do coletivo e detentor de características específicas que o diferenciavam dos demais. Como exemplo dessa postura, pode ser citado o fato de as obras de arte do Renascimento serem assinadas por seus autores. O nome, característica individual, presente no quadro chama a atenção para aquele que executou a obra.

Naturalismo

A valorização da natureza e do seu estudo também foi uma característica do Renascimento. Se para muitos homens medievais a natureza era fonte de medo, para os renascentistas, ela deveria ser investigada. Por meio da observação dos fenômenos naturais, portanto, os renascentistas puderam aguçar seus conhecimentos científicos, assim como o seu espírito crítico. A natureza humana também foi alvo de preocupações, o que fez com que surgissem estudos mais aprofundados sobre o corpo humano. Os estudos sobre o Universo e seu funcionamento também foram comuns, dando origem a teorias sobre a dinâmica celeste, como o heliocentrismo.

Retomada dos valores clássicos



SANZIO, Rafael. *A Escola de Atenas*. Entre 1509 e 1511. Afresco, 500 x 700 cm. Palácio Apostólico, Vaticano.

A revalorização da cultura greco-romana orientou a postura do homem do Renascimento, principalmente no que se refere à valorização da razão. Textos de Platão e de Aristóteles sofreram novas interpretações que se afastavam daquelas defendidas pela Igreja. É válido ressaltar que essas obras não haviam sido completamente abandonadas durante a Idade Média, tendo sido preservadas nos mosteiros medievais. O humanista Leonardo Bruni afirmou que seria necessário “trazer à luz a antiga elegância de estilo que se perdera e extinguiu”.

A escola de Atenas, de Rafael Sanzio, reflete a importância da Antiguidade para o Renascimento. A referência a filósofos gregos, como Platão e Aristóteles ao centro, demonstra a preocupação com o racionalismo. O uso da perspectiva e a construção geométrica do quadro são características das obras do período.

Universalismo

A crença em sua capacidade fazia com que o homem do Renascimento se dedicasse às mais diversas atividades. A especialização em uma determinada área, comum no mundo atual, se contrasta com a postura renascentista, que defendia que o homem universal poderia se destacar em várias áreas do conhecimento humano. Leonardo da Vinci, que era pintor, arquiteto, poeta, engenheiro e escultor, chegou a afirmar:

Já fiz planos de pontes muito leves [...] sou capaz de desviar a água dos fossos de um castelo cercado [...]. Conheço os meios de destruir seja que castelo for [...]. Sei construir bombardas fáceis de deslocar [...] galerias e passagens sinuosas que se podem escavar sem ruído nenhum [...], carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões. Estou [...] em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um lugar para outro. E, em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for.

VINCI, Leonardo da. apud DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. v. 1. p. 154. [Fragmento]

Hedonismo

A busca pelo prazer foi marca do homem moderno, tendo a valorização do mundo temporal e da vida terrena incentivado a procura por prazeres intelectuais e materiais. Os prazeres mundanos foram colocados em destaque, e a preocupação com o tempo humano passou a conviver com o enfoque sobre o tempo da eternidade, aquele posterior à morte, vinculado ao cristianismo.

Mecenato

O incentivo financeiro foi comum para a produção das obras do Renascimento. Diversos grupos sociais desejavam ver os seus valores representados pelos artistas do período. Igreja, burguesia e nobreza financiavam pinturas e esculturas com a intenção de exaltar seus hábitos e sua visão de mundo. No caso da burguesia, essa necessidade estava vinculada ao desejo dos burgueses de ascenderem a um novo *status* social em meio a uma Europa ainda marcada pela presença de valores aristocráticos.



EYCK, Jan van. *O casal Arnolfini*. 1434. Óleo sobre tábuas, 82 x 60 cm. Galeria Nacional, Londres.

O quadro *O Casal Arnolfini*, do holandês Jan van Eyck, apresenta um casal burguês no interior de sua casa. O detalhamento na representação dos objetos tem como objetivo valorizar a riqueza do casal. A cena do cotidiano foge das tradicionais representações sacras e corresponde à necessidade da burguesia de enaltecer seus valores e modo de vida. A riqueza dos detalhes só foi possível graças às inovações técnicas, como a pintura a óleo e a perspectiva. No fundo, acima do espelho, é possível observar a assinatura do pintor.

Busca pela perfeição

As noções de harmonia e simetria são características do Renascimento. A busca pela perfeição e pelo realismo nas obras colaborou para o aprimoramento das técnicas de criação. A noção de perspectiva constituiu um exemplo desses novos procedimentos, pois possibilitou a transmissão de ideias como profundidade relevo e distancia em obras de artes plásticas. Os estudos do corpo humano também foram aperfeiçoados, permitindo que a anatomia humana, em seus detalhes, pudesse ser representada nas obras de arte.



BUONARROTI, Michelangelo. *Moisés*. Entre 1513 e 1515. Escultura. Basílica de San Pietro in Vincoli, Roma.

Moisés, escultura de Michelangelo, denota a preocupação com a representação fiel do corpo humano. Acredita-se que as formas simétricas e a harmonia nas posições do corpo levaram o autor a gritar "Fala!" após sua conclusão.

RENASCIMENTO ITALIANO

Para a maioria dos autores, o Renascimento atingiu seu auge no norte da Península Itálica. Botticelli, Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael são apenas alguns dos nomes ligados à grande expressão artística da região, tendo a pintura, a escultura e a arquitetura alcançado o seu esplendor nas cidades italianas.

O desenvolvimento comercial e urbano daquela região foi uma das razões para a força da Renascença italiana, uma vez que o ambiente urbano era mais propício para o desenvolvimento artístico devido à presença de mercadores de várias regiões, o que permitia uma maior troca de informações. Além disso, a existência de uma forte burguesia, que desejava principalmente ver representados os seus valores e princípios, garantiu o financiamento de boa parte das obras de arte.

O mecenato, nesse período, foi muito comum, pois, além da burguesia, a Igreja, com sede em Roma, financiou os artistas do Renascimento, o que proporcionou a realização de grandes obras, como a pintura do teto da Capela Sistina, encomendada pelo papa Júlio II, feita por Michelangelo.



BUONARROTI, Michelangelo. Detalhe do teto da Capela Sistina no Vaticano. Entre 1508 e 1512. Afresco. Itália.

A pintura do teto da Capela Sistina levou cerca de quatro anos para ser concluída e representa uma série de passagens bíblicas. Michelangelo, que se considerava melhor escultor do que pintor, utilizou a técnica do afresco para realizar o trabalho. Essa técnica, aprimorada no Renascimento, consistia em uma representação pictórica feita sobre parede, com base de gesso ou argamassa.

Outro fator fundamental para o destaque das cidades italianas é o fato de estas se localizarem na região da antiga sede do Império Romano, que preservava parte do patrimônio greco-romano, o que facilitou a busca dos humanistas pelo estudo das obras da Antiguidade Clássica.

A tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 gerou o deslocamento de muitos estudiosos do Império Bizantino para a Península Itálica. Estes levaram consigo uma parte considerável do patrimônio guardado no Império Romano do Oriente, o que foi fundamental para o Renascimento italiano.

RENASCIMENTO E LITERATURA

Além das artes plásticas, a literatura também foi um segmento artístico beneficiado pelo pensamento renascentista. Entre os séculos XIV e XVII, escritores de várias regiões da Europa se destacaram com obras que propagavam os valores antropocêntricos. Dentre eles, pode-se destacar:

- Dante Alighieri: Em *A Divina Comédia*, Dante utilizou o dialeto florentino e não o latim, como era comum nas obras do período, abrindo espaço para a utilização das línguas nacionais.
- Luís de Camões: Em *Os Lusíadas*, poema épico, Camões narra a saga expansionista dos portugueses pelos oceanos. A epopeia, datada do século XVI, retrata as façanhas portuguesas igualando-as a outras grandes aventuras.

As armas e os barões assinalados
Que, da ocidental praia lusitana,

Por mares nunca de antes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo reino, que tanto sublimaram.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Disponível em:
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000178.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.
[Fragmento]

- Miguel de Cervantes: O espanhol narra de maneira paródica as aventuras do fidalgo Dom Quixote de la Mancha e seu fiel escudeiro Sancho Pança. Na obra, os valores exaltados nos romances de cavalaria de origem medieval são satirizados.

- François Rabelais: Em *Gargântua e Pantagruel*, Rabelais misturou elementos de diversos gêneros narrativos com humor popular. Enaltecia os prazeres físicos, como a comida, a bebida e o sexo, e satirizava o ascetismo religioso.
- William Shakespeare: *Hamlet*, *Romeu e Julieta* e *Otelo* são clássicos do autor inglês. Em seus livros, colocava as paixões humanas como centro das atenções. Em *Hamlet*, afirmou:

Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio,
tão vário na capacidade; em forma o movimento,
tão preciso e admirável; na ação é como um anjo;
no entendimento é como um Deus; a beleza do
mundo, o exemplo dos animais.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet* apud TESKE, Ottmar (Coord.). *Sociologia – textos e contextos*. 2. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2005. p. 28.
[Fragmento]

- Thomas Morus: Em seu livro *Utopia*, o autor descreve uma ilha imaginária onde haveria uma sociedade ideal. A noção de utopia (do grego, *utopos*, que significa “não lugar”) pode ser compreendida como uma crítica de Morus à sociedade europeia.

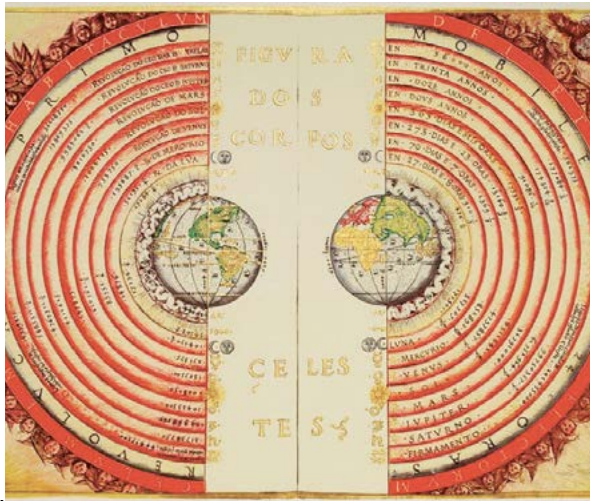
REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

As transformações provocadas pelo Renascimento acarretaram o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento humano, sendo que, ao longo dos séculos XVI e XVII, essas transformações deram forma às ciências modernas. Esse conjunto de mudanças ficou conhecido como Revolução Científica. A valorização da razão, da experiência e da observação favoreceu a expansão do conhecimento científico e a alteração de concepções a respeito do funcionamento da natureza e da vida em sociedade.

A mais importante desmitificação ocorrida nesse período se relacionou à concepção geocêntrica do Universo. De acordo com essa teoria, a Terra seria o centro do Cosmo e os demais astros girariam ao seu redor. Essa noção foi defendida pela Igreja durante a Idade Média e baseava-se nas concepções do grego Ptolomeu. Ainda na Idade Moderna, essa era a posição oficial da Igreja sobre o tema, o que gerou conflitos com estudiosos da época.

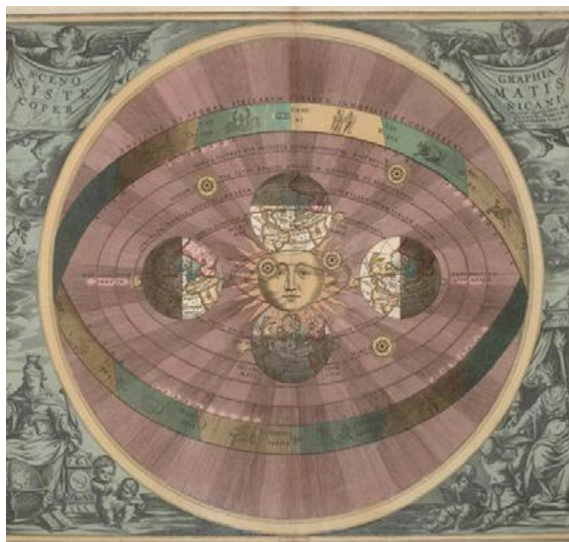
Para Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, contemporâneos do Renascimento, no entanto, a Terra não seria um astro fixo e, sim, um astro móvel que estaria orbitando em torno do Sol. O heliocentrismo, forma como é conhecida essa teoria, afrontava um dos principais dogmas do catolicismo.

Para Galileu, a tradição e a autoridade dos antigos sábios não eram fontes de conhecimento científico, pois, de acordo com ele, “o livro da natureza é escrito em caracteres matemáticos”. Por suas ideias, Galileu foi perseguido pela Igreja, enquanto Giordano Bruno, por defender a noção de um Universo infinito, foi condenado e morto pela Inquisição.



VELHO, Bartolomeu. *Figura dos corpos celestes*. Ilustração.

O mapa apresenta a concepção geocêntrica. Nele, os astros do Sistema Solar aparecem orbitando a Terra, um corpo fixo.



CELLARIUS, Andreas. [Mapa]. In: CELLARIUS, Andreas. *Harmonia macroscópica*. 1660.

Nesse mapa, o Sol é apresentado como fixo e a Terra gira ao seu redor.

Assim como os cosmógrafos, outros pensadores se destacaram no contexto renascentista. Entre eles, certamente está René Descartes, que foi um importante filósofo do período e é considerado um dos pais do racionalismo.

É dele a máxima “Penso, logo existo”, assim como a elaboração da noção de dúvida metódica. Os ingleses John Locke e Francis Bacon defendiam o empirismo e acreditavam que a experiência e a observação eram caminhos para a verdade. Já o físico Isaac Newton buscou leis universais para o funcionamento do Universo a partir da observação de fenômenos particulares.

OS VÁRIOS “RENASCIMENTOS”

Houve vários “Renascimentos” na Idade Média, manifestamente no século XII e de forma mais discreta na época de Carlos Magno. Em ambos os casos, houve uma combinação de feitos artísticos e literários com um reavivar do interesse pela educação clássica, e também, em ambos os casos, houve alguns contemporâneos que descreveram a sua época como sendo de regeneração, renascimento ou renovação. Alguns espíritos mais audazes, nomeadamente Arnold Toynbee na sua obra *A Study of History*, foram ainda mais longe e descobriram Renascimentos fora da Europa Ocidental, quer em Bizâncio, no mundo islâmico, ou mesmo no Oriente [...].

Houve de fato um Renascimento? Se descrevermos o Renascimento em termos de púrpura e ouro, como um milagre cultural isolado, ou como o súbito emergir da modernidade, a minha resposta será “não”. Os arquitetos do Renascimento produziram obras-primas, mas também os mestres maçons do período gótico o fizeram. A Itália do século XVI teve o seu Rafael, mas o Japão do século XVIII teve o seu Hokusai. Maquiavel foi um poderoso e original pensador, mas também o foi o historiador Ibn Khaldun, que viveu no norte de África durante o século XIV. Se, no entanto, o termo “Renascimento” for usado – sem prejuízo para os feitos da Idade Média, ou para os do mundo não europeu – para referir-se a um importante conjunto de mudanças na cultura ocidental, então pode ser visto como um conceito organizador que ainda tem o seu uso.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano – cultura e sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999. [Fragmento]



RNBF

Renascimento

Esse vídeo apresenta características do Renascimento Cultural e do Renascimento Científico na Europa da Baixa Idade Média.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UEG-GO) Conhecimento é a relação que se estabelece entre o sujeito cognoscente e um objeto. Na Grécia Antiga não havia fragmentação do conhecimento, e pensar sobre um assunto envolvia a totalidade dos outros. Os filósofos gregos da Antiguidade se preocupavam basicamente com os problemas do ser e do não ser, da permanência e do movimento, da unidade e da multiplicidade das ideias e das coisas. Já para o pensador medieval, o problema principal era a conciliação entre fé e razão. No Renascimento, surgem as seguintes grandes modificações
- a união entre fé e razão, o fideísmo e o positivismo.
 - a união entre fé e razão, o teocentrismo e o interesse pela moral.
 - a valorização da fé em detrimento da razão, o cosmocentrismo e o fideísmo.
 - a separação entre fé e razão, o antropocentrismo e o interesse pelo saber ativo.

- 02.** (UFTM-MG) Leia a definição de renascença.

2064

1. Ato ou efeito de renascer; renascimento 2. Qualquer movimento caracterizado pela ideia de renovação, de restauração; retorno 3. Nova vida, nova existência.

DICTIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa.

O termo "renascença" é utilizado para caracterizar a arte no mundo ocidental, entre os séculos XIV e XVI. A escolha do termo pode ser explicada

- pelo fato de a produção artística ocidental nascer, de fato, neste período.
 - pela revalorização de ideais estéticos vigentes na Antiguidade Clássica.
 - pela renovação da pintura, fruto da difusão dos ideais protestantes.
 - pelo contato com a arte africana, descoberta graças às viagens marítimas.
 - pelo fim da política do mecenato, que financiava a recuperação das obras de arte.
- 03.** (UEL-PR) Durante o Renascimento houve uma revolução tecnológica fundamental em máquinas e equipamentos cujo impacto para o progresso das ciências equipara-se ao advento da Internet no final do século XX. Essa revolução se deveu
- à imprensa dos tipos móveis que agilizou a troca de ideias e a divulgação de inventos.
 - às Reformas religiosas, a partir das quais as pessoas deixaram de ser crentes e místicas.
 - à expansão marítima, cujos lucros contribuíram para o desenvolvimento científico e comercial autônomo das colônias.
 - ao Moderno Estado Europeu, que priorizou as áreas exatas e tecnológicas nas universidades.
 - ao intercâmbio de informações entre as civilizações europeia, chinesa e islâmica.

- 04.** (Unigr-TO-2016) Analise a imagem a seguir.



Disponível em: <<http://filosofiaemvideo.com.br/nicolau-copernico>>. Acesso em: 23 maio 2016.

A imagem representa a teoria de Nicolau Copérnico, publicada em 1453, e que mais tarde influenciaria os estudos de Galileu Galilei e Kepler. Em 1616, essa teoria foi condenada como herética pela Igreja Católica e a obra de Copérnico entrou para o índice de obras proibidas, porque

- recusava os conhecimentos teológicos, ao negar as teorias bíblicas da criação do Universo.
 - rompia com a teoria geocêntrica, ao propor que a Terra não era o centro do Universo.
 - rebatia a tese da Terra plana, ao demonstrar que a face habitada do planeta também era curvada ou esférica.
 - profanava as teorias religiosas, ao juntar elementos científicos e sagrados na construção do saber astronômico.
- 05.** (UFRGS-RS-2018) Sobre o desenvolvimento do pensamento moderno no Ocidente, entre os séculos XIV e XVIII, é correto afirmar que
- os estudos empíricos sobre a natureza, realizados no Renascimento, contribuíram para o desenvolvimento da ciência europeia.
 - o abandono do dogma cristão pelo pensamento humanista motivou a criação dos tribunais do Santo Ofício para combater as heresias.
 - a filosofia foi marcada por uma completa ruptura em relação à visão de mundo, elaborada durante a Antiguidade.
 - a Reforma Protestante caracterizou-se pela reafirmação dos valores institucionais da Igreja e pela defesa do papado.
 - a rígida separação social entre a elite letrada e a população camponesa impedia o desenvolvimento de práticas culturais populares.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFC-CE) A análise histórica do Renascimento italiano, caso das obras de Leonardo da Vinci e de Brunelleschi, permite identificar uma convergência entre as artes plásticas e as concepções burguesas sobre a natureza e o mundo naquele período. Acerca da relação entre artistas e burgueses, é correto afirmar que ambos
- convergiram em ideias, pois valorizavam a pesquisa científica e a invenção tecnológica.
 - retomaram o conceito medieval de antropocentrismo ao valorizar o indivíduo e suas obras pessoais.
 - adotaram os valores da cultura medieval para se contrapor ao avanço político e econômico dos países protestantes.
 - discordaram quanto aos assuntos a serem abordados nas pinturas, pois os burgueses não financiavam obras com temas religiosos.
 - defenderam a adoção de uma postura menos opulenta em acordo com os ideais do capitalismo emergente e das técnicas mais simples das artes.

- 02.** (Albert Einstein–2016) Leonardo [da Vinci] analisou a anatomia humana durante toda sua vida; considerava que a natureza havia criado todas as coisas visíveis que poderiam tornar-se pintura. [...] Escrevendo sobre o horror de cadáveres esquartejados com os quais costumava passar as noites, Da Vinci diz que de nada lhe serviriam caso não soubesse também desenhar perfeitamente; a dissecação de corpos deveria ser acompanhada por um conhecimento da perspectiva, dos métodos de demonstração geométrica, do método do cálculo de força e de poder dos músculos. A pintura deveria levar em conta os fenômenos naturais, a estrutura das coisas, o mecanismo dos corpos.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira de. *O Renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 55.

O texto refere-se a três características centrais do Renascimento Cultural dos séculos XV e XVI:

- O naturalismo, a rusticidade das representações e o simbolismo.
 - O abstracionismo, o contraste entre claro e escuro e a despreocupação com as proporções na representação do corpo.
 - O experimentalismo, a pesquisa científica e a valorização do homem.
 - O reconhecimento da submissão absoluta do homem a Deus, o platonismo e a ausência de perspectiva.
- 03.** (PUC Rio) Meu falecido pai, de memória abençoada, fez todo esforço para que eu pudesse alcançar excelência mental e técnica. O fruto dos meus estudos e trabalhos alcançou o seu desejo mais querido. Mas você pode perceber que, para a educação, as condições não eram favoráveis como são hoje.

Nem eu tive professores tão capazes como você. Nós ainda estávamos na idade das trevas. [...] Agora, pela graça de Deus, a luz e a dignidade foram restituídas às letras e eu vivi para vê-lo. Hoje as antigas ciências estão restauradas [...]. As línguas restituídas: o grego [...]; o hebraico e o latim [...]. Hoje o mundo está repleto de homens sábios [...]. Mas lembre-se disso, a sabedoria de nada lhe servirá se você não amar e temer a deus [...]. Seu pai, Gargantua.

RABELAIS, François.

Carta de Gargantua a Pantagruel. 1532.

São características do humanismo renascentista indicadas nesse texto, exceto

- a crítica à Idade Média, percebida como período de trevas.
- a valorização de uma educação laica e a abertura das bibliotecas monásticas.
- o desejo de renovar a fé cristã mediante a tradução e circulação dos textos sagrados.
- a retomada do patrimônio cultural e literário da Antiguidade Clássica.
- o otimismo em relação aos avanços humanos no campo da educação.

- 04.** (FPS-PE)
A7LF



O Renascimento trouxe mudanças na forma de pensar as relações sociais e foi importante para redefinir e produzir a cultura. Houve grande influência da cultura clássica nas redefinições acontecidas. Na pintura, por exemplo, observa-se

- a prevalência do sentimento religioso, com a manutenção de princípios estéticos que afirmavam o uso de cores sombrias.
- a ousadia na temática que divergia das formas estéticas da Idade Média com uso de histórias da mitologia grega.
- a falta de originalidade na produção, apesar das transformações na aplicação das cores e a relação com a renovação na forma.
- a falta de interesse por temas que tivessem articulação com a religião católica e as crenças dos tempos medievais.
- a manutenção de padrões do mundo antigo, com quadros que ressaltavam a vida dos santos e glorificavam a burguesia de época.

05. (UFSCar-SP)



SANZIO, Rafael. (1483-1520). *A Escola de Atenas*. 1511.

A Escola de Atenas é uma pintura, executada com a técnica do afresco, que se encontra em um dos salões do Vaticano, na Itália. A pintura é um modelo de arte do Renascimento italiano, na medida em que

- A) expressa uma visão de mundo teocêntrica, com referência ao universo da sociedade da Idade Média europeia.
- B) utiliza cores fortes e contrastantes, como recurso para denunciar as disputas permanentes entre principados e repúblicas.
- C) mostra para os súditos os esplendores dos palácios reais, para garantir a lealdade aos soberanos absolutistas.
- D) emprega conhecimentos de geometria na representação do espaço, com sugestão de profundidade em uma superfície plana.
- E) representa a vida cotidiana em uma cidade italiana, com destaque para a existência livre e descontraída de sua população.

06. (FADI) Observe as imagens de Adão e Eva.



I

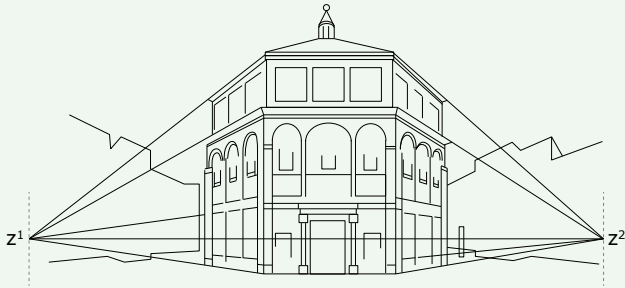
II

Disponível em: <<http://www.superstock.com/stock-photography/adam%20and%20eve>>.

Assinale a alternativa que analisa corretamente as obras.

- A) Essas obras exaltam as características da transição para a Renascença, em que se abandonam os temas cristãos em benefício da racionalidade humana.
- B) A primeira obra demonstra a superioridade da fé, enquanto a segunda mostra a descrença nos valores religiosos e no poder da Igreja.
- C) Tanto a primeira obra como a segunda valorizam o individualismo, o hedonismo e o naturalismo predominantes naquela época.
- D) A primeira obra destaca a supremacia do homem, enquanto a segunda reflete as transformações culturais típicas da Modernidade.
- E) Essas obras revelam as visões de mundo da Idade Média e do Renascimento, marcadas, respectivamente, pela religiosidade e pela valorização do homem.

07. (Unicamp-SP-2016) A teoria da perspectiva, iniciada com o arquiteto Filippo Brunelleschi (1377-1446), utilizou conhecimentos geométricos e matemáticos na representação artística produzida na época. A figura a seguir ilustra o estudo da perspectiva em uma obra desse arquiteto. É correto afirmar que, a partir do Renascimento, a teoria da perspectiva



- A) foi aplicada nas artes e na arquitetura, com o uso de proporções harmônicas, o que privilegiou o domínio técnico e restringiu a capacidade criativa dos artistas.
- B) evidencia, em sua aplicação nas artes e na arquitetura, que as regras geométricas e de proporcionalidade auxiliam a percepção tridimensional e podem ser ensinadas, aprendidas e difundidas.
- C) fez com que a matemática fosse considerada uma arte em que apenas pessoas excepcionais poderiam usar geometria e proporções em seus ofícios.
- D) separou arte e ciência, tornando a matemática uma ferramenta apenas instrumental, porque essa teoria não reconhece as proporções humanas como base de medida universal.

08. (UERJ)

O casal Arnolfini



EYCK, Jan van. (1389-1441). Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org>>.

Sempre que se evoca o tema do Renascimento, a imagem que nos vem à mente é a dos grandes artistas e de suas obras mais famosas. Isso nos coloca a questão: por que razão o Renascimento implica esse destaque tão grande dado às artes visuais? De fato, as artes plásticas acabaram se convertendo num centro de convergência de todas as principais tendências da cultura renascentista. E mais do que isso, acabaram espelhando os impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual; Campinas: Ed. Unicamp, 1984 (Adaptação).

As diversas manifestações da cultura renascentista na Europa Ocidental, entre os séculos XIV e XVI, estiveram relacionadas à criação de novos valores e práticas sociais que se confrontaram com aqueles da sociedade medieval. Cite dois aspectos da cultura renascentista que justifiquem a sua importância para o início dos Tempos Modernos.

09. (UFU-MG) Sempre que se evoca o tema do Renascimento, a imagem que imediatamente nos vem à mente é a dos grandes artistas plásticos e de suas obras famosas [...]. As artes plásticas acabaram se convertendo num centro de convergência de todas as principais tendências da cultura renascentista. E, mais do que isso, acabaram espelhando, através de seu intenso desenvolvimento nesse período, os impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1994. p. 25.

De acordo com o trecho anterior, o papel central das artes plásticas na cultura renascentista está relacionado aos “impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis” porque

- I. expressavam o caráter sacro e piedoso do humanismo, revalorizando a tradição medieval e procurando reconciliar razão e fé, que se encontravam dissociadas a partir do predomínio do racionalismo burguês nas transações mercantis.
- II. expressavam o desejo da nascente burguesia de construir uma nova imagem da sociedade em que ela teria papel central, contrapondo-se aos valores da sociedade medieval que privilegiavam o clero e a nobreza.
- III. expressavam o ideal de beleza relacionado ao sentido de permanência atemporal, imutável, tomado de empréstimo às artes do mundo antigo e que serviam como contraponto à velocidade e à intensidade das inovações e das transformações vividas pelas sociedades europeias modernas.
- IV. expressavam como a cultura tornou-se um campo de luta privilegiado, onde a produção artística deveria transmitir valores e princípios importantes para a consolidação da sociedade moderna, como o antropocentrismo, a razão, a positividade da riqueza material, o desejo de conhecimento e o domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas corretas.

- A) Apenas II e III
- B) Apenas I e III
- C) Apenas III e IV
- D) Apenas II e IV

- 10.** (FUVEST-SP-2016) O grande mérito do sábio toscano estava exatamente na apresentação de suas conclusões na forma de “leis” matemáticas do mundo natural. Ele não apenas defendia que o mundo era governado por essas “leis”, como também apresentava as que havia “descoberto” em suas investigações.

CAMENIETZKI, Carlos Z. *Galileu em sua órbita*. 01 fev. 2014. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>.

Considerando que o texto se refere a Galileu Galilei (1564-1642),

- A) identifique uma das “leis” do mundo natural proposta por ele;
- B) indique dois dos principais motivos pelos quais ele foi julgado pelo Tribunal da Inquisição.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.

GALILEI, G. Carta a Dom Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: Unesp, 2009 (Adaptação).

O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre ciência e fé, problemática cara no século XVII. A declaração de Galileu defende que

- A) a *Bíblia*, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a ciência.
- B) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na *Bíblia* constitui uma referência primeira.
- C) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- D) a *Bíblia* deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- E) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.

- 02.** (Enem) Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico, através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. Campinas: Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre

- A) fé e misticismo.
- B) ciência e arte.
- C) cultura e comércio.
- D) política e economia.
- E) astronomia e religião.

- 03.** (Enem) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] bata o ar com asas como um pássaro. [...] Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.

BACON, Roger *apud* BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon

- A) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.
- B) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.
- C) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.
- D) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.
- E) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

04.



MICHELANGELO, Davi. 1501.



BERNINI, David. 1623.

As imagens anteriores retratam o mesmo personagem, o herói bíblico Davi.

A partir da interpretação das obras de arte, depreende-se que ambas

- são fruto do Renascimento, movimento artístico moderno que, através do naturalismo, valoriza a contemplação da inércia do corpo humano.
- representam o ateísmo do homem moderno que, em busca da razão, passou a refutar as temáticas ligadas ao cristianismo.
- buscam se reaproximar dos valores artísticos medievais que prezavam pela representação da simetria humana.
- podem ser consideradas produtos da genialidade de homens que, por estarem a frente do seu tempo, não representaram valores culturais contemporâneos a si.
- refletem as constantes mudanças das produções artísticas, que são resignificadas de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B
- 03. A
- 04. B
- 05. A

Propostas

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. C
- 03. B
- 04. B
- 05. D
- 06. E
- 07. B
- 08. O aluno deve escolher dois dos seguintes aspectos:
 - valorização do indivíduo;
 - defesa dos ideais humanistas;
 - defesa dos valores burgueses;
 - valorização da liberdade individual;
 - utilização da razão na explicação do mundo;
 - visão mais natural e humanizada da religião.
- 09. D
- 10.
 - A) A "lei dos corpos em queda" afirma que todo corpo, abandonado da mesma altura e ao mesmo tempo, atinge o chão no mesmo instante, uma vez que força gravitacional sobre os corpos é igual e o seu valor é constante (9,8 m/s).
 - B) A proposta do heliocentrismo contrariava a posição defendida pela Igreja Católica (geocentrismo). Para a Igreja, o livro de Galileu, Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo, contradizia expressamente a doutrina das Sagradas Escrituras e dos grandes teólogos e filósofos que constituíam a base do pensamento católico, como São Tomás de Aquino, Ptolomeu e Aristóteles. Além disso, Galileu, que produziu seu conhecimento a partir de métodos racionais, como observação e experimentação, representou uma afronta à Igreja, que até então buscava ser a detentora dos conhecimentos.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. B
- 03. E
- 04. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Reforma e Contrarreforma

O processo de divisão da cristandade ocidental ocorrido no século XVI, durante a Idade Moderna, recebe o nome de Reforma Protestante. A formação dos Estados Modernos, o fortalecimento da classe burguesa, a crescente valorização da razão e do individualismo e o aperfeiçoamento da imprensa foram fundamentais para o sucesso dos movimentos de contestação à Igreja. O controverso comportamento do clero católico e a dificuldade da Igreja em satisfazer uma espiritualidade cada vez mais complexa também proporcionaram o ambiente para as críticas dos reformistas.

A cisão com a Igreja Católica provocada pela Reforma foi precedida por outras contestações, que, no entanto, não causaram um abalo definitivo na religiosidade da Europa Ocidental. É fundamental, portanto, a compreensão dos fatores que permitiram a eclosão dos movimentos reformistas no século XVI.

PRECURSORES DOS MOVIMENTOS REFORMISTAS



Durante o Período Medieval, não foram incomuns as contestações à Igreja. Em 1054, por exemplo, houve a divisão da cristandade. Nesse contexto, foram formadas a Igreja Ortodoxa com sede em Constantinopla, no Império Bizantino, e a Igreja Católica Romana. O questionamento da autoridade papal pelos patriarcas de Bizâncio foi um dos principais fatores que levou à ruptura. Além disso, a ação dos iconoclastas, que criticavam a adoração de imagens religiosas e denunciavam a idolatria, também foi fundamental para o Cisma.

A Igreja Católica passou a enfrentar as chamadas heresias, movimentos que surgiram da divisão do cristianismo ou que foram por ele influenciados. Esses movimentos questionavam ou duvidavam de pontos da fé católica, como a santíssima trindade, a eucaristia, a infalibilidade papal, etc. Contudo, desde os séculos XII e XIII, as heresias passaram a ameaçar a Igreja Católica de forma mais intensa, quando deixaram de se restringir ao campo filosófico e teórico e passaram a se caracterizar pelo seu cunho popular assentado sobre uma nova visão ética da instituição eclesiástica e do cristianismo. Os cátaros e os valdenses são exemplos desses grupos. Os cátaros, também conhecidos como albigenses, tiveram grande presença no sul da Europa e, ao contrário da Igreja Católica, que celebra sete sacramentos, tinham apenas um, a Consolação, por meio da qual se retirava todo o pecado do fiel. Os valdenses, por sua vez, atuaram principalmente na região da Borgonha, e além de terem traduzido a *Bíblia* para a sua própria língua, lançaram críticas a alguns membros eclesiásticos por causa da preocupação com a riqueza material da Igreja.

Diante do avanço das heresias, a Igreja decidiu institucionalizar as formas de repressão. Assim, em 1229, durante o Concílio de Toulouse, foi criado oficialmente o Tribunal do Santo Ofício. Os dominicanos, que compunham uma importante ordem eclesiástica, possuíam papel destacado na organização da nova instituição, cabendo-lhes a tarefa de inquirir e condenar os heréticos.

O processo movido contra o herético muitas vezes era feito de tal modo que o acusado ignorava o nome do próprio acusador, sendo que mulheres, escravos ou crianças podiam servir de testemunhas da acusação, mas nunca da defesa. Para obter a confissão podia-se utilizar métodos que não deixavam de ser, de certa forma, torturas, como, por exemplo, a fadiga, propositalmente provocada, ou o enfraquecimento físico do acusado. Uma vez apurada a culpa, concedia-se ao réu um prazo para que se apresentasse espontaneamente ao tribunal. Caso isso não ocorresse, poderia ser denunciado pelo inquisidor e ser preso. Em caso de confissão da culpa, dava-se ao acusado a oportunidade de retratar-se, sendo que, neste caso, deveria submeter-se a uma série de penitências, flagelações, peregrinações e, em casos mais graves, à prisão. Porém, como já dissemos anteriormente, se o acusado persistisse em seu pecado, era julgado e entregue ao braço secular que, por sua vez, o conduzia à fogueira.

NACHMAN, Falbel. *Heresias medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1977. [Fragmento]



GOYA, Francisco de. *Tribunal da Inquisição*. Entre 1812 e 1819. Óleo sobre painel, 46 x 73 cm. Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, Madri.

Cenas da Inquisição. Aqueles que contestavam os pontos fundamentais da explicação religiosa da Igreja Católica eram levados à Inquisição, cujos tribunais julgavam, excomungavam e até condenavam à morte.

No século XIV, foi o chamado Cisma do Ocidente que ameaçou a autoridade eclesiástica. A sede do papado foi transferida para Avignon, na França, por pressão do soberano francês, dando início ao que se conhece como o Cativo de Avignon, que se prolongou de 1309 a 1377.

Em 1377, por motivos políticos, o papa Gregório XI decidiu retornar para Roma, mas faleceu pouco tempo depois, sendo eleito, então, Urbano VI para ocupar o papado em Roma. O novo papa, contudo, não foi capaz de apaziguar as disputas no interior do catolicismo, sendo logo rejeitado pelo clero e eleito um novo papa em Avignon, Clemente VII, que se tornou conhecido como o antipapa.

Nesse período, portanto, a cristandade conviveu com a existência de dois papas, o romano e o francês, ameaçando a unidade da Igreja. Somente em 1417, ou seja, cerca de 70 anos após o início dos conflitos, durante o Concílio de Constança (1414-1418), o Cisma foi superado. Naquele ano, o papado foi restabelecido em Roma, anulando finalmente a resistência francesa.

Ainda no século XIV, o professor da Universidade de Oxford, John Wycliffe (1324-1384), foi responsável pela primeira tradução da *Bíblia* para o inglês, o que representava, naquele período, uma ameaça ao monopólio dos textos sagrados pelo clero. Seus seguidores, os lollardos, criticavam a hierarquia da Igreja e acreditavam que a salvação poderia ser obtida pela fé. Em reação à expansão das ideias de Wycliffe, mesmo após sua morte, a Igreja decretou que os textos escritos por ele fossem destruídos e que seus restos mortais fossem exumados e queimados em cerimônia pública.



Exumação e cremação dos ossos de John Wycliffe. Autor desconhecido. In: FOXE, John. *Book of Martyrs*. 1563.

Por fim, vale ressaltar o Movimento Hussita, que foi influenciado pelas contestações de Wycliffe e deve o nome ao seu principal líder, Jan Huss. Nascido na região da Boêmia, o padre criticava o luxo e a corrupção do clero, além de denunciar a venda de indulgências, ou seja, a concessão do perdão mediante o pagamento. A morte de Jan Huss na fogueira, em 1415, após a sua condenação pelo Concílio de Constança, deu início às chamadas Guerras Hussitas.

Como pode-se perceber, o alto clero cristão se mostrou intolerante diante daqueles que ameaçavam sua primazia. Ainda assim, a repressão não se mostrou capaz de calar os críticos, haja vista que, no século XVI, estes amadureceram seus discursos.

CONTEXTOS DA REFORMA PROTESTANTE

Os movimentos reformistas do século XVI aconteceram em um ambiente propício para a divulgação de suas ideias. As contestações produziram efeitos mais incisivos no interior da cristandade e, ao contrário das anteriores, provocaram a divisão da Igreja Católica na Europa Ocidental.

Entre os fatores que facilitaram a disseminação dos ideais reformistas, destaca-se a postura renascentista do homem, afinal, a difusão do humanismo permitiu a expansão de uma nova visão sobre o homem e o mundo que o cercava. Essa nova perspectiva refletiu-se na relação entre os homens e o sagrado e permitiu o surgimento de novas concepções religiosas. A postura crítica, principalmente em relação ao Período Medieval, dirigia-se também à Igreja e aos membros do clero. Crenças, como o geocentrismo, passaram a ser contestadas com base na valorização da experiência e na observação, em oposição à crença exclusiva nas autoridades religiosas.

O individualismo, que também ganhava força na ocasião, levava à percepção de que a relação entre o homem e Deus poderia existir sem a mediação do clero. A postura individualista incentivou ainda a leitura da *Bíblia* e o surgimento de novas interpretações dos textos sagrados. Membros do clero, como Erasmo de Rotterdam, influenciados por essa postura, dirigiram suas críticas ao despreparo do clero e ao caráter belicoso de alguns papas.

O desenvolvimento da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, ainda no século XV, também colaborou para a expansão das ideias reformistas. A ampliação do público leitor, já que os livros anteriormente eram acessíveis a uma minoria, facilitou o acesso aos textos bíblicos e aos textos dos reformadores. Apesar dos altos índices de analfabetismo entre os europeus, as leituras individuais se tornaram mais comuns, reforçando, portanto, o individualismo e o surgimento de novas interpretações religiosas.

Ainda no contexto de transição da Idade Média para a Idade Moderna, verificou-se o fortalecimento do poder real, o que representou um obstáculo ao poder supranacional exercido pela Igreja na Idade Média. Se, em alguns casos, a Igreja colaborou para tal fortalecimento, justificando o caráter divino dos reis, em outros, a intervenção do papado nos assuntos dos Estados e a cobrança do dízimo eram vistas como ameaças à soberania dos monarcas, favorecendo, assim, a proliferação de religiões reformadas. Vale ressaltar que as riquezas e as terras da Igreja eram alvos de cobiça dos reis e da nobreza europeia. Ao longo da Reforma, portanto, vários nobres conseguiram se apropriar desses bens, que representavam alternativas para o aumento de seu poder.

Outro importante grupo social que se indispôs com a Igreja foi a burguesia, afinal, os clérigos condenavam o lucro exagerado e a usura. Tais práticas, consideradas pecaminosas, expandiam-se desde a Baixa Idade Média e foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A interferência clerical no mundo secular significava, desse modo, um entrave às atividades dos comerciantes.

Por fim, a crítica que mais gerou repercussão entre os europeus se relacionava à venda das indulgências, que despertou a fúria de alguns reformistas, como Martinho Lutero. O monopólio da salvação pelo clero era contestado e a venda do perdão era considerada inadmissível.

Diante de tanta pressão, as críticas se contrastavam com o despreparo e os abusos dos membros do clero, afinal, o desconhecimento das escrituras, a quebra do celibato e a corrupção eram comuns no período.

REFORMA LUTERANA

O Sacro Império Germânico

O Sacro Império Germânico, situado em grande parte na região da atual Alemanha, era marcado pela descentralização política. Apesar da existência do imperador, seu poder era limitado pela atuação dos príncipes que compunham a nobreza de origem germânica. Carlos V, da dinastia dos Habsburgo, que também reinava na Espanha, era o imperador e desejava concentrar o controle dos reinos germânicos nas suas mãos no contexto em que ocorreu a Reforma. Apesar da sua vontade, Carlos V necessitava do consentimento dos demais nobres alemães para intervir diretamente nos assuntos do Sacro Império.

Além da descentralização, persistiam, na região, características do Período Medieval, como a servidão em larga escala. Entre outras consequências, a fragmentação política facilitava as interferências da Igreja, que, além de cobrar impostos, era grande proprietária de terras na região. A venda de indulgências também era comum e a influência da Igreja tendia ao crescimento, já que Carlos V possuía fortes ligações com o papado.

Principados do Sacro Império Romano-Germânico (1512)



- | | |
|--|--|
| Austríaco | Baixo-Saxônico |
| Bávaro | Suábio |
| Burgúndio | Alto-Renano |
| Renano | Alto-Saxônico |
| Franco | Nenhum círculo |
| Baixo Renano-Vestfaliano | |

A eclosão da Reforma

Em 1517, a intensificação da venda das indulgências, decretada pelo papa Leão X com o objetivo de construir a basílica de São Pedro, despertou a indignação do monge agostiniano Martinho Lutero. No mesmo ano, na véspera do dia de Todos os Santos, Lutero afixou nas portas da Igreja de Wittenberg, na região da Saxônia, suas 95 teses de oposição à venda de indulgências. O modo como foram tornadas públicas as insatisfações era o costume naquele período. No entanto, apesar do local público em que foram fixadas, por terem sido escritas em latim tiveram a leitura restrita a um pequeno grupo. Nas teses, Lutero, além de criticar a venda das indulgências, questionava a autoridade papal para conceder o perdão e defendia que a salvação só poderia ser obtida pela fé.

Tese 21

Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

Tese 24

Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

A reação da Igreja ocorreu em 1520. Por meio de uma bula papal, Lutero foi convocado a renegar suas ideias, sob pena de excomunhão. Ao receber a advertência, Lutero se recusou a acatar as ordens do papa e queimou o documento que havia recebido. Assim, como fora estabelecido pela bula, Lutero foi punido com a excomunhão em 1521. Naquele mesmo ano, o imperador Carlos V convocou a Dieta de Worms, na qual compareceram os príncipes do Sacro Império e Lutero, que foi convocado para desmentir suas 95 teses. No entanto, na reunião, Lutero reafirmou as suas críticas.

Se eu não estiver convencido de erro pelo testemunho das Escrituras ou pela razão clara não posso retratar-me nem me retratarei de coisa alguma, pois não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência. Deus me ajude. Amém.

Martinho Lutero

Após reiterar sua posição, a Dieta decretou a expulsão de Lutero, que contou com o apoio de Frederico da Saxônia e refugiou-se em suas terras. O apoio da nobreza alemã, interessada na redução do poderio da Igreja, bem como na apropriação das terras clericais, foi fundamental para o sucesso do movimento luterano. Os príncipes alemães colaboraram para a reforma financiando a divulgação dos princípios luteranos. Isso permitiu que as propostas reformistas circulassem e se fortalecessem em outras regiões do Império.



CRANACH, Lucas. *Anticristo*. Gravura.

Frontispício de um panfleto de Sylvius, Alemanha, 1524. Foi comum, no período, a divulgação dos ideais religiosos por meio das gravuras. Para a maioria da população analfabeta, as imagens explicitavam as posições da Igreja e dos reformistas. Na primeira imagem, é possível perceber a crítica ao papa e ao clero, retratados de modo monstruoso no momento da venda de indulgências. Na segunda, Lutero, também deformado, aparece de mãos dadas com o Diabo.

Entre os camponeses, tais ideais também passaram a circular, levando ao surgimento dos grupos mais radicais, como os anabatistas, que acreditavam que o batismo só deveria ser feito após a vida adulta. Liderados por homens como Thomas Müntzer, os camponeses se levantaram e promoveram invasões a propriedades da nobreza por todo o Império. No ano de 1524, mais de 300 mil lutaram pelas suas ideias, por acreditarem que:

- Era dever do verdadeiro cristão a realização do reino de Deus na Terra com a partilha de riquezas, mesmo que fosse necessário utilizar a violência.
- A Igreja dos Apóstolos (cristianismo primitivo) fora corrompida pela Igreja Católica e pelos príncipes.

Apesar da inspiração luterana, a rebeldia camponesa sofreu a oposição de Lutero, que não tinha como objetivo a realização de uma reforma social. Além disso, o apoio aos camponeses poderia significar a perda do suporte dado pela nobreza. O argumento utilizado para condenar tais movimentos afirmava que o sujeito poderia transformar-se a si mesmo, mas não ao mundo – cujo destino depende da insondável vontade divina. Dessa forma, os movimentos camponeses foram duramente reprimidos pela nobreza alemã em um conflito que levou a, aproximadamente, 100 mil mortes entre os trabalhadores rurais.

A doutrina luterana

Lutero sempre havia se mostrado angustiado com a presença do mal e do pecado no mundo terreno. Para ele, o pecado original era marca indelével da vida do homem e não havia possibilidade de redenção para o homem apenas pelas boas obras. Indigno, o homem só poderia alcançar salvação pela fé. Suas preocupações também foram fruto do desenvolvimento do individualismo. A partir dessa perspectiva, a relação direta com Deus e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica foram defendidas por Lutero. A defesa da tradução da *Bíblia* e do culto também foram reflexos do individualismo no campo religioso.

Em 1530, após a grande disseminação das ideias de Lutero, o imperador Carlos V convocou a Dieta de Augsburg. Nela, foram expostos os principais pontos da doutrina luterana. A Confissão de Augsburg, escrita com a ajuda de Felipe Melancton, foi publicada em 1531 e continha as bases do luteranismo que, naquele momento, já se apresentavam sólidas. Os principais pontos da doutrina luterana são:

- Salvação pela fé;
- Sacerdócio universal e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica;
- Tradução e livre interpretação da *Bíblia*;
- Condenação do culto aos santos, às imagens, e às relíquias;
- Condenação do celibato clerical;
- Existência de apenas dois sacramentos, aqueles citados na *Bíblia*: batismo e eucaristia;
- Negação da transubstanciação, ou seja, a transformação do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo durante a eucaristia;
- Negação da infalibilidade papal.

Guerras religiosas

Os conflitos entre os nobres católicos e os favoráveis a Lutero, chamados de protestantes, estenderam-se entre 1530 e 1555. A guerra opunha parte da nobreza, próxima à Igreja Católica e ao imperador Carlos V, aos príncipes protestantes reunidos na Liga de Smalkalde.

Em 1555, pressionado, Carlos V assinou a “Paz de Augsburg”. Por esse documento, ficou estipulado que cada príncipe poderia definir a doutrina a ser seguida em seus domínios, devendo os seus súditos obedecer ao que fosse determinado.

Apesar da trégua estabelecida, os conflitos religiosos voltaram a ocorrer no século XVII, quando as disputas internas levaram à deflagração de um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos.

A REFORMA CALVINISTA

Entre as doutrinas protestantes surgidas no contexto da Reforma, a calvinista pode ser considerada a mais radical. Formulado pelo francês João Calvino e difundido primeiramente na Suíça, o calvinismo se expandiu rapidamente pela Europa. Essa difusão deu-se, principalmente, pela aproximação, em termos éticos, entre sua doutrina e a economia capitalista, até então em desenvolvimento.

A região da Suíça era formada por uma série de repúblicas independentes, nas quais o poder se concentrava na mão dos comerciantes. Esse poderio, no entanto, encontrava barreiras nas ações da Igreja na região. O movimento reformista já havia dado os seus primeiros passos com a atuação do luterano Ulrich Zwinglio, mas foi a partir da conversão de Calvino, em 1530, que o processo se consolidou.

O calvinismo tem sua base na noção da predestinação absoluta. Para Calvino, os homens já nascem destinados para a salvação ou para a danação:

Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

CALVINO, João. In: ALMEIDA, Abraão de. *A Reforma Protestante*. 1. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. [Fragmento]

Ainda de acordo com as ideias de Calvino, o homem não tem a consciência de sua situação, pois os desígnios de Deus são insondáveis. Segundo ele, não há, também, maneira de se mudar o destino, já decidido por Deus antes mesmo da criação do Universo. O que existem são sinais exteriores que apontam para a possível salvação. Baseando-se nesses elementos, ter-se-ia uma indicação da condição do sujeito, enquanto condenado ou salvo.

A doutrina calvinista estabelecia para seus adeptos uma vida regrada, disciplinada, dedicada ao trabalho, afastada do ócio, dos vícios e da ostentação. Conformar-se a esse ideal de conduta não seria o caminho para a salvação, mas seus resultados visíveis – o sucesso material – dariam ao eleito a confirmação do estado de graça.

Esses princípios do calvinismo, segundo o economista Max Weber, favoreceriam o processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a valorização do trabalho e do consequente acúmulo de riquezas estaria diretamente relacionada ao processo de expansão do capitalismo. Teria sido, portanto, essa a razão para a expansão do calvinismo pela Europa, por regiões como Inglaterra, com os puritanos; Escócia, com os presbiterianos; e França, com os huguenotes.

A expansão das doutrinas protestantes no continente europeu



A REFORMA ANGLICANA

A Reforma na Inglaterra deu-se, principalmente, em razão da necessidade do fortalecimento do poder real durante o reinado de Henrique VIII. A ruptura com a Igreja teve por objetivo a consolidação do poderio dos Tudor no interior da sociedade inglesa. O rompimento com o papa poderia significar o acesso às terras e aos bens da Igreja, além do fortalecimento da monarquia inglesa, já que, assim, o rei não teria mais que se submeter a uma autoridade supranacional.

A alegação usada por Henrique VIII para romper com a Igreja foi a negação da anulação de seu casamento pelo papa Clemente VII. Casado com Catarina de Aragão, tia de Carlos V da Espanha, o rei inglês se queixava do fato de não ter obtido herdeiros homens. A preocupação se justificava, já que esse fato poderia levar ao trono inglês um nobre ligado ao reino espanhol. Assim, no intuito de viabilizar seu casamento com Ana Bolena, Henrique VIII rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana. Tal situação foi reconhecida pelo Parlamento em 1534, por meio do Ato de Supremacia, que tornou o monarca inglês chefe supremo da Igreja Anglicana.

Tal medida colaborou para o reforço do poder pessoal do rei, ao conceder-lhe o direito de nomear os ocupantes dos cargos eclesiásticos e de interferir nas questões dogmáticas. Os membros do antigo clero católico que resistiram às mudanças foram expulsos, e as terras da Igreja em território inglês foram confiscadas. A venda dessas terras para setores da nobreza e para comerciantes garantiu o apoio político desses grupos à religião reformada.

Os ritos e a estrutura da Igreja Anglicana se aproximavam daqueles da Igreja de Roma. Afinal, ao manter a hierarquia eclesiástica, Henrique VIII contribuiu para o reforço de seu poder, já que o rei se encontrava no topo dessa hierarquia. Ainda assim, do ponto de vista dogmático, o anglicanismo incorporou várias características dos movimentos reformistas, em especial do calvinismo. É possível afirmar, portanto, que ocorrera a fusão de dogmas protestantes com o formalismo dos ritos católicos. Isso não impedia, no entanto, a oposição dos calvinistas à religião anglicana. Os chamados puritanos se opunham ao modo como havia transcorrido a Reforma na Inglaterra.

CONTRARREFORMA

Preocupada com o avanço das chamadas "heresias protestantes", a Igreja Católica adotou um conjunto de medidas visando conter a expansão do protestantismo e reafirmar a doutrina e práticas católicas. A busca pela reconquista dos fiéis se materializou no Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo papa Paulo III.

Uma das medidas adotadas pelo alto clero católico para rebater as críticas sofridas foi o reconhecimento da Companhia de Jesus, ordem religiosa criada em 1534 por Ignácio de Loyola, para organizar as forças católicas em prol a luta contra seus inimigos. Sua atuação mais destacada se deu no trabalho missionário, ou seja, na obra de catequizar os nativos do continente americano. A estrutura da Companhia, baseada na organização militar e em uma rígida disciplina, levou os jesuítas a serem conhecidos como os soldados de Cristo. A atuação dos jesuítas também se fez por meio do controle de instituições de educação na Europa e na América.

A atuação do Tribunal do Santo Ofício também se fez presente na luta contra a Reforma. Por mais que fosse uma prática comum antes mesmo da Contrarreforma, a Inquisição atuou julgando e punindo aqueles que fossem considerados hereges. Vários intelectuais e membros de outras religiões foram interrogados pelos inquisidores e, por vezes, condenados à morte na fogueira.

Além disso, houve a criação do *Index*, lista de livros proibidos para a leitura dos católicos. O *Index* foi atualizado regularmente até o século XX e nele já constaram nomes como os de Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Rotterdam, Espinosa, John Locke, Denis Diderot, Pascal, Thomas Hobbes, René Descartes, Rousseau, Montesquieu, David Hume e Kant. Dessa forma, os católicos foram privados do acesso a essas obras, sob pena de serem levados à Inquisição.

Ainda atuando na defensiva, a Igreja Católica não abriu mão das suas principais convicções. Assim, práticas e dogmas como o culto aos santos, a virgindade de Maria, a infalibilidade papal, os sete sacramentos, o celibato clerical e a salvação pelas boas obras foram reafirmados pelo Concílio de Trento.

Apesar da sua postura conservadora, a Igreja Católica buscou reparar a sua imagem, criando, então, os seminários para a formação dos membros do clero, que haviam sido acusados de despreparo. Ainda nesse sentido, vale a pena ressaltar que, durante o Concílio de Trento, o clero optou por proibir a venda de indulgências, ação que, apesar de atenuar uma das principais acusações dos reformistas, não impediu a conversão de muitos fiéis às novas religiões.



Crise do catolicismo e a ascensão do protestantismo

Assista a um vídeo que mostra como os questionamentos feitos à Igreja Católica deram origem a novas religiões na Europa.

OGS2

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFLA-MG) O processo de reformas religiosas teve início no século XVI e suas causas podem ser, exceto
- A venda de indulgências incentivada pelos protestantes, que aliavam a sua ética religiosa ao espírito do capitalismo que nascia.
 - A mudança na visão de mundo como consequência do pensamento renascentista.
 - A presença de padres mal preparados intelectualmente que provocavam insatisfação nos fiéis.
 - A insatisfação da burguesia diante da condenação do catolicismo para o lucro e os juros.
- 02.** (PUC Minas) Na Alemanha, no século XVI, o monge agostiniano Martinho Lutero levantou-se contra os abusos cometidos pelo papado de Roma, desencadeando um movimento que ficou conhecido por Reforma Protestante. Sobre esse movimento, é incorreto afirmar que
- teve os seus objetivos defendidos, ampliando o poder da burguesia contra a ideologia senhorial.
 - as ideias veiculadas na Europa, no contexto do século XVI, significaram uma brecha importante na estrutura política feudal.
 - a disseminação dos ideais reformadores no seio da população possibilitou a vitória do nacionalismo contra o poder do papado.
 - a revolta dos camponeses contra a cobiça dos grandes senhores feudais pelos bens da Igreja contou com o apoio de Lutero.
- 03.** (UFMG) Leia estes trechos:
- Assim vemos que a fé basta a um cristão. Ele não precisa de nenhuma obra para se justificar.
 - O rei é o chefe supremo da Igreja [...]. Nessa qualidade, o rei tem todo o poder de examinar, reprimir, corrigir [...] a fim de conservar a paz, a unidade e a tranquilidade do reino [...].
 - Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.
- A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que as concepções expressas nos trechos I, II e III fazem referência, respectivamente, às doutrinas
- católica, anglicana e ortodoxa.
 - luterana, anglicana e calvinista.
 - ortodoxa, luterana e católica.
 - ortodoxa, presbiteriana e escolástica.

- 04.** (UFMG) Todas as alternativas apresentam fatores que permitiram o avanço do anglicanismo, exceto
- a fusão de dogmas protestantes ao formalismo dos ritos católicos.
 - o avanço das doutrinas protestantes entre as camadas populares.
 - o fortalecimento do internacionalismo do papa a partir do Vaticano.
 - o interesse pelas propriedades da Igreja, especialmente pelas suas terras.
 - o objetivo do rei de fortalecer seu poder absolutista monárquico.

- 05.** (UEFS-BA) Calvino [...] introduziu a noção de progresso e sucesso. Para o reformador genebrês, o indivíduo era responsável perante Deus. De acordo com suas possibilidades, devia tentar utilizar os meios que Deus lhe dera para se aperfeiçoar, dar a seus filhos chances de sucesso (principalmente por meio da educação) e trabalhar de maneira a se tornar um exemplo para seus próximos, seus vizinhos e sua congregação.

GARRISSON [s. d.]. p. 09.

A concepção calvinista quanto à relação entre o homem e os bens resultantes do esforço do trabalho propiciou, de acordo com o texto, a

- superação do medo da acumulação de riquezas, vista anteriormente como pecado, e, a partir daí, como sinônimo de progresso.
- condenação do lucro resultante da circulação do capital usurário, incentivado pelas nascentes casas bancárias da época.
- defesa do justo preço e do lucro limitado, como eram praticados nas corporações de ofícios das cidades medievais.
- queda dos antagonismos econômicos entre comerciantes católicos e protestantes, na Europa da época.
- valorização do ócio e do lazer, como sinais de riqueza, prestígio e felicidade.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFT-TO) Na noite de 31 de outubro afixou nas portas da igreja, aquela mesma onde estivemos ainda agora, 95 teses em que denuncia e discute o comércio das indulgências. Nenhum estudante ou teólogo aqui ousou rebater as teses, e contam que elas já se espalharam por toda a parte, sem dúvida acabarão chegando em Roma. Tenho uma cópia delas em meu quarto, você poderá lê-las. Nelas, Lutero diz que o papa não tem direito nem poder para modificar os castigos impostos por Deus. Que papa pode, quando muito, modificar e suspender castigos impostos pela Igreja.

VEIGA, Luiz Maria. *A Reforma Protestante*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 12.

O texto anterior refere-se à Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero, na Alemanha, em 1517. Sobre as teses afixadas na Catedral de Wittenberg, é correto afirmar que entre elas Lutero rejeitou:

- A credibilidade da *Bíblia*.
- Toda forma de comércio.
- Qualquer forma de ensino.
- A infalibilidade do papa.
- A sustentabilidade da razão.

- 02.** (UEG-GO-2016) Leia o texto a seguir.
39FS

O desenvolvimento do racionalismo econômico é parcialmente dependente da técnica e do direito racionais, mas é ao mesmo tempo determinado pela habilidade e disposição do homem em adotar certos tipos de conduta racional prática [...]. As forças mágicas e religiosas e as ideias éticas de dever nelas baseadas têm estado sempre, no passado, entre as mais importantes influências formativas de conduta.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 09.

Uma das mais conhecidas explicações sobre a origem do capitalismo é a do sociólogo alemão Max Weber, que postula a afinidade entre a ética religiosa e as práticas capitalistas. Essa relação se mostra claramente na ética do

- Catolicismo romano, que por meio da cobrança de dízimos e vendas de indulgências estimulou a acumulação de capital.
- Puritanismo calvinista, que concebe o sucesso econômico como indício da predestinação para a salvação.
- Luteranismo alemão, que defendia que cada pessoa devia seguir a sua vocação profissional para conseguir a salvação.
- Anglicanismo britânico, que, ao desestimular as esmolas, permitiu o incremento da poupança nas famílias burguesas.
- Catolicismo Ortodoxo, que, ao abrir mão dos luxos nas construções arquitetônicas, canalizou capital para investimentos econômicos.

- 03.** (UFRN) Ao comentar a Reforma Protestante do século XVI, Márcio Ferrari afirma:

O nascimento do protestantismo teve profundas implicações sociais, econômicas e políticas. Na educação, o pensamento de Lutero produziu uma reforma global do sistema de ensino alemão, que inaugurou a escola moderna. [...]

A ideia da escola pública e para todos, organizada em três grandes ciclos (fundamental, médio e superior) e voltada para o saber útil nasce do projeto educacional de Lutero.

FERRARI, Márcio. Martinho Lutero: o criador do conceito de educação útil. *Nova escola*. p. 30, n. 187, nov. 2005.

A proposta educacional de Lutero, referida no comentário anterior, está diretamente relacionada

- A) à defesa, por parte dos reformadores, da liberdade de interpretar a *Bíblia*, de modo que qualquer fiel tivesse acesso às fontes da doutrina.
- B) ao desejo de facilitar para os fiéis a leitura da *Vulgata*, tradução da *Bíblia* em latim, aceita como versão oficial da Igreja Luterana.
- C) ao projeto de melhoria da instrução do povo para que este pudesse compreender a doutrina luterana, cujo ensino era de competência exclusiva dos sacerdotes.
- D) à proposta de difusão da leitura entre o povo, para que este conhecesse os catecismos produzidos no Concílio de Trento.

04. (FGV-SP) Diversas tensões e diversos conflitos europeus ocorridos nos séculos XVI e XVII foram motivados ou intensificados por questões de natureza religiosa. Dentre eles, um dos mais conhecidos episódios é a “Noite de São Bartolomeu”, de 24 de agosto de 1572. A esse respeito, é correto afirmar:

- A) Trata-se do massacre de judeus, em Amsterdã, por católicos holandeses, que precedeu o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício nas Províncias Unidas.
- B) Trata-se da noite de celebração, na França, do acordo entre protestantes e católicos, que pôs fim a anos de intensos conflitos entre seguidores das duas religiões.
- C) Trata-se da cerimônia de encerramento do Concílio de Trento, quando se decidiu pela condenação das ideias luteranas e pela perseguição de seus seguidores.
- D) Trata-se da decisão tomada pelos monarcas Habsburgos no sentido de banir os protestantes do território do império espanhol.
- E) Trata-se do massacre de cerca de 30 mil huguenotes, que intensificou, na França, a animosidade entre católicos e protestantes.

05. (UFG-GO) No século XVI, com a ocorrência da Reforma e da Contrarreforma, católicos e protestantes, apesar de manterem o tronco comum no cristianismo, passam a divergir quanto às práticas e às explicações para suas crenças. Considerando as divergências, conclui-se que, em relação à hierarquia religiosa,

- A) os católicos aceitaram o poder temporal dos reis, constituindo uma relação de submissão da Igreja em relação ao Estado.
- B) os luteranos aceitaram a relação direta entre Deus e o fiel por meio da oração, sem dispensar a figura de um religioso.
- C) os católicos negavam a autoridade dos clérigos, indignados com o privilégio que eles tinham como intérpretes das Escrituras.
- D) os calvinistas conservaram o ritual litúrgico determinado por Roma, mantendo o culto aos santos e à Virgem Maria.
- E) os luteranos aboliram os sacramentos do batismo e da eucaristia, rompendo com o ordenamento proposto pelo cristianismo.

06. (Unicamp-SP) Uma pobre mulher, enforcada em 1739 por ter roubado carvão, acreditava que não houvesse pecado nos pobres roubarem os ricos e que, de qualquer forma, Cristo havia morrido para obter o perdão para tais pecadores.

HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 608.

Considerando o trecho anterior, podemos afirmar, quanto à sociedade inglesa dos séculos XVII e XVIII, que

- A) a religião fornecia argumentos para diversos grupos sociais agirem de acordo com seus interesses e necessidades.
- B) ainda dominava na sociedade inglesa a ideia da necessidade da confissão intermediada pela Igreja para perdão dos pecados.
- C) a reforma anglicana, ao atacar a propriedade privada, distanciou-se das elites inglesas e tornou-se a religião dos pobres.
- D) as revoluções Puritana e Gloriosa foram um obstáculo ao desenvolvimento burguês da Inglaterra e contrapunham-se à relação entre religião e política.

07. (UFJF-MG) No início do século XVI, a Igreja Católica passou por um amplo processo de reformulação doutrinária e administrativa, chamado de Reforma Católica (ou Contrarreforma). Paralelamente, as Coroas de Portugal e Espanha ajudavam no fortalecimento da Igreja Católica, mas também buscavam se transformar em instrumentos para a “salvação da humanidade”, através da conquista e da colonização de novas terras. Qual dos eventos a seguir não faz parte desse contexto?

- A) O Concílio de Trento, que reuniu diversos religiosos com o objetivo de posicionar-se frente às críticas protestantes e reafirmar os dogmas católicos.
- B) A criação do *Index Librorum Prohibitorum*, que se constituía numa lista de livros proibidos por atacarem os dogmas católicos ou atentarem contra eles.
- C) A difusão do projeto colonizador, segundo o qual o lucro era legítimo e o trabalho era uma vocação divina e que possibilitava o acúmulo de riquezas, como sinal de predestinação.
- D) O Padroado Real, através do qual os monarcas ibéricos eram autorizados a administrar os assuntos religiosos, tanto no reino como nas terras de Além-Mar.
- E) A fundação da Companhia de Jesus, uma vez que os jesuítas atuavam como educadores e catequizavam os povos nativos nas colônias portuguesas e espanholas.

08. (FGV-SP) John Wycliff (1320-1384) propunha o retorno a uma Igreja pura, pobre, defensora de uma economia coletiva. O inglês Wycliff era contra as propriedades da Igreja, o que também desagradava à burguesia nascente, defensora exatamente da propriedade.

Suas ideias reformistas alimentaram as Insurreições Camponesas de 1381, das quais participou pessoalmente. Foi excomungado em 1382.

As críticas de Wycliff deixaram marcas em seus discípulos, sobretudo porque ele era contra as indulgências [...]. Mas ele era também contra os sacramentos, contra os santos e propunha ainda uma reforma dos costumes políticos [...].

Adepto de Wycliff, o tcheco Jan Hus (1369-1415) atacou, em 1402, o clero católico, denunciando-o como um conjunto de "príncipes" não espirituais, verdadeiros potentados terrestres. [...] Considerado herético, foi condenado à morte na fogueira (1415).

MOTA, Carlos Guilherme.
História moderna e contemporânea. 1989.

Diferente de John Wycliff e Jan Hus, Martinho Lutero não teve o mesmo destino trágico, ainda que fizesse críticas próximas aos heréticos dos séculos anteriores. Essa condição de Lutero deveu-se

- A) à proteção que recebeu de uma parte dos príncipes alemães, que queriam os bens da Igreja, e das condições particulares da Alemanha ainda não unificada, onde os camponeses questionavam os tributos e as obrigações servis.
- B) à radical ligação com os setores marginalizados da sociedade alemã, como os camponeses e os trabalhadores das cidades, desvinculados das corporações de ofício e independentes dos senhores urbanos.
- C) à sua capacidade em conciliar a rigidez dos dogmas do cristianismo medieval com um mundo em eterna mutação, associando o teocentrismo aos modelos de ciência moderna.
- D) ao reconhecimento que fez dos hereges medievais, como críticos ingênuos e ineficazes na questão do poder político do alto clero romano, em especial o papa.
- E) à sua aceitação pela nobreza alemã, devido à proposta de separação entre as coisas do Estado e as coisas da religião, que interessava especialmente a essa camada social.

09. (UFG-GO) Leia o texto a seguir.

Somos prejudicados pelos nossos senhores, que se apoderam de nossas florestas. Se o pobre precisa de lenha, tem que pagar o dobro por ela. Nós somos de opinião que deve ser restituída à comunidade toda e qualquer floresta que se encontre nas mãos de leigos ou religiosos que não a adquiriram legalmente. [...] Preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia a dia. Exigimos que esse assunto seja examinado, a fim de que não sejamos sobrecarregados. [...]

Não queremos que nosso senhorio aumente suas exigências, mas que se atenha ao acordo estabelecido entre ambas as partes.

MANIFESTO dos camponeses. 1525. In: MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flávio Costa; FARIA, Ricardo de Moura. *História Moderna através de textos*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 128 (Adaptação).

O texto destacado consiste em trechos do manifesto elaborado pelo movimento camponês da Alemanha, no século XVI, durante a chamada Reforma Protestante. A partir do documento e de seu contexto histórico, explique

- A) as críticas e as reivindicações do movimento camponês expressas no manifesto.
- B) a reação de Martinho Lutero e da nobreza alemã diante da revolta camponesa.

SEÇÃO ENEM

- 01.** Tem sido hábito, até agora, de certos homens segurar-nos como propriedade sua, visto que o Cristo nos libertou [...]. Por isso, julgamos estar garantido que seremos libertados da servidão.

MANIFESTO dos camponeses alemães revoltados. 1525.

Deus prefere que existam governos, por piores que sejam, do que permitir à ralé que se amotine, por mais razão que tenha.

LUTERO, Martinho. Primeira metade do século XVI.

Esses trechos são contemporâneos e exemplificam os ideais de Lutero e dos camponeses que se sublevaram à época da Reforma. A análise comparativa dessas ideias nos indica que

- A) o catolicismo inflamado dos camponeses os fazia recusar veementemente os propósitos separatistas de Lutero ao iniciar a Reforma, mantendo-se fiéis à autoridade papal.
- B) a consciência política de Lutero, muito mais lúcida que a dos camponeses, o levava a defender o fim das revoltas camponesas contra a Igreja Católica, mesmo tendo sido perseguido por ela.
- C) os camponeses alemães e Lutero tinham críticas comuns à Igreja Católica da época, mas seus princípios se chocavam devido ao apoio mútuo existente entre Lutero e os setores da nobreza alemã, que mantinham os camponeses sob servidão.
- D) as reivindicações camponesas ilustram o caráter pré-iluminista do movimento desencadeado, justamente, a partir dos reflexos do Renascimento e da Reforma Protestante, que permitiram aos homens do século XVI adotar uma perspectiva mais racional do mundo.
- E) a pronta discordância de Lutero em relação ao Manifesto dos camponeses se deve à recusa dos setores populares em ajudá-lo nas lutas em prol da fundação de uma nova doutrina que pudesse libertá-los da opressão servil e católica.

02. A penetração das ideias de Lutero na Inglaterra teve importantes repercussões, que contribuíram para a criação do anglicanismo. Assim, com o apoio da nobreza e da burguesia, há muito desejosas de livrarem-se do pagamento de tributos à Igreja, o rei Henrique VIII desencadeia a Reforma Religiosa no país. O conflito entre o soberano e o papa, suscitado pela recusa deste em anular o casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, acabou resultando na criação da Igreja Anglicana.

Entre as teses de Lutero apresentadas a seguir, infere-se que a que influenciou decisivamente na Reforma Religiosa na Inglaterra foi:

- A) "Decaído em razão do pecado original, o homem só poderá ser salvo pelos méritos únicos de Jesus Cristo; por isso as obras são inúteis à salvação".
- B) "Deus concede a salvação por graça àquele que acredita na promessa da graça feita por Cristo, pois a alma iluminada pela fé se torna livre em relação a tudo que não seja Deus".
- C) "O papa não pode redimir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetendo-a nos casos reservados para si".
- D) "Por antecipação, Deus destina uns à vida eterna e outros à eterna maldição, pois eleição e reprovação são atos de Deus inteiramente livres".
- E) "Os magistrados e os príncipes devem insurgir-se contra a tirania de Roma, que fez dos sacramentos o meio da graça, disso se aproveitando para dominar as almas".

03. Sem dúvida você está certo em conferir ao homem algum tipo de livre-arbítrio, mas imputar-lhe um arbítrio que seja livre nas coisas de Deus é demais.

MARTINHO Lutero a Erasmo de Rotterdam. [16 – –].

Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

CALVINO, João. [16 – –].

Há uma lei imanente que dirige o mundo; na verdade, leis que se subordinam à Lei Primeira. Sair da ordem natural, o que o homem pode, devido ao seu livre-arbítrio, é ser mau, e é ele por isso responsável.

AQUINO, Tomás de. [13 – –].

As ideias apresentadas indicam que

- A) as posturas adotadas pelos reformadores eram divergentes quanto à salvação.
- B) a vontade de Deus é soberana, ainda que o homem tenha sua parcela de autonomia.
- C) Tomás de Aquino confirma os propósitos luteranos, divergindo do radicalismo calvinista.
- D) a postura menos intransigente de Lutero quanto à salvação lhe permitiu a condução da Reforma.
- E) o livre-arbítrio é o caminho mais adequado para a salvação, segundo os pensadores.

04. Lutero desenvolveu uma nova perspectiva sobre a problemática salvífica, encetando simultaneamente o processo de criação de um ambiente de discussão e consequente heterogeneidade no interior do cristianismo, juntamente com a ortodoxia e o catolicismo.

A desvalorização do papel do clero como autoridade mediadora e legitimadora reforçou a relevância da centralidade das Sagradas Escrituras, designadamente na relação direta com o crente, distanciada das componentes sacramentais e devocionais e assente num caráter mais próximo da intimidade.

LEITE, Rita Mendonça. *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: FTC, 2009. [Fragmento]

Qual dos princípios da religião protestante melhor se enquadra na análise da autora a respeito das transformações propostas por Lutero?

- A) Crítica à venda de indulgências.
- B) Fim do celibato eclesiástico.
- C) Livre exame da Bíblia.
- D) Salvação pela fé.
- E) Valorização de apenas dois sacramentos.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. A 03. B 05. A
02. D 04. C

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. A 05. B 07. C
02. B 04. E 06. A 08. A

09.

- A) Acreditando que Lutero criara uma nova doutrina que se opunha aos abusos do clero e da nobreza, os camponeses promoveram uma série de revoltas na Alemanha em 1524. Esse manifesto se insere nesse contexto de descontentamento geral. Nele, os camponeses criticam abertamente a exploração que sofriam nas mãos de seus senhores, apresentando preocupação com as obrigações e encargos que "aumentam dia a dia". Nesse sentido, o manifesto reivindica que "esse assunto seja examinado", de forma a diminuir os deveres servis. Além disso, há também uma clara insatisfação com a situação agrária, em que as terras comunais, cada vez mais, eram tomadas pelos nobres e pela Igreja Católica, gerando uma forte concentração fundiária. Nesse sentido, os camponeses exigiam uma distribuição de terra mais justa, com a devolução das terras comunais.
- B) Lutero se posicionou completamente contra as rebeliões camponesas de 1524. Isso não apenas por ser politicamente conservador, mas principalmente porque precisava do apoio da nobreza para difundir a sua doutrina. Dessa maneira, repudiou violentamente as ações dos revoltosos e passou a defender a execução de todos eles. E os nobres, temerosos com os avanços dos camponeses, organizaram tropas para reprimir os motins. Cerca de 100 mil camponeses foram mortos nos embates.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. C 02. E 03. B 04. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Revolução Inglesa

De acordo com o historiador Christopher Hill, “o século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim” (HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13.). Essa afirmação está relacionada à ocorrência da Revolução Inglesa, que aboliu os direitos feudais e submeteu o rei ao poder do Parlamento. Abria-se, a partir daquele momento, o caminho para a consolidação das relações capitalistas e da monarquia parlamentar como forma de organização política.

Ao final do processo revolucionário, ocorreu a ascensão de novos grupos ao poder político e o fim das tentativas de absolutização do poder real na Inglaterra. A burguesia e a pequena nobreza, identificada com os valores burgueses, a *gentry*, passaram, por meio da ação no Parlamento, a impor limites à atuação dos monarcas ingleses. O processo de marginalização da Coroa em relação aos assuntos políticos recrudescer, fazendo com que os reis ingleses desempenhassem um papel cada vez mais simbólico.

A partir de então, assiste-se a um reforço dos rituais, cada vez mais suntuosos, fundamentais para a construção da imagem pública dos reis. O gradativo afastamento da atividade política foi compensado pelo incremento das manifestações públicas da monarquia inglesa.



Jon Bennett / Creative Commons

O discurso anual da rainha no Parlamento é um dos rituais reservados à monarquia inglesa.

Antes de discorrer sobre o processo revolucionário como um todo, é importante ressaltar que a Revolução Inglesa é dividida em dois momentos, a Revolução Puritana (1640-1649) e a Revolução Gloriosa (1688), sendo a segunda considerada um desdobramento da primeira.

ECONOMIA INGLESA

Existia na Inglaterra do século XVII uma estrutura econômica que comportava, simultaneamente, resquícios feudais persistentes e elementos do sistema capitalista. Embora a atividade mais dinâmica fosse o comércio, a economia inglesa ainda se mantinha dependente, em grande parte, das atividades agrícolas.

As transformações ligadas ao desenvolvimento da economia capitalista também podiam ser sentidas no mundo rural. Afinal, desde a Idade Média, vinha ocorrendo o processo de transformação da estrutura agrária na Inglaterra. Conhecido como cercamento ou *enclosures*, esse processo, que consistia na transformação das terras comuns em propriedades privadas, intensificou-se no século XVII.

Em um primeiro momento, os campos comunais eram vinculados a uma relação tradicional com a terra. Nesses locais pouco valorizados, os camponeses mais pobres podiam cortar madeira, colher lenha para a construção, pescar e criar rebanhos. Em muitos casos, as terras eram ocupadas por trabalhadores empobrecidos em busca de residência. Porém, com os cercamentos, esses campos eram reunidos, transformados em propriedade privada, e sua produção era direcionada para a economia de mercado.

A inflação, causada pelo afluxo de metais preciosos da América para a Europa, estimulou a produção agrícola e provocou a valorização da terra, contribuindo ainda mais para as transformações na estrutura fundiária. As terras cercadas eram utilizadas para a criação de ovelhas ou para a produção agrícola, visando ao abastecimento das cidades.

Aos camponeses, que anteriormente usufruíam das terras, restava a submissão ao trabalho assalariado no campo ou a fuga em direção às cidades. Nos centros urbanos, esse grupo poderia ser utilizado nas manufaturas inglesas, proletarizando-se, ou mesmo passando a compor a parcela de marginalizados no interior dessa sociedade.

As transformações na estrutura agrária foram proporcionadas, ainda, pelo confisco, venda e distribuição das terras da Igreja, após a Reforma Anglicana na Inglaterra. A venda e a doação das terras beneficiaram a alta nobreza e a *gentry*. Além disso, colaboraram para o fortalecimento dos reis ingleses.

As consequências dessas transformações fundiárias na Inglaterra foram:

- a dinamização do capitalismo no mundo rural;
- o aumento do fornecimento de lã para as manufaturas, devido à criação de ovelhas nas terras cercadas;
- a formação do proletário urbano;
- a expansão do trabalho assalariado;
- a consolidação de grupos ligados à produção agrícola voltada para o mercado, como a *gentry* e os *yeomen*;
- a valorização dos produtos agrícolas;
- o aumento das tensões sociais no campo e na cidade, devido ao número de desempregados, de marginais e de bandidos, que não encontravam espaço no novo mercado de trabalho;
- o início da especulação com o valor da terra;
- o deslocamento de camponeses expropriados para as colônias na América.

Os conflitos gerados pelo processo dos cercamentos fizeram com que os monarcas ingleses, das dinastias Tudor e Stuart, tentassem amenizar a tensão social ao dificultar a apropriação das terras comuns. Ao agir desse modo, no entanto, os reis desagradavam à alta burguesia, pois proporcionavam um entrave ao desenvolvimento capitalista na Inglaterra.

SOCIEDADE INGLESA

Assim como na economia, no interior da sociedade inglesa ainda era possível verificar, durante o século XVII, a permanência de estruturas remanescentes da sociedade estamental de origem medieval, associadas a relações típicas de uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Os principais grupos dessa sociedade eram:

Aristocracia

Esse grupo era formado por proprietários de terra, que, em muitos casos, haviam conquistado mais propriedades com o processo de cercamentos.

No século XVII, esse grupo passava por momentos de crise e via seu poder declinar em detrimento do aumento da influência da *gentry*, que, revestida de uma mentalidade mais empreendedora, passou a se fortalecer, enquanto a tradicional aristocracia, protegida pelo monarca, ainda se apegava à exploração tradicional da terra. O declínio da alta nobreza enfraqueceu uma das bases de apoio da monarquia absolutista no contexto da Revolução Inglesa.

Gentry

A *gentry* era formada por um grupo de proprietários de terra de mentalidade burguesa. É importante ressaltar que o *status* desse grupo não provinha de títulos, pois era a propriedade de terras e a não necessidade de trabalho que conferia nobreza a esse grupo. Dedicavam-se, principalmente, à produção de lã para as manufaturas inglesas. A ascensão desse grupo devia-se, em parte, ao fato de boa parte de seus membros ser adepta ao calvinismo. A atuação da *gentry* em busca da ampliação de sua participação política foi fundamental para a eclosão do processo revolucionário.

Yeomen

Os *yeomen* constituíam cerca de 1/6 da população inglesa e eram, em sua maioria, pequenos proprietários que trabalhavam em suas terras. Podem ser considerados a classe média rural, sendo que os mais bem-sucedidos haviam lucrado com o processo de mercantilização das terras, enquanto outros lutavam para manter seus terrenos frente à pressão dos grandes proprietários.

Burguesia

A alta burguesia desfrutava de monopólios e concessões exclusivas concedidos pela Coroa, práticas comuns ao mercantilismo. Esse grupo não queria perder seus privilégios, por isso foi inicialmente a favor da manutenção da monarquia, que lhes concedia uma série de privilégios. Ainda assim, a maior parte dos burgueses defendia a redução dos poderes reais, o que viabilizaria uma maior participação política e a retirada dos entraves ao livre desenvolvimento da economia.

Trabalhadores urbanos e rurais

Apesar de ser a maioria da população inglesa, esses dois grupos foram os que mais sofreram com as consequências da exploração capitalista. Parte dos trabalhadores rurais ainda estava submetida à exploração de origem feudal pela alta nobreza e desejava melhorar as suas condições em um momento em que a valorização dos produtos agrícolas elevava o preço dos produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores rurais, no entanto, já estavam submetidos a formas capitalistas de exploração.

RELIGIÃO NA INGLATERRA

Seguindo os demais movimentos reformistas do século XVI, o Ato de Supremacia, ratificado pelo Parlamento em 1534, criou a Igreja Anglicana na Inglaterra e, a partir desse momento, o controle sobre a Igreja constituiu-se em um expressivo instrumento de poder do Estado inglês. A nomeação dos cargos da Igreja, que passou a ser função do Estado, permitiu o fortalecimento do poder real. Parte da aristocracia inglesa aderiu ao anglicanismo, mas um considerável contingente dos pares se manteve fiel ao catolicismo, demonstrando, assim, sua autonomia.

Além do anglicanismo, o calvinismo também se expandiu de maneira significativa na sociedade inglesa, principalmente entre os setores mais progressistas. Os presbiterianos, que compunham um desses setores, pertenciam, em sua maioria, à *gentry* e acreditavam na necessidade de líderes religiosos e não religiosos (os presbíteros) na condução dos interesses da comunidade.

Já os puritanos – ala também oriunda do calvinismo – defendiam a formação de comunidades com menor controle, nas quais qualquer fiel pudesse assumir a função de pregador, e desejavam reformar ainda mais a Igreja Anglicana, que ainda mantinha estruturas do catolicismo. Em geral, a pequena e média burguesia, os *yeomen*, os trabalhadores urbanos e os camponeses seguiam o puritanismo. Por sua postura mais radical, os puritanos eram perseguidos pela Coroa inglesa.

POLÍTICA INGLESA

Em meio à Europa absolutista, o poder dos monarcas ingleses encontrava empecilhos na ação do Parlamento. O Parlamento inglês, criado em 1258, tinha garantida na Magna Carta de 1215 a prerrogativa de limitar o poder real, como no caso da criação de novos impostos.

Bicameral, o Parlamento era composto da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns. A Câmara dos Lordes era constituída por membros do clero anglicano e da aristocracia, grupos que ocupavam também os altos cargos ligados aos reis ingleses. Já a Câmara dos Comuns, representava aqueles que não faziam parte da nobreza e era composta pela burguesia e por representantes da *gentry*.

Durante a dinastia Tudor (1485-1603), houve pouca oposição do Parlamento aos interesses dos monarcas ingleses. Os vários setores sociais beneficiados naquele contexto evitaram manifestar sua oposição por meio da ação no Parlamento. A descrição a seguir auxilia na compreensão dessas relações:

A aristocracia beneficiava-se da estabilidade política e social que eliminara os conflitos no seio da própria elite e contivera as rebeliões camponesas, beneficiando-se ainda do exercício de altos cargos públicos e das vendas de terras confiscadas à Igreja Católica. A nobreza empobrecida, em dificuldades econômicas, teve oportunidade de refazer suas posses nos saques realizados no Novo Mundo e legitimados pelo Estado. A alta burguesia, beneficiária da monarquia, recebia os monopólios e os privilégios comerciais e industriais e a concessão de companhias privilegiadas. Artesãos e artífices tinham a garantia dos privilégios corporativos. Numerosas leis tentavam coibir os abusos dos cercamentos e seus efeitos despovoadores, procurando dar estabilidade ao corpo social.

ARRUDA, José Jobson. *A Revolução Inglesa*. São Paulo: Brasiliense, 1988. [Fragmento]

Essa relativa estabilidade, no entanto, seria rompida com a ascensão dos reis Stuart, após a morte de Elizabeth, última rainha Tudor, em 1603. Assim, Jaime VI da Escócia, seu primo e parente mais próximo, subiu ao trono inglês como Jaime I, inaugurando a dinastia Stuart.

A DINASTIA STUART

O reinado dos Stuart foi marcado por uma série de conflitos relacionados às tentativas de reforço do poder real. Baseando-se na teoria do direito divino dos reis, a nova dinastia entrou em conflito com o Parlamento e tentou reafirmar o seu poder por meio do controle da hierarquia eclesiástica, desagradando os puritanos. A perseguição aos puritanos se intensificou, e o conflito entre os monarcas e as forças vinculadas ao Parlamento provocou uma guerra civil, mudando os rumos da história da Inglaterra.

Jaime I (1603-1625)

Enquanto esteve no poder, Jaime I, o primeiro dos reis Stuart, caracterizou o seu governo por atitudes que visavam à recuperação dos cofres ingleses e ao reforço de seu poder pessoal.

No campo religioso, o reinado de Jaime I registrou o reforço da orientação católica na Igreja Anglicana e, ao mesmo tempo, promoveu o aumento da repressão religiosa. Puritanos, que compunham a burguesia, reagiram a essas medidas, pois acreditavam que a Igreja Anglicana deveria tornar sua liturgia mais próxima do calvinismo, afastando-se do catolicismo.

Politicamente, as tensões entre o rei e o Parlamento se exacerbaram quando Jaime I lançou mão dos seus preceitos absolutistas, aumentando os impostos e concedendo monopólios sobre produtos de largo consumo, como carvão, sabão, cerveja e manteiga.

A política fiscal, somada à repressão religiosa e à política externa de Jaime I – que se aproximou da Espanha, católica e antiga rival inglesa –, provocou uma grande rivalidade entre o monarca e o Parlamento. As pressões persistiram até a morte do rei em 1625, quando seu filho Carlos I assumiu o poder.

Carlos I (1625-1649)

Carlos I manteve a política autoritária de seu antecessor, conservando a repressão política e religiosa e, assim, se indispondo com o Parlamento. A oposição, que inicialmente limitava-se ao campo político, ganhou contornos violentos, levando ao desencadeamento do processo revolucionário.

Durante o seu reinado, Carlos I aumentou os gastos com a Corte e distribuiu muitos privilégios aos nobres. Para tanto, o monarca fez intervenções na economia, forçando seus súditos a concederem créditos à Coroa ou criando impostos, como o *Ship Money*, que, inicialmente restrito às zonas portuárias, foi estendido a todo o país por Carlos I.

Visando a conter o avanço da política fiscal de Carlos I, o Parlamento exigiu do monarca a aceitação da Petição de Direitos, documento que limitava o seu poder, principalmente no que se referia à cobrança de impostos e à convocação do Exército. Após aceitar, inicialmente, tais restrições, Carlos I dissolveu o Parlamento em 1629, situação que perdurou por 11 anos.

O autoritarismo de Carlos I ultrapassou os limites da Inglaterra, já que o rei se mobilizou para expandir os ideais reformados pela Grã-Bretanha. A tentativa de imposição do anglicanismo na Escócia, presbiteriana, resultou na invasão da Inglaterra pelas tropas escocesas em 1640. Diante da ameaça, Carlos I convocou o Parlamento na tentativa de aumentar os impostos para a organização do Exército. Para que pudessem retomar seus trabalhos, no entanto, os comuns impuseram uma série de restrições ao poder real, o que fez com que o Parlamento fosse novamente fechado.

Com a vexatória derrota das tropas inglesas para a Escócia, o rei foi forçado a convocar novamente o Parlamento, que, a partir desse momento, assumiu o controle político. Medidas como a revogação de decretos reais, o estabelecimento de uma periodicidade para a convocação do Parlamento e as limitações da ação da Igreja Anglicana deram origem a novas divergências que, dessa vez, desembocaram na Revolução Puritana.

REVOLUÇÃO PURITANA (1640-1649)



Os conflitos entre o Parlamento e Carlos I levaram ao início de uma guerra civil. Os chamados realistas ou cavaleiros apoiavam o rei. Compunham a esse grupo a nobreza, e, do ponto de vista religioso, os anglicanos e católicos.

Do outro lado do conflito, encontravam-se os cabeças-redondas, fiéis ao Parlamento e formados por puritanos, pela pequena e média nobreza, pela burguesia e por trabalhadores urbanos e rurais.

Após algumas derrotas iniciais, as forças de oposição ao rei obtiveram vitória com o estabelecimento de uma nova forma de organização militar. O Exército de Novo Tipo, ou *new model army*, foi liderado por um puritano membro da *gentry* chamado Oliver Cromwell. O Exército revolucionário valorizou, em sua estrutura, o mérito e a capacidade individual, sendo, portanto, o merecimento, e não a distinção pelo nascimento, o critério para a ascensão militar.

No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de “plebeus” aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os “cavaleiros” – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: “Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitães de cavalaria, os homens honestos os seguirão.”

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[Fragmento]

Após uma série de confrontos, as tropas do Parlamento conseguiram a vitória sobre as forças de Carlos I. O vazio de poder deixado pela vacância do trono inglês deu início a um longo e complexo conflito entre diversos grupos políticos formados durante o processo revolucionário.

Setores mais conservadores do Parlamento, como os presbiterianos, desejavam diminuir a influência do Exército e, para isso, juntaram-se ao rei, que, em meio àquele processo conturbado, desejava enviar os militares para conter uma rebelião na Irlanda, região dominada pelos ingleses. Os *levellers*, setores mais radicais ligados ao Exército, impediram tal ação.

Chamados de niveladores, os *levellers* se comprometeram a não desmobilizar as forças do Exército até que suas reivindicações fossem atendidas. Eles defendiam a democratização, a maior igualdade perante a lei e o regime republicano.

Os mais radicais eram a favor da extinção da Câmara dos Lordes, da implementação do sufrágio universal masculino, do estabelecimento do livre-comércio, do fim dos monopólios, da proteção da pequena propriedade e da execução do rei.

Ao mesmo tempo que as forças revolucionárias disputavam a composição do poder, o rei organizava a Contrarrevolução. Assim, após uma tentativa real fracassada, as forças lideradas por Cromwell desmobilizaram as forças leais ao rei e o levaram a julgamento em 1648. A condenação feita pela Câmara dos Comuns dizia:

Ficou provado pela experiência que a função do rei neste país é inútil, onerosa e um perigo para a liberdade, a segurança e o bem-estar do povo; por isso, de hoje em diante, tal função fica abolida.

Fazendo cumprir a sentença, no dia 30 de janeiro de 1649, Carlos I foi executado e, no mesmo ano, foi proclamada a República na Inglaterra.

REPÚBLICA PURITANA (1649-1660)



Após a execução do rei, o comando da Inglaterra foi delegado ao líder da facção vitoriosa na guerra, Oliver Cromwell. A República de Cromwell, ou *Commonwealth*, foi responsável pela eliminação dos resquícios feudais e pela consolidação dos valores liberais comuns à burguesia e à *gentry*. Inicialmente, o poder esteve dividido entre o Parlamento e o Exército, mas foi gradativamente se concentrando nas mãos do líder militar Oliver Cromwell.

Uma das primeiras ações de Cromwell foi eliminar os grupos políticos mais radicais, como os *levellers* e os *diggers*, que desejavam a formação de cooperativas nas quais os bens produzidos seriam apropriados de forma comum.

Ainda no âmbito político, o novo líder inglês suprimiu os privilégios feudais e dissolveu o Parlamento em 1653 e assumiu o título de lorde protetor da Inglaterra, atuando como um ditador que advogava em favor da burguesia.

Cromwell usou, ainda, seu autoritarismo para beneficiar a Inglaterra internacionalmente. Suas ações se voltaram principalmente para a Irlanda e para a Escócia, acusadas de abrigar realistas e contrarrevolucionários.

Por fim, é importante ressaltar que Oliver Cromwell também foi muito importante para o crescimento econômico inglês, visto que estimulou o comércio, a produção artesanal e o livre-cambismo. Ainda assim, a grande realização de Cromwell foi a edição dos Atos de Navegação. Essas leis fortaleceram o comércio exterior e visaram combater a principal rival da Inglaterra nos oceanos, a Holanda. Pelos Atos, ficava determinado que as mercadorias importadas deveriam seguir para a Inglaterra em navios ingleses ou nas embarcações dos seus países de origem.

RESTAURAÇÃO E REVOLUÇÃO GLORIOSA



Após a morte de Oliver Cromwell em 1658, seu filho Richard assumiu, mas a sua falta de habilidade política inviabilizou a sua permanência no poder. A possibilidade de eclosão de novos conflitos e da emergência de novos grupos radicais gerou um clima propício para que a dinastia Stuart, pudesse ser restaurada na Inglaterra.

Com o apoio dos grupos conservadores à restauração monárquica, Carlos II (1660-1685), filho de Carlos I, assumiu o trono, marcando o retorno da dinastia Stuart ao trono inglês. Carlos II procurou manter relações menos tensas com o Parlamento, temendo seguir o mesmo destino de seu pai. Em seu governo, no entanto, o monarca exigiu a exumação do corpo de Cromwell e enforcou o cadáver em praça pública. Em seus 25 anos de reinado – marcados pela expansão comercial inglesa –, Carlos II submeteu-se à maioria das imposições do Parlamento e foi sucedido por seu irmão, Jaime II.

Com uma postura diferente do seu antecessor, Jaime II (1685-1688) estabeleceu uma política favorável à aristocracia, que teve parte dos seus bens restituída. Jaime II, que havia se convertido ao catolicismo, beneficiou também os católicos, de forma que esse grupo passou a gozar de alguns benefícios fiscais e a ocupar importantes cargos políticos.

A tensão política gerada pela intransigência de Jaime II e a ameaça da eclosão de um novo movimento revolucionário levaram parte da elite dominante e do clero anglicano a promover um golpe palaciano. O processo, denominado Revolução Gloriosa, por não ter levado a uma nova guerra civil, retirou Jaime II do trono.

A abdicação deu-se em favor de seu genro, Guilherme de Orange, nobre protestante de origem holandesa. Declarado rei pelo Parlamento, Guilherme I foi submetido à Declaração dos Direitos, ou *Bill of Rights*, documento que estabeleceu a hegemonia do Parlamento sobre a monarquia e concedeu tolerância religiosa aos puritanos.

Estavam estabelecidas, portanto, as bases para a monarquia parlamentar e a consolidação da ordem liberal que passaria a vigorar na Inglaterra a partir de então.

BILL OF RIGHTS (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS)

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que, do mesmo modo, é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para dispensar as leis ou o seu cumprimento, como anteriormente se tem verificado, por meio de uma usurpação notória.

[...]

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

[...]

Que o ato de levantar e manter dentro do país um exército em tempo de paz é contrário à lei, se não proceder autorização do Parlamento.

INGLATERRA. *Bill of Rights*. 1689. In: NEVES, J. R. de C. *Como os advogados salvaram o mundo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (UFV-MG) Sobre as Revoluções Inglesas do século XVII, é correto afirmar que:
- Oliver Cromwell evitou a centralização do poder quando se tornou o Lorde Protetor da Inglaterra em 1653, pois repudiava o poder absolutista.
 - após a guerra civil da década de 1640, o rei Carlos I foi executado e a República na Inglaterra foi estabelecida temporariamente.
 - Guilherme de Orange, um dos líderes do Exército Revolucionário que lutou na década de 1640 contra o poder absolutista do rei Carlos I, foi coroado como o novo rei inglês.
 - a Revolução Gloriosa (1688) representou a ascensão ao poder dos grupos sociais mais radicais que aboliram a propriedade privada.
- 02.** (FGV-SP) A história da monarquia inglesa foi marcada por transformações decisivas nos séculos XVI e XVII. Sobre tais mudanças, é correto afirmar:
- Pelo Ato de Supremacia de 1534, o monarca Henrique VIII regularizou o divórcio na Inglaterra e dissolveu o Parlamento, consolidando assim seu poder absoluto.
 - Pelo Ato de Sucessão de 1543, o direito ao trono inglês tornava-se restrito exclusivamente aos herdeiros masculinos.
 - Em 1651, foram promulgados os Atos de Navegação, que condenavam o tráfico de escravos e legitimavam as investidas inglesas contra navios negreiros.
 - A monarquia inglesa foi abolida em 1649, durante a revolução liderada por Oliver Cromwell, e foi restaurada em 1660.
 - A Carta de Direitos de 1689 restabelecia os privilégios aristocráticos e o poder absolutista, abalados desde a Revolução Puritana.
- 03.** (FUVEST-SP) As chamadas “revoluções inglesas”, transcorridas entre 1640 e 1688, tiveram como resultados imediatos
- a proclamação dos Direitos do Homem e do Cidadão e o fim dos monopólios comerciais.
 - o surgimento da monarquia absoluta e as guerras contra a França napoleônica.
 - o reconhecimento do catolicismo como religião oficial e o fortalecimento da ingerência papal nas questões locais.
 - o fim do anglicanismo e o início das demarcações das terras comuns.
 - o fortalecimento do Parlamento e o aumento, no governo, da influência dos grupos ligados às atividades comerciais.

04. (FAMERP-SP-2016) O período de 1603 a 1714 foi talvez o período mais decisivo na história da Inglaterra. [...] Jaime I e seu filho [na primeira metade do século XVII] destituíram juízes que atuavam de forma muito independente, contrariando desejos da realeza; após 1701, os juízes só poderiam ser removidos de suas funções por meio de notificações de ambas as Casas do Parlamento.

HILL, Christopher S. *O século das revoluções*, 1603-1714. 2012.

O excerto descreve transformações ocorridas na história inglesa no sentido

- A) de extinção da monarquia e de proclamação da república parlamentarista.
- B) de fortalecimento do feudalismo e de conquista do parlamento pela nobreza.
- C) de ascensão do poder popular e de controle do parlamento pelos camponeses.
- D) de abolição do absolutismo e de reforço do poder do parlamento.
- E) de ampliação dos direitos do Estado e de domínio do parlamento pelos juízes.

05. (PUC-SP) O Ato de Navegação de 1651 foi editado por Oliver Cromwell, no contexto das chamadas Revoluções Inglesas do século XVII. Era uma forma de

- A) assegurar mercado consumidor para produtos ingleses e impedir a concorrência de novas potências industriais, como a França e a Alemanha.
- B) obter maior controle sobre a circulação marítima comercial e, dessa forma, ampliar a presença britânica sobre os mares.
- C) beneficiar os interesses da nobreza britânica, que finalmente conseguia se impor à burguesia nas lutas religiosas, sociais e políticas internas.
- D) impedir as exportações francesas para a América do Norte e, dessa forma, impedir a autonomia econômica das colônias inglesas na região.
- E) facilitar o acesso às colônias do norte da África, para assegurar o fornecimento de carvão e de minérios para as fábricas inglesas.

- C) envolveram conflitos religiosos que, juntamente com as disputas políticas e sociais, desembocaram na retomada do poder pelos católicos e em perseguições contra protestantes.
- D) geraram um Estado monárquico em que o poder real devia se submeter aos limites estabelecidos pela legislação e respeitar as decisões tomadas pelo Parlamento.
- E) precederam as revoluções sociais que, nos dois séculos seguintes, abalaram França, Portugal e as colônias na América, provocando a ascensão política do proletariado industrial.

02. (UFJF-MG) Leia o fragmento a seguir:

O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. Os problemas desse país não lhe são privativos. Toda a Europa enfrentava uma série de conflitos, revoltas e guerras civis. [...] Contudo, apenas na Inglaterra ocorreu uma ruptura decisiva no século XVII.

HILL, C. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*.

Essa ruptura ficou conhecida como Revolução Inglesa, um processo que se estendeu de 1640 a 1660. A respeito desse processo, é incorreto afirmar que

- A) foi decisivo na derrocada do absolutismo na Inglaterra.
- B) consolidou um mercado nacional, com um governo que priorizava as questões comerciais.
- C) privilegiou os interesses dos setores agrários e da Igreja Católica, que passaram a ser financiados pelo governo.
- D) as decisões tomadas durante esse processo garantiram que a Inglaterra fosse governada por uma assembleia representativa.
- E) foi marcado por manifestações no campo contra as mudanças no regime de propriedade da terra, com destaque para grupos como os *diggers* e *levellers*.

03. (Fatec-SP) Considere o texto a seguir:

Se você observar a Inglaterra no século XVII, verá que é uma potência de segunda classe, levando um embaixador inglês, em 1640, a dizer que seu país não gozava de qualquer consideração no mundo. O que era verdade. Mas já no começo do século XVIII, a Inglaterra é a maior potência mundial. Logo, alguma coisa aconteceu no meio disso. E eu creio que o que houve no meio foram a Guerra Civil e a Revolução que tiveram efeitos fundamentais. [...] O resultado foi que, se a Inglaterra no século XVII era importadora de cereais e padecia de fome e escassez, no fim desse século já era exportadora e não havia mais fome. Tudo isso, como é óbvio, convergiu para a irrupção da Revolução Industrial no final do século seguinte.

HILL, Christopher [historiador]. 10 ago. 1988. Entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*.

Sobre as revoluções inglesas, ocorridas no século XVIII, é correto afirmar que

- A) o processo dessas revoluções foi inspirado nos ideais iluministas do século XVIII culminando, assim como na França, na decapitação do rei.
- B) Oliver Cromwell, apesar de ter comandado os *yeomen*, acabou derrotado pelas tropas leais ao rei.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Unesp) A Revolução Puritana (1640) e a Revolução Gloriosa (1688) transformaram a Inglaterra do século XVII. Sobre o conjunto de suas realizações, pode-se dizer que

- A) determinaram o declínio da hegemonia inglesa no comércio marítimo, pois os conflitos internos provocaram forte redução da produção e exportação de manufaturados.
- B) resultaram na vitória política dos projetos populares e radicais dos cavadores e dos niveladores, que defendiam o fim da monarquia e dos privilégios dos nobres.

- C) foram um movimento que retardou a chegada da Revolução Industrial por terem levado a nação a afundar-se numa guerra civil sem fim.
- D) serviram para fortalecer a figura do rei e da monarquia absolutista em detrimento do Parlamento e da *gentry*.
- E) estabeleceram uma nova realidade política e religiosa, pois o Parlamento consolidou seus direitos, e os não anglicanos tiveram garantia de tolerância religiosa.

04. (ESCS-DF) As primeiras revoluções burguesas tiveram lugar na Inglaterra, no século XVII, com a Revolução Puritana (1649-1658) e a Revolução Gloriosa (1688), expressando um confronto entre o Parlamento, sob a liderança da burguesia e da *gentry*, e os monarcas da dinastia Stuart com práticas absolutistas. Uma das consequências geradas por esses dois movimentos revolucionários burgueses é:

- A) O fortalecimento da nobreza inglesa através da criação do sistema parlamentarista com a Revolução Gloriosa de 1688.
- B) A total falência do sistema econômico inglês em função do favorecimento do Estado inglês ao sistema manufatureiro da burguesia local.
- C) O retorno da Igreja Católica como religião oficial dos ingleses em função da aliança entre a burguesia e os Estados Pontifícios na Revolução Puritana.
- D) O controle da política inglesa pela Câmara dos Lordes, representando a vitória da nobreza local durante a Revolução Gloriosa.
- E) A consolidação da Inglaterra como potência econômica após o fortalecimento da burguesia no poder inglês com a Revolução Gloriosa.

05. (Mackenzie-SP) A Revolução Gloriosa, na Inglaterra (1688-1689), marcou o início de uma época de grande prosperidade para o país, lançando as bases para o desenvolvimento capitalista, e permitiu que o país fosse o pioneiro na Revolução Industrial do século XVIII. Podemos estabelecer uma relação entre os dois eventos porque

- A) o governo passou a impor a religião anglicana, dando fim aos conflitos religiosos e aos massacres entre católicos e protestantes, liberando mão de obra para as novas técnicas de produção.
- B) o poder real, com a retomada do absolutismo, não encontra empecilhos para dar fim ao sistema feudal e incentivar a prática capitalista para aumentar os recursos do Tesouro Nacional.
- C) o país, com o advento do Parlamentarismo, passou por transformações, como o acordo político e econômico entre a burguesia e a nobreza rural que, juntas, promoveram o desenvolvimento econômico.
- D) tanto a tolerância religiosa quanto uma maior liberdade de expressão política por parte da sociedade civil, características do despotismo esclarecido, incentivaram o desenvolvimento econômico.
- E) o desenvolvimento de uma monarquia, com características de um Estado liberal, permitiu a união de todas as classes sociais na Inglaterra, o que permitiu a modificação das relações trabalhistas no campo.

06. (FGV-SP) A linha mais secular associa-se com os *levellers* e os *diggers*, os quais, embora seus programas diferissem muito, ofereciam soluções políticas e sociais para os males terrenos. Tais grupos surgiram dos acalorados debates, realizados em Putney em 1647, entre oficiais do exército (favoráveis aos grandes comerciantes e donos das propriedades rurais) e os “agitadores”, que representavam as fileiras da tropa.

RUDE, George. Ideologia e protesto popular apud MARUES, Adhemar et al. *História contemporânea através de textos*.

No contexto das revoluções inglesas do século XVII, os *levellers* se constituíam em um grupo

- A) moderado, ligados à pequena nobreza rural, e defensores da articulação entre os interesses do rei Carlos I e do Parlamento, além de reivindicarem o poder religioso para os presbiterianos.
- B) extremista, com representantes entre os camponeses sem terra, aliados aos presbiterianos, defensores de uma sociedade que abolisse a propriedade privada e o dízimo pago à Igreja Anglicana.
- C) moderado, ligados a médios proprietários rurais, e aliados ao Novo Modelo de Exército liderado por Oliver Cromwell, defendiam o controle sobre o poder real e ampliação do poder do Parlamento.
- D) radical, pertencentes à pequena burguesia urbana, que defendiam uma série de transformações sociais, como a restrição às grandes propriedades e separação entre Igreja e Estado.
- E) conciliador, formado pela grande burguesia urbana, aliados da *gentry* e dos independentes, eram defensores da ampliação do poder do Parlamento e da liberdade econômica.

07. (UFMG) A Revolução Inglesa, no século XVII, foi longa e bastante significativa para a consolidação do mundo político moderno. Nesse processo revolucionário, podem ser identificados dois grandes momentos: a Revolução de 1640, ou Revolução Puritana, e a Revolução de 1688, ou Revolução Gloriosa.

1. O adjetivo utilizado para identificar, ou nomear, cada um desses dois momentos da Revolução Inglesa é bastante sugestivo para a caracterização deles. Explique o que, em cada uma das duas fases, levou ao uso do respectivo adjetivo para a identificação do momento.
2. Analise duas implicações políticas decorrentes do processo revolucionário inglês do século XVII.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem)

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que é indispensável convocar com frequência os Parlaentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar as leis.

Declaração de Direitos. Disponível em: <<http://disciplinas.stoa.usp.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011 (Adaptação).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em

- A) redução da influência do Papa – Teocracia.
- B) limitação do poder do soberano – Absolutismo.
- C) ampliação da dominação da nobreza – República.
- D) expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
- E) restrição da competência do congresso – Presidencialismo.

02.



MACAULAY, Thomas. *The history of England*. London: Macmillan, 1913.

A gravura é uma cópia de uma sátira holandesa do século XVII e mostra Oliver Cromwell na armadura, desgastando um casaco da Coroa e controlando a espada da Justiça e a esfera da soberania. Atrás, uma descrição da execução de Carlos I.

A construção de uma imagem pejorativa de Cromwell pelos holandeses se justifica pelo(a)

- A) oposição holandesa à execução de Carlos I, considerado o legítimo monarca inglês.
- B) apoio inglês à Insurreição Pernambucana, ou seja, à expulsão holandesa do Brasil.
- C) crítica aos Atos de Navegação, responsáveis pela redução do comércio flamengo nos mares.
- D) aliança entre Holanda e Espanha no combate ao avanço do protestantismo britânico.
- E) insatisfação com o extermínio de milhares de católicos pelos protestantes na ilha da Irlanda.

03. No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de "plebeus" aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os "cavaleiros" – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: "Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitais de cavalaria, os homens honestos os seguirão.

HILL, Christopher. *O eleito de Deus*: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de promoção por méritos (que significavam distinção na batalha) produziu uma hierarquia simples de coragem. Por outro lado, o Exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos extremos – O breve século XX* (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A visão apresentada sobre o Exército em ambos os textos corrobora a noção de que

- A) os padrões aristocráticos de origem medieval serviam como base para a formação até os momentos retratados em ambos os textos.
- B) as noções de promoção pelo valor pessoal e de carreira aberta ao talento se chocavam com a mentalidade burguesa.
- C) as ideias liberais tiveram repercussão limitada, sendo a sua presença restrita às relações entre os burgueses na esfera econômica.
- D) a bravura e a capacidade militar eram medidas de acordo com a posição que os indivíduos ocupavam na sociedade.
- E) a ascensão militar não possuía relação com as transformações ocorridas nas sociedades europeias nos períodos mencionados nos textos.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B 03. E 05. B
- 02. D 04. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D 03. E 05. C
- 02. C 04. E 06. D
- 07.
- 1. A Revolução Puritana foi assim definida pela concentração de deputados puritanos no Parlamento inglês, em especial na Câmara dos Comuns, órgão responsável pela condução do processo revolucionário e pelo consequente fim do poder real. O líder desse movimento foi o deputado puritano Oliver Cromwell.

Já a Revolução Gloriosa leva esse nome pelo complemento do processo revolucionário que se iniciou em 1640 e que chegava ao seu auge em 1688, sendo marcada pela ausência de conflitos violentos e pela consolidação do poder do Parlamento.

- 2. Implicação 1: Ocorreu a liquidação do absolutismo e a afirmação da monarquia parlamentarista na qual a Câmara dos Comuns, por meio da escolha do primeiro-ministro, exercia o poder.

Implicação 2: O processo revolucionário criou condições para a ascensão de novos grupos sociais políticos ao poder, entre os quais, a burguesia e a *gentry*.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B 02. C 03. A



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Iluminismo

O Iluminismo, também conhecido como Ilustração, foi o conjunto de ideias que, no século XVIII, serviu de base teórica para as contestações que levaram à queda do Antigo Regime. Os iluministas formularam uma série de propostas que abrangiam os campos da política, da sociedade, da economia e da religião.

Por meio da publicação de seus textos (muitas vezes de forma clandestina) em livros, jornais e panfletos, os iluministas defendiam alguns temas que servem de fundamento, ainda hoje, para a vida em sociedade. Apesar de esses pensadores divergirem em vários pontos, podem-se definir algumas características comuns desse movimento.

As críticas dos iluministas se voltavam, principalmente, para a organização do Estado absolutista e sua política econômica mercantilista, tendo sido a Igreja também um dos alvos das contestações. Pode-se dizer, de modo geral, que esses pensadores defendiam a liberdade de forma categórica, fosse ela política, de comércio, de expressão ou religiosa.

De acordo com esses pensadores, o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais impediam a garantia dos direitos inalienáveis do homem. A persistência dessas instituições se tornava inadmissível para os iluministas, que acreditavam que os homens eram portadores de direitos naturais dos quais não podiam ser privados, como a liberdade, a igualdade e a propriedade privada. Desse pensamento resulta o fato de as monarquias absolutistas e a Igreja serem os principais alvos dos ataques.

Como princípio do movimento, os iluministas reafirmavam a razão como a base do conhecimento, radicalizando, desse modo, as mudanças em relação ao pensamento medieval provocadas pelo Renascimento e pela Revolução Científica. O predomínio da razão conduziria inevitavelmente ao progresso e asseguraria ao homem a liberdade para a busca de sua felicidade. Em uma só frase, o filósofo Diderot, em carta a Voltaire, sintetiza os pontos comuns desse vasto conjunto de ideias que é o Iluminismo:

Nossa divisa é: sem quartel aos supersticiosos, aos fanáticos, aos ignorantes, aos loucos, aos perversos e aos tiranos [...] será que nos chamamos de filósofos para nada?

DIDEROT. Carta de Diderot a Voltaire, em 29 de setembro de 1762. [Fragmento]

CONTEXTO

O Iluminismo pode ser enquadrado em um processo mais amplo que teve suas origens no final da Idade Média. O Renascimento e, posteriormente, a Revolução Científica teriam iniciado esse processo, no qual o conhecimento humano seria, gradativamente, afastado da influência da Igreja e da religião.

Alguns importantes pensadores do século XVII serviam de inspiração para o Iluminismo, que viveu o seu auge no século XVIII, também chamado de Século das Luzes. Foi principalmente a partir da França que o pensamento da Ilustração se irradiou para o restante do continente europeu e do planeta.

O Iluminismo apresenta íntima relação com o fortalecimento da burguesia, pois o desenvolvimento econômico desse grupo, desde o final de Idade Média, não havia sido acompanhado pela tomada do controle político dos Estados Modernos. Isso ocorreu porque a sociedade do Antigo Regime ainda era marcada por práticas que mantinham privilégios para o grupo menos produtivo da sociedade, a nobreza. A defesa dos direitos inalienáveis passou a ser encampada pela burguesia e serviu de justificativa para a tomada do poder político por essa classe.

Associado ao individualismo burguês, o ideário iluminista, que defendia a liberdade política e econômica, serviu como base para os movimentos que destruíram as estruturas do Antigo Regime. As revoluções burguesas na Europa e as lutas por independência nas Américas são exemplos do alcance e das transformações provocadas por essas ideias. Tais movimentos foram precedidos por uma transformação na maneira do homem de enxergar o mundo e a sociedade em que vivia.

Por fim, é importante lembrar a distância existente entre as teorias e os ideais defendidos pelos iluministas e sua efetiva realização. Tomado o poder pela burguesia, as ideias mais radicais foram relativizadas e, apesar da consolidação da ordem liberal burguesa, a participação política ficou restrita à alta burguesia, que buscou meios de preservar a propriedade privada.

PENSADORES DO SÉCULO XVII



Ainda no século XVII, é possível notar na obra de alguns pensadores certos pontos que compuseram o corpo teórico do Iluminismo. Nesse contexto, destacam-se:

Francis Bacon (1561-1626)

Nascido na Inglaterra, Bacon é considerado um dos fundadores da Ciência Moderna. O filósofo afirmava a necessidade de se contestar o saber transmitido pelo passado, apontando suas críticas para a tradição e para a escolástica, de origem medieval. Desenvolveu a ideia do método indutivo, valorizando a observação da natureza e a busca de fatos como fontes do conhecimento.

René Descartes (1596-1650)

Pensador, matemático e filósofo francês, considerado um dos pensadores mais influentes da História, Descartes concedeu uma importante colaboração para o desenvolvimento da Ciência, da Filosofia e da Matemática Moderna. Em sua obra mais importante, *Discurso sobre o método*, ele defende o racionalismo como forma de conhecimento e ressalta o método dedutivo como modo de acesso à verdade. Em *Meditações Metafísicas* afirmou que, por meio da dúvida metódica o homem seria capaz de alcançar verdades incontestáveis, como a existência de Deus e o fato de o homem ser um animal pensante. Em meio a essas questões, surge a frase mais célebre do filósofo: "Penso, logo existo".

John Locke (1632-1704)

Filósofo inglês, Locke contribuiu de forma significativa para a ciência ao valorizar a experiência como forma de construção do conhecimento. A esse método, que, além da experimentação, busca uma verdade mediante a utilização dos sentidos e da percepção sensorial, é dado o nome de empirismo.

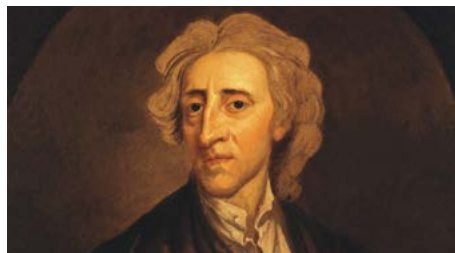
Apesar de sua contribuição para a ciência, foi na política que Locke alcançou maior repercussão, sendo considerado um dos precursores do liberalismo político. Sua influência pode ser notada na Revolução Inglesa, na Independência das Treze Colônias e na Revolução Francesa.

Em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, o pensador utiliza a teoria do contrato social, que também serviu de base para Thomas Hobbes. No entanto, enquanto Hobbes justificou o poder absoluto dos reis pelo contrato social, Locke condenava o absolutismo e justificava a fundação do Estado liberal.

Para ele, o Estado deve existir para garantir os direitos naturais inalienáveis do homem. No estado de natureza, tais direitos não estariam completamente

assegurados e, por isso, os homens realizavam um contrato, formando governos capazes de manter a propriedade, a liberdade e a vida do homem. Caso o governante falhasse na garantia desses direitos naturais, os governados deveriam destituí-lo do poder.

O poder político não deveria se concentrar na mão de um só homem, sendo necessária a existência do Poder Legislativo e de uma Constituição que regulasse o Poder Executivo.



Sir Godfrey Kneller / Domínio Público

John Locke.

A influência das ideias de Locke é evidente, por exemplo, na Declaração de Independência dos Estados Unidos, na qual se lê:

Creemos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...].

EUA. *Declaração de Independência dos Estados Unidos da América*. 4 jul. 1776. [Preâmbulo]. [Fragmento]

Isaac Newton (1643-1727)

Físico e matemático inglês, Newton colaborou para a construção dos fundamentos da Física Moderna. Rejeitou a ideia medieval de que o Universo era estático e defendia a ideia de que a natureza não era governada por leis insondáveis e sim por leis racionais.

Newton procurou dar a toda a natureza uma interpretação mecanicista, buscando leis universais e estabelecendo relações de causa e efeito entre os fenômenos. Assim, propôs que os planetas se mantêm em suas órbitas porque os corpos do Universo exercem forças uns sobre os outros. Ao descobrir o princípio da gravitação universal, contribuiu para reforçar o fundamento de que o Universo é dirigido por leis físicas, ou seja, afirmou que "os acontecimentos da natureza são regidos por leis universais que determinam e explicam os fenômenos naturais". Os iluministas, posteriormente, procuraram leis racionais e universais para explicar não apenas os fenômenos físicos, mas também a política, a economia e a vida em sociedade.

FILÓSOFOS ILUMINISTAS

O Iluminismo encontrou seu apogeu na França durante o século XVIII, quando as contestações ao Antigo Regime e a luta pela garantia dos direitos naturais e da busca pela felicidade do homem se intensificaram. Nesse contexto, destacam-se as obras dos seguintes filósofos:

Voltaire (1694-1778)

Voltaire era crítico ferrenho do absolutismo, da nobreza e da religião. Influenciado pelas ideias de Locke, com as quais teve contato durante o seu exílio na Inglaterra, defendia que os direitos naturais do homem deveriam ser garantidos pelo governo. Não era, contudo, um democrata, sendo suas ideias seguidas pelos chamados *déspotas esclarecidos*.

Em *Cândido, ou O otimismo*, sua obra mais importante, Voltaire demonstra a importância da razão e expõe suas críticas a tudo que limitasse o seu desenvolvimento, seja a Igreja, os costumes franceses ou a autoridade política. Apesar de suas críticas à religião, não era ateu, e sim, *deísta*, ou seja, acreditava na existência de um deus racional, arquiteto do Universo.

Voltaire se destacou nas lutas contra a tortura, as prisões arbitrárias e a pena de morte. Além disso, foi defensor radical da liberdade de expressão. É atribuída a ele a frase: "Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las".

Montesquieu (1689-1755)

Montesquieu tomou contato com o pensamento de Locke ao visitar a Inglaterra no início do século XVIII. Escreveu anonimamente o livro *Cartas Persas*, em que narra a viagem de dois persas à França de Luís XIV, retratando de maneira crítica e irônica os costumes e os abusos cometidos pelo Estado francês e pela Igreja.

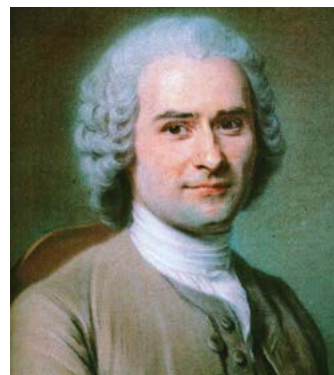
Outra das suas obras, *o Espírito das Leis*, influenciou tanto a Independência das Treze Colônias quanto a Revolução Francesa. Nela, Montesquieu afirma não haver um governo ideal, mas que as formas de se governar e as leis devem surgir a partir do contexto histórico e da realidade concreta. Clima, costumes e tamanho do território devem influir na forma como cada Estado se organiza.

Montesquieu foi responsável pela formulação da teoria do equilíbrio entre os poderes. Para ele, é natural que o homem abuse do poder, sendo possível, desse modo, que os governos acabem se convertendo ao despotismo.

Para que isso não ocorra, deveria haver, portanto, um equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes entre si, de forma a garantir a liberdade e impedir que um dos poderes tenha força excessiva.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Considerado um dos mais radicais dos homens do Iluminismo, o pensador de origem suíça se afastou, em alguns pontos, das ideias de seus contemporâneos. Seus ideais serviram de inspiração para a radicalização política ocorrida na fase jacobina da Revolução Francesa.



Maurice Quentin de La Tour / Domínio Público

Jean-Jacques Rousseau.

Diferentemente dos demais iluministas, Rousseau contestava a excessiva valorização da razão e realçava a importância das paixões para a conservação da vida do homem. Acreditava que a sociedade havia corrompido o homem, que, naturalmente, era bom. Em *Emílio*, romance pedagógico, o autor mostra como a educação pode tornar a criança um adulto bom, evitando que ela seja corrompida pela vida em sociedade. Tais fatos colaboraram, portanto, para a formação do mito do "bom selvagem" e fizeram de Rousseau um dos precursores do Romantismo.

Suas críticas à propriedade privada, presentes em seu livro *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade*, também contrariavam o que defendiam os demais iluministas. Considerava que o surgimento da desigualdade se relacionava à instauração da propriedade e era a razão de muitos dos males da vida em sociedade.

Em *Do Contrato Social*, Rousseau, assim como Hobbes e Locke, utiliza a teoria contratualista. No entanto, nesse caso, a teoria justificava o surgimento de um Estado de caráter democrático, no qual o povo seria soberano, prevalecendo sempre a vontade geral. Dessa forma, a corrupção seria evitada, e a liberdade seria garantida para a população em geral. A ideia de vontade geral foi fundamental para a formação do conceito democrático moderno de governo da maioria.

Denis Diderot (1713-1784)

Filósofo e escritor, Diderot criticava a Igreja e os excessos da tirania. Sua mais conhecida afirmação teria sido uma fala de Jean Meslier: "O homem só será livre quando o último déspota for estrangulado com as entranhas do último padre". Sua principal obra foi a *Enciclopédia*, que, organizada, juntamente com Jean D'Alembert (1718-1783), em dezenas de volumes, tentava abranger todo o conhecimento humano. Contando com textos de Montesquieu, Voltaire e Rousseau, sua intenção era divulgar o pensamento iluminista e as ideias racionais, o que acabou levando à censura da obra. A importância da *Enciclopédia* reside no fato de a obra proporcionar uma forma de conhecimento desvinculada das autoridades políticas e religiosas.



Louis-Michel van Loo / Domaine Público

Denis Diderot.

ILUMINISMO E ECONOMIA

No campo econômico, as críticas do Iluminismo se voltaram, principalmente, para a excessiva intervenção do Estado na economia, típica prática mercantilista. Vinculadas ao desenvolvimento da economia industrial, tais críticas atacavam um dos pilares do Estado absolutista, na tentativa de promover o livre desenvolvimento da economia capitalista. Os representantes do chamado liberalismo econômico se dividiram em duas vertentes:

Fisiocracia

A Escola Fisiocrata, ou Naturalista, teve entre seus principais pensadores François Quesnay (1694-1774) e Turgot (1727-1781). Ambos encaravam o sistema econômico como um organismo submetido a algumas leis de funcionamento, e que, por isso, seria passível de estudo. Criticavam a intervenção do Estado, considerando-a um entrave ao livre funcionamento da economia. A excessiva regulamentação das atividades agrícolas era, também, alvo de críticas dos fisiocratas. Estes acreditavam que a agricultura era a maior fonte de riqueza, sendo ela a fornecedora de matéria-prima para a indústria e o comércio.

Os fisiocratas defendiam ainda o livre funcionamento do mercado, pois esse seria regulado por leis naturais. Tal corrente ideológica foi claramente expressa por meio da frase: "*Laissez faire, laissez passer, le monde va de soi même*", que significa: "deixai fazer, deixai passar, o mundo anda por si próprio".

Escola Clássica

Surgida na Inglaterra, a Escola Clássica, ou de Manchester, está intimamente ligada ao desenvolvimento industrial inglês, principalmente na segunda metade do século XIX. Seu principal representante foi Adam Smith (1723-1790), pensador escocês que sintetizou seu pensamento no livro *A riqueza das nações*.

Assim como os fisiocratas, Smith considerava a intervenção estatal na economia prejudicial, posicionando-se, por isso, a favor da livre-circulação das mercadorias. De acordo com o autor, existiria uma espécie de mão invisível que regularia as relações econômicas por meio de leis próprias, como a da oferta e da procura. Criticava, por consequência, o monopólio colonial, dizendo que este não prejudicava apenas a economia da colônia, mas também a indústria da metrópole.

Os membros da Escola Clássica consideravam o trabalho como a fonte de riqueza do indivíduo e de uma nação. Além disso, defendiam o individualismo e consideravam a propriedade privada um direito sagrado do homem.

Ainda em sua obra, Adam Smith reconheceu o papel da divisão e a racionalização do trabalho no aumento da produção industrial, pois tal especialização provocaria, inevitavelmente, um aumento na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, um maior acúmulo de riquezas. Por fim, é válido ressaltar que Adam Smith reconhecia a necessidade da participação do Estado apenas naquelas atividades que o capital privado não apresentasse interesse em desenvolver.

DESPOTISMO ESCLARECIDO

As ideias iluministas foram incorporadas também pelas monarquias europeias. Na segunda metade do século XVIII, alguns soberanos, na tentativa de manter o poder absoluto, submeteram seus reinos a uma série de reformas baseadas em alguns pontos do Iluminismo, desde que estes não descaracterizassem os seus regimes despóticos. Marcadas pelo autoritarismo, tais medidas visavam retirar os Estados de sua consolidação ou atraso em relação aos demais.

Os déspotas esclarecidos procuraram, assim, afirmar o seu poder realizando uma inversão na relação que mantinham com o Estado, pois passaram a proclamar-se os "primeiros servidores do Estado". Seus principais representantes foram José II, da Áustria; Catarina, a Grande, da Rússia; Carlos III e o ministro Aranda, da Espanha, e D. José I e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, de Portugal.

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (Fatec-SP-2016) Sobre o Iluminismo, movimento filosófico surgido na Europa entre o final do século XVII e início do século XVIII, é correto afirmar que
- RC2I
- valorizava a razão como o único meio confiável de alcançar o conhecimento, opondo-se às explicações religiosas para os fenômenos naturais, sociais e políticos.
 - buscava revitalizar a fé no cristianismo, enfraquecida pela hegemonia do pensamento científico, que florescera nos últimos séculos do período medieval.
 - pregava a importância dos sentimentos em detrimento da razão e da religião, caracterizando a legitimidade do Romantismo como expressão humana.
 - defendia a retomada de ideias e valores característicos da Antiguidade Clássica, como o politeísmo, a estratificação social e a vida urbana.
 - procurava fortalecer os movimentos sociais das minorias à luz de descobertas científicas que afirmavam a inexistência das raças humanas.
- 02.** (Unifor-CE-2016) O Iluminismo foi um movimento intelectual ocorrido na Europa, no século XVIII, que teve grande influência no desenvolvimento da ciência, da cultura, da política e da filosofia. Um dos pensadores iluministas foi Montesquieu, que, a partir da obra *O Espírito das Leis*, defendeu
- a separação das funções estatais em quatro esferas: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Moderador.
 - a necessidade de haver uma única autoridade (o Leviatã) a qual todos os membros devem se render de forma inquestionável, para que se possa atingir a paz.
 - a distribuição de renda de forma justa e equilibrada e o fim do sistema capitalista.
 - a necessidade da divisão racional das funções estatais, como forma de proteção às liberdades individuais, evitando abusos e a concentração do poder em um único titular.
 - a existência de uma "mão invisível", que orienta a economia.
- 03.** (Unicamp-SP) Para os pensadores do século XVII, precursores do Iluminismo, a busca do conhecimento deveria ser guiada pela razão.
- Aponte três características do pensamento científico do século XVII.
 - Cite dois precursores do Iluminismo.
- 04.** (UEA-AM) A saída do homem da sua minoridade, da qual é ele próprio o responsável. Minoridade, isto é, incapacidade de se servir do seu entendimento sem a direção de outrem.
- KANT, Immanuel. O que é o Iluminismo? apud DESNÉ, Roland. *O Iluminismo*. 1974.
- O texto de Kant resume o argumento central do Iluminismo, que teve consequências históricas profundas
- na política, com o combate ao absolutismo, e na cultura, com a crítica aos dogmas religiosos.
 - no surgimento da estética barroca, com a expansão das atividades econômicas em escala mundial.
 - na sociedade, com a abolição das desigualdades sociais, e na ética, com a noção de desespero humano.
 - no aparecimento da filosofia, com a desmoralização das verdades reveladas pelos sistemas religiosos.
 - na ideologia, com a oposição à liberdade individual, e na política, com o apoio aos movimentos republicanos.
- 05.** (UFV-MG) Leia o texto a seguir:
- As nossas esperanças quanto à condição humana podem reduzir-se a estes três pontos importantes: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade num mesmo povo; e, finalmente, o aperfeiçoamento real do homem. Irão todas as nações aproximar-se um dia do estado de civilização a que chegaram os povos mais esclarecidos [...] tal como os franceses e os anglo-americanos? Irá desaparecer [...] a distância que separa estes povos [...] da barbárie das tribos africanas, da ignorância dos selvagens? [...] Respondendo a estas três perguntas encontraremos [...] os motivos mais fortes para acreditar que a natureza não pôs nenhum limite às nossas esperanças.
- CONDORCET. Esboço para um quadro histórico do progresso do espírito humano. In: GARDINER, P. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995. p. 69-70.
- Com base no texto de Condorcet (1743-1794), um escritor do Século das Luzes, é correto afirmar que os iluministas
- acreditavam que todas as nações desfrutavam do mesmo nível de desenvolvimento intelectual e tecnológico.
 - defenderam o ideal de liberdade e de igualdade entre os homens, assim como acreditavam que todas as nações se encontravam no mesmo nível de civilização.
 - consideravam que a condição humana era marcada pela decadência moral, que impedia o progresso.
 - acreditavam na ideia de progresso e foram otimistas quanto à superação dos desafios intelectuais e tecnológicos impostos à humanidade.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFPR) A respeito do Iluminismo, movimento filosófico que se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII, considere as seguintes afirmativas:

- I. Muitos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, Voltaire e Diderot, foram leitores, admiradores e divulgadores da filosofia política produzida pelos ingleses, como John Locke com sua crítica ao absolutismo.
- II. Quanto à organização do Estado, os filósofos iluministas não eram contra a monarquia, mas contra as ideias de que o poder monárquico fora constituído pelo direito divino e de que ele não poderia ser submetido a nenhum freio.
- III. A descoberta da perspectiva e a valorização de temas religiosos marcaram as expressões artísticas durante o Iluminismo.
- IV. Em Portugal, o pensamento iluminista recebeu grande impulso das descobertas marítimas.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa I é verdadeira.
- B) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- E) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

02. (Mackenzie-SP) O sistema financeiro, coração da economia global, não será mais o mesmo depois do colapso iniciado pela falência do banco americano Lehman Brothers. [...] Economistas do primeiro time recomendam ao presidente americano a estatização provisória do sistema financeiro. Eles não são comunistas, revolucionários ou radicais. São fervorosos adeptos da economia de mercado – uma economia que precisa agora negar seus princípios sagrados para sobreviver.

JORNAL MUNDO, mar. 2009.

Entre os princípios sagrados do capitalismo, mencionados no texto, considere as alternativas a seguir:

- I. Lei da oferta e da procura e livre-iniciativa.
- II. Livre concorrência e não intervenção estatal na economia.
- III. Estatização da indústria de base e protecionismo.
- IV. Planificação e coletivização.

São corretas somente

- A) I e IV.
- B) I e II.
- C) I, II e III.
- D) II e IV.
- E) III e IV.

03. (Mackenzie-SP)

“O fim último, causa final de desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com a vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária [...] das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis da natureza [...]”

“Portanto todo homem, pelo ato de [concordar] [...] com outros em formar um corpo político debaixo de um governo, se obriga para com cada um dos membros dessa sociedade a se submeter à determinação da maioria, e a ser governado por ela”.

A partir da análise dos excertos, conclui-se que

- A) o primeiro se refere às ideias anarquistas, uma vez que rejeita toda e qualquer prática de governo constituído pela burguesia, concebendo-o, como justo, se levar em conta os anseios e as reivindicações trabalhistas do conjunto da sociedade.
- B) o segundo refere-se às ideias liberais, uma vez que concebe o governo como um corpo autônomo e dotado de amplos poderes, capaz de suprimir as liberdades individuais em nome da vontade do governante (único capaz de salvaguardar os interesses da sociedade).
- C) ambos partem de pressupostos para conceber ideias sobre o governo: o primeiro, absolutista, o entende como um corpo punitivo e autoritário; o segundo, iluminista, o concebe como um corpo formado a partir das decisões e das vontades da maioria.
- D) ambos negam práticas coercitivas de poder, uma vez que, iluministas, entendem o governo como uma entidade formada pelas decisões da maioria, sendo suas leis e práticas elaboradas com o intuito de se evitarem conflitos pelo poder entre seus membros.
- E) o primeiro, absolutista, entende, por governo, um conjunto de regras e práticas elaboradas pela sociedade; o segundo, iluminista, concebe o governo como órgão fiscalizador, punitivo e autoritário, criado para se evitarem conflitos que levem os homens ao estágio anterior à sociedade.

04. (Uncisal-2016) Tenho razão em concluir que aquele que me colocasse sob seu poder sem meu consentimento me usaria como lhe aprouvesse quando me visse naquela situação e prosseguiria até me destruir; pois ninguém pode desejar ter-me em seu poder absoluto, a não ser para me obrigar à força a algo que vem contra meu direito de liberdade, ou seja, fazer de mim um escravo. Escapar de tal violência é a única garantia de minha preservação.

LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo Civil*. Cap. 3, tópico 17. Disponível em: <http://www.filosofia.com.br/figuras/livros_inteiros/133.txt>. Acesso em: 30 out. 2015.

Na relação entre Indivíduo e Governo, o Liberalismo de John Locke, como expresso no texto, estabelece que a

- A) legitimação do poder deva advir do estado de medo.
- B) subordinação ao poder do governo deva ser limitado.
- C) separação dos poderes deva ser a base da igualdade.
- D) subjugação deva provocar desejos libertários de poder.
- E) ação soberana deva resguardar a segurança do cidadão.

05.
2360

(UFPA) O texto a seguir recupera uma obra iluminista dirigida por Denis Diderot e Jean Le Rond d'Alembert, em 1772, na França, intitulada de *Enciclopédia* ou *Dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios*. No texto, afirma-se que:

Na *Enciclopédia* não havia área do engenho humano que não tivesse sido coberta. Ali se observava a confiança de que os homens eram, ou poderiam ser em breve, senhores de seu próprio destino, que poderiam moldar o mundo e a sociedade de acordo com as suas conveniências e vantagens. Era o poder da razão.

Por isso mesmo a *Enciclopédia* não foi universalmente aceita. Poderes absolutistas civis e religiosos foram seus combatentes.

DENT, N. J. H. *Dicionário de Rousseau*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 125 (Adaptação).

A *Enciclopédia* proposta por homens iluministas como Diderot e D'Alembert foi criticada no contexto francês do final do século XVIII, porque, nesse momento, o absolutismo e razão significavam

- A) modos de viver compatíveis, nos quais as novas e modernas ideias iluministas eram absorvidas pelos reis absolutistas, que percebiam nelas as vantagens de se moldar o mundo à sua forma e maneira, tal qual Diderot em sua *Enciclopédia*, o que possibilitou o advento da monarquia constitucional.
- B) maneiras de fazer política muito diversas. Para os racionalistas, a política absolutista deveria ser reestruturada ou revolucionada, pois os novos saberes deveriam vir das experiências e das novas ciências e não de Deus e seus emissários.
- C) formas incompatíveis de fazer política, pois o povo francês era governado por um velho monarca autoritário que se mantinha no poder devido à ignorância do povo. Já livros como a *Enciclopédia* seriam a base da nova sociedade revolucionária e anarquista proposta por Diderot.
- D) formas de governo inconciliáveis, pois o absolutismo era autoritário e ultrapassado. Já os enciclopedistas, como Diderot e D'Alembert, desejavam a derrubada do Rei pelos revolucionários comunistas, formadores de ideias socialistas vinculadas ao marxismo contemporâneo.
- E) maneiras de governar muito distintas, pois os enciclopedistas eram homens de letras, que iniciavam carreira política nas fileiras dos liberais exaltados, e o monarca absolutista era do partido conservador francês.

06. (UFTM-MG) Leia os dois excertos a seguir.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade.

DECLARAÇÃO de Independência dos EUA.

Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br> (Adaptação).

A Assembleia Nacional reconhece e declara, em presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

- I. Os homens nascem e permanecem livres e iguais perante a lei; as distinções sociais não podem ser fundadas senão sobre a utilidade comum.
- II. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
- III. O princípio fundamental de toda autonomia reside, essencialmente, na nação; nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

DECLARAÇÃO dos direitos do homem e do cidadão, aprovada em 26 de agosto de 1789, pela Assembleia Constituinte francesa. Disponível em: <www.direitoshumanos.usp.br> (Adaptação).

A partir dos excertos anteriores, é correto concluir que

- A) ambos reconhecem um conjunto de direitos comuns a todos os seres humanos e fazem referência à participação dos cidadãos na vida política.
- B) os trechos se contradizem, uma vez que apresentam concepções diferentes em relação à forma de governo e aos direitos dos cidadãos.
- C) os ideais apresentados nos trechos não chegaram aos séculos XX e XXI, dominados por valores nacionalistas, que não se pautam pela noção de igualdade de direitos.
- D) o direito à rebelião popular não é reconhecido, uma vez que a obediência aos poderes instituídos é um dever inalienável dos cidadãos.
- E) as ideias defendidas pelos norte-americanos propõem uma democracia mais ampla que a francesa, ainda marcada pelo absolutismo.

- 07.** (FGV-2016) "O gênero humano é de tal ordem que não pode subsistir, a menos que haja uma grande infinidade de homens úteis que não possuam nada."

IGUALDADE. In: *Dicionário filosófico*.

"O comércio, que enriqueceu os cidadãos na Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade deu por sua vez maior expansão ao comércio; daí se formou o poderio do Estado."

Cartas inglesas.

Sobre os trechos de Voltaire, é correto afirmar que o autor

- A) define, com suas ideias, os interesses da burguesia como classe, no século XVIII: o comércio como condição para a acumulação de capital, a riqueza como fator de liberdade e do poder de Estado e a propriedade ligada à desigualdade.
- B) crê, como filósofo iluminista do século XVIII, nas igualdades social e política, pois a filosofia burguesa elabora uma doutrina universalista que confunde a causa da burguesia com a de toda a humanidade.
- C) critica a centralização do poder na medida em que ela breca a liberdade, impedindo o progresso das técnicas e a expansão do comércio que geram riqueza, e, ao mesmo tempo, aceita a propriedade como fundamento da igualdade.
- D) considera que a burguesia não se constitui em uma classe no século XVIII, e ela precisa do poder do Estado centralizado para garantir a sua riqueza e, nessa medida, aproxima-se da nobreza para obter apoio político.
- E) defende, como representante da Ilustração, a liberdade ligada à ausência da propriedade e elabora princípios universais, com direitos e deveres para todos os homens, o que faz a igualdade econômica ser o fundamento da sociedade.

- 08.** (UEG-GO) No século XIX, influenciados pelo Romantismo, muitos intelectuais brasileiros idealizaram a cultura indígena, considerando-a como autêntica representante do nacionalismo brasileiro. Em termos filosóficos, essa valorização do indígena foi influenciada pelo pensamento do filósofo

- A) Thomas Hobbes, autor da frase "o homem é o lobo do homem", que valorizava o comportamento típico de tribos selvagens.
- B) Santo Agostinho, que, por meio do "livre-arbítrio", acreditava que as sociedades selvagens eram capazes de alcançar a graça divina.
- C) Montesquieu, que se inspirou na organização social dos indígenas para elaborar a famosa teoria dos "três poderes".
- D) Jacques Rousseau, que elaborou a teoria do "bom selvagem", defendendo a pureza das sociedades primitivas.

- 09.** (FUVEST-SP-2019)



MEYTENS, Martin van. *Banquete de coroação de José II*. Século XVIII. Óleo sobre tela.

Integrante da poderosa família dos Habsburgos, José II foi coroado imperador da Áustria em 1765, um dos mais vigorosos centros da cultura europeia no século XVIII.

- A) A partir de elementos representados na pintura, aponte e explique duas características das sociedades europeias no período.
- B) Explique por que José II é considerado um déspota esclarecido.

SEÇÃO ENEM

- 01.** (Enem) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*.

São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Adaptação).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- A) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- B) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- C) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- D) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- E) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

- 02.** (Enem) Os produtos e seu consumo constituem a meta declarada do empreendimento tecnológico. Essa meta foi proposta pela primeira vez no início da Modernidade, como expectativa de que o homem poderia dominar a natureza. No entanto, essa expectativa, convertida em programa anunciado por pensadores como Descartes e Bacon e impulsionado pelo Iluminismo, não surgiu “de um prazer de poder”, “de um mero imperialismo humano”, mas da aspiração de libertar o homem e de enriquecer sua vida, física e culturalmente.

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. *Scientiae Studia*, São Paulo. v. 2. n. 4, 2004 (Adaptação).

Autores da Filosofia Moderna, notadamente Descartes e Bacon, e o projeto iluminista concebem a ciência como uma forma de saber que almeja libertar o homem das intempéries da natureza. Nesse contexto, a investigação científica consiste em

- A) expor a essência da verdade e resolver definitivamente as disputas teóricas ainda existentes.
- B) oferecer a última palavra acerca das coisas que existem e ocupar o lugar que outrora foi da Filosofia.
- C) ser a expressão da razão e servir de modelo para outras áreas do saber que almejam o progresso.
- D) explicitar as leis gerais que permitem interpretar a natureza e eliminar os discursos éticos e religiosos.
- E) explicar a dinâmica presente entre os fenômenos naturais e impor limites aos debates acadêmicos.

- 03.** (Enem)

A cultura ocidental acentuadamente antropocêntrica foi marcada por processos convergentes de desenvolvimento técnico-científico e acumulação de riquezas, propiciados pela expansão colonial, que resultaram na revolução industrial, no fortalecimento da ideia de progresso e no processo de ocidentalização do mundo.

FERREIRA, L. C. Dilemas do século XX: ideias para uma sociologia da questão ecológica.

In: SILVA, J. P. (Org.)

Por uma Sociologia do século XX.

São Paulo: Annablume, 2007 (Adaptação).

Esse processo de acumulação de riquezas no Ocidente, por longos séculos, se fez à custa da degradação do meio natural. Do ponto de vista da cultura e do imaginário ocidental moderno, isso se deveu à

- A) ideologia revolucionária burguesa, que pregava a repartição igualitária do direito de acesso aos recursos naturais e agrícolas.
- B) ideia de Renascimento, que representava os benefícios técnicos de transformação da natureza como salutares para a preservação de ecossistemas.
- C) concepção sacralizada de que a natureza, enquanto obra da criação de Deus, devia servir à contemplação estética e religiosa.

- D) perspectiva desenvolvimentista, que atrelava o progresso ao meio ambiente e difundia amplamente um entendimento da relação harmoniosa entre sociedade e natureza.

- E) crença nos poderes da ciência e do desenvolvimento tecnológico, que contribuiu para tratar a natureza como objeto de quantificação, manipulação e dominação.

- 04.** (Enem) O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*.

São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- A) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- B) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- C) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- D) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- E) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

- 05.** (Enem) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*.

São Paulo: Nova Cultural, 1997 (Adaptação).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito

- A) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- B) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- C) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, ser livre da submissão às leis.
- D) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- E) ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

- 06.** (Enem) Leia as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755) a seguir, a respeito da escravidão:

A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizessemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Adaptação).

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- A) o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
 B) a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
 C) a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
 D) o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
 E) o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.
- 07.** (Enem) O texto a seguir, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto anterior como uma tentativa de justificar

- A) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
 B) a origem do governo como uma propriedade do rei.
 C) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
 D) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
 E) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. A
 02. D
 03.
 A) Racionalismo, experimentalismo e cientificismo.
 B) René Descartes e John Locke.
 04. A
 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. B 03. C 05. B 07. A
 02. B 04. B 06. A 08. D
 09.
 A) Por meio da obra de Martin van Meytens, é possível identificar características da sociedade do século XVIII, marcada pelas estruturas do Antigo Regime. A pintura intitulada *Banquete de coroação de José II* revela a presença de representantes do clero e da nobreza, que compõem a aristocracia do período. Trata-se, então, de uma sociedade aristocrática, que compõe as bases políticas do Antigo Regime. Essa sociedade também é marcada pela existência de privilégios e de uma forte estratificação, o que indica a ausência de mobilidade social e as posições sociais marcadas pelo nascimento.
 B) Com o objetivo de manter o poder absoluto, alguns soberanos submeteram seus reinos a uma série de reformas baseadas em alguns pontos do Iluminismo, a razão auxiliaria no modelo de governo. Isso, no entanto, não significa ausência de autoritarismo. José II, por exemplo, proclamou reformas de cunho religioso e social, colocou o clero sob sua autoridade e pôs fim à servidão, medidas consideradas ilustradas, mas que foram instituídas de forma autoritária, mantendo a lógica de poder do Antigo Regime.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. D 03. E 05. B 07. D
 02. C 04. A 06. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Implantação do Sistema Colonial no Brasil

COMUNIDADES INDÍGENAS

A chegada dos portugueses à costa brasileira representou, assim como na América Espanhola, uma catástrofe para os povos nativos da região, que foram submetidos ao trabalho compulsório e retirados de suas estruturas socioculturais.

Calcula-se que mais de 3 milhões de índios viviam na faixa que hoje se define como o Brasil. As comunidades locais não apresentavam a complexidade das Altas Culturas da América Espanhola, como os incas e os astecas, mas eram observados dois grandes grupos de nativos na região da América Portuguesa: os **tupis-guaranis** e os **tapuias**.

Os tupis, também chamados de tupinambás, ocupavam praticamente toda a costa brasileira, concentrando-se, todavia, na região litorânea do Norte do Brasil até Cananeia, no sul do atual estado de São Paulo. Os guaranis, por sua vez, ocupavam o litoral Sul e a Bacia Paraná-Paraguai. Mesmo presentes em uma região territorial tão extensa, esses povos falavam uma língua comum, o tupi-guarani, e apresentavam semelhanças culturais.

Porém, em algumas regiões da costa brasileira e, majoritariamente, no interior, existiam povos indígenas que não seguiam as características culturais e linguísticas dos tupis-guaranis. Esses povos eram conhecidos por **tapuias**: os aimorés, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, os goitacazes, na foz do Rio Paraíba, e os tremembés, na faixa entre o Ceará e o Maranhão, representam algumas dessas comunidades. Deve-se ressaltar que o termo "tapuia" possui uma terminologia tupi, que simboliza, de certa forma, a ideia do bárbaro, do forasteiro, do inimigo, por não compartilharem da língua tupi-guarani. Assim, o termo "tapuia" foi incorporado pelos portugueses sob a perspectiva tupi-guarani. Isso explica a posição de muitos historiadores que optam pelo termo "macro-jê" para designar a população tapuia.

Os povos indígenas viviam da caça, da pesca, da agricultura e da coleta de frutas. Preparavam frequentemente o solo, utilizando as queimadas. A economia era voltada para a subsistência, sendo comum entre os nativos apenas a troca de alguns bens valorizados, como penas e pedras para ornamento. As alianças entre os índios se concentravam nas atividades bélicas, que serviam para a captura de inimigos, muitas vezes mortos em ações de canibalismo, prática comum dos povos tupis e tapuias.

A chegada dos portugueses foi tratada, pela maioria dos grupos locais, com relativa resistência e, em alguns casos, com enfrentamento armado. As alianças com as comunidades mais afeitas aos lusos foram fundamentais para a colonização, como no caso do apoio dos tupis ao combate dos tamoios, que tentaram destruir os primeiros núcleos portugueses na região de São Paulo.

Tal encontro de culturas possibilitou, além da violência e do extermínio das populações indígenas, a integração de hábitos alimentares e culturais, bem como a apropriação de palavras do vocabulário nativo. A intensa miscigenação também seria uma particularidade que distinguiu os povos portugueses dos espanhóis durante os séculos seguintes da colonização.

OS PRIMEIROS PORTUGUESES



SILVA, Oscar Pereira da. *Desembarque de Cabral em Porto Seguro*. 1900. Tinta a óleo, 190 × 330 cm. Museu Paulista.

A chegada lusa ao solo sul-americano não assinalou a efetivação do processo de ocupação das terras americanas pelos portugueses. Isso ocorreu porque os lucros provenientes das atividades comerciais no Oriente monopolizaram a atenção do Estado português nos primeiros anos do século XVI. Nessa região não foi necessária a montagem de um sistema de produção, apenas de controle da exploração, sendo, portanto, mais atrativa para Portugal. Essa indiferença parcial foi quebrada pelas viagens de reconhecimento da costa brasileira e pelos empreendimentos extrativistas, empenhados na extração do pau-brasil. Em 1501 e 1503, a Coroa portuguesa enviou duas expedições ao Brasil com o objetivo de reconhecer a costa brasileira e dimensionar a potencialidade da região.

Além da fundação das primeiras feitorias na América Portuguesa, as viagens iniciais conseguiram identificar a possibilidade da exploração do pau-brasil. Madeira já comercializada na região da Ásia, o pau-brasil foi encontrado de maneira abundante na região da Mata Atlântica, da faixa do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro. O pau-brasil era amplamente utilizado na Europa, desde a Idade Média, como base para a tintura de tecidos, com especial predileção para tons vermelhos.

O interesse pela madeira fez com que a Coroa portuguesa estabelecesse o imediato direito de **estanco** – monopólio real –, porém sem a disposição de efetuar gastos com a extração. Concedeu, assim, a exploração a terceiros, mediante o pagamento de taxas para a retirada da madeira na costa da América Portuguesa. O primeiro explorador do recurso na colônia foi o cristão-novo Fernando de Noronha, rico asturiano que, em Lisboa, comandava ampla atividade comercial, tendo permanecido com o direito de extração até o ano de 1511.

A extração do pau-brasil contava com o trabalho indígena por meio do **escambo**, ou seja, mediante um sistema de trocas. Os nativos recebiam pela atividade pequenos objetos de pouco valor para os portugueses, como facas, machados e tesouras, além dos atraentes espelhos e das miçangas.

O comércio do pau-brasil perdurou durante todo o Período Colonial, tendo se intensificado nas primeiras décadas do século XVI. A atividade atraiu também navegantes de outros países, que buscaram na costa brasileira a possibilidade de fácil enriquecimento por meio da exploração da madeira tintorial, com destaque para as expedições francesas.

A presença estrangeira na costa da América Portuguesa exigiu medidas de segurança por parte da Coroa, devido à resistência dos países europeus às determinações do Tratado de Tordesilhas. As duas expedições militares de Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526, foram determinantes para reprimir navios franceses exploradores no litoral da colônia.

A apreensão da nau francesa *Pelèrine*, com aproximadamente 300 toneladas de pau-brasil, no ano de 1532, demonstra a intensa presença estrangeira na costa colonial. Tal episódio ilustra os constantes conflitos entre lusos e potências europeias pelas novas terras durante os séculos seguintes de colonização.

A presença francesa na costa estimulou o monarca português João III (1502-1557) a redefinir os rumos da política lusitana para as terras da América. Concorreu para a mudança da postura portuguesa em relação à América a queda do lucro do comércio de especiarias no Oriente, devido à concorrência com outros países, como a Inglaterra, a Holanda e a Espanha, e à baixa de preços das especiarias em consequência do aumento da oferta no mercado europeu. Além disso, a descoberta de metais preciosos na América Espanhola nesse período acendeu o interesse português pela exploração das terras no continente americano.

EXPEDIÇÕES COLONIZADORAS

Em dezembro de 1530, partiram de Portugal cinco embarcações, com aproximadamente 400 homens, que seriam responsáveis pela fundação do primeiro núcleo colonial português na América.

Conduzida por Martin Afonso de Souza, a expedição percorreu o litoral brasileiro combatendo os contrabandistas de pau-brasil e fundou a vila de São Vicente, na região do litoral de São Paulo. Em 1533, depois de fracassadas tentativas de localizar regiões fornecedoras de metais preciosos, Martin Afonso retornou a Portugal, sendo notificado da implantação do sistema de **capitanias hereditárias** para a exploração da América Portuguesa.

Esse sistema colonizador já era utilizado em outras áreas do Império luso, que não possuía condições de financiar o início da colonização na América. Para tanto, o Estado utilizou-se dos recursos de comerciantes do reino, que receberam faixas de terras perpendiculares ao Tratado de Tordesilhas até a área litorânea. Esses eram denominados capitães donatários, que passaram a assumir o papel de empreendedores do sistema colonial português.

Martin Afonso recebeu duas das quinze capitanias distribuídas pelo monarca João III. Além da Carta de Doação, documento que garantia o direito de posse da capitania, os donatários recebiam o Foral, documento responsável por determinar direitos e deveres. Assim, o capitão donatário poderia:

- distribuir sesmarias, lotes de terras que foram explorados pelos primeiros lusos que chegaram ao Brasil;
- escravizar os nativos;
- fundar vilas;
- explorar a terra e promover a extração de metais, de modo a obter lucros, mediante o pagamento dos impostos. Ficava excluída apenas a exploração do pau-brasil, que permaneceu como monopólio real;
- conduzir a administração da capitania, protegendo os colonos dos ataques estrangeiros e dos nativos.

As capitanias hereditárias representavam unidades administrativas, não podendo ser confundidas com propriedades. Assim, a origem da concentração fundiária no Brasil não se explica pelas capitanias, mas sim pelo sistema de sesmarias.

A distribuição das sesmarias teve início em Portugal durante a Idade Média, em 1375, com o objetivo de inibir o monopólio do controle da terra, impedir o fortalecimento de uma nobreza fundiária e ampliar a produção agrícola, por meio da distribuição de minifúndios. Já na América Portuguesa, esse sistema acabou por acarretar um quadro inverso, em que a doação de terras promoveu a concentração fundiária, devido à amplitude territorial existente na colônia.

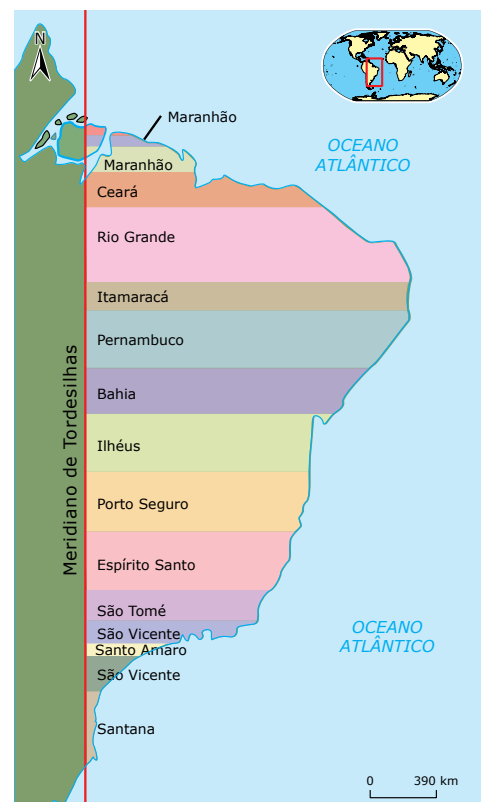
As capitanias hereditárias não garantiram a plena ocupação do território brasileiro. A resistência indígena, o desinteresse pelo território, a distância e a falta de capital podem ser citados como elementos que contribuíram para a fragilidade do sistema. Apenas duas capitanias apresentaram relativo sucesso no início do século XVI: São Vicente e Pernambuco.

A capitania de São Vicente dedicou-se inicialmente à lavoura de cana-de-açúcar, mas a distância dos principais mercados e a concorrência de outras áreas produtoras acabaram por fragilizar essa atividade econômica na região. A agricultura de outros gêneros, por sua vez, era direcionada para a subsistência.

Com o decorrer das décadas, a capitania de São Vicente transformou-se em um importante centro irradiador de expedições para o interior da América Portuguesa, na esperança de encontrar metais preciosos e de capturar indígenas, que eram vendidos como cativos em outras regiões coloniais.

Já a capitania de Pernambuco notabilizou-se pelo sólido projeto da lavoura açucareira, que acabou por atrair o interesse internacional no século XVII.

Capitanias hereditárias



Capitanias hereditárias: a colonização começa a ganhar seus primeiros contornos sob o direcionamento do capital privado.

PRESENÇA DA COROA

A fragilidade do sistema de capitanias e a permanência das incursões de outros países na região brasileira levaram a Coroa portuguesa a instituir o **Governo-Geral**, em 1548.

A colônia portuguesa passou a ser administrada a partir da capitania da Bahia, transformada em capitania real. **Tomé de Souza** foi apresentado como primeiro governador-geral, por meio do **Regimento**, documento que continha as principais atribuições do novo modelo administrativo:

- garantir o monopólio do pau-brasil à Coroa;
- fiscalizar e auxiliar as capitanias, atentando o interesse do governo;
- facilitar a instalação de engenhos;
- promover o povoamento e fundar vilas;
- controlar as relações entre os indígenas e os colonos;
- promover a defesa da terra, instalando fortes e armando os colonos.



Autor desconhecido / Domínio Público

Chegada de Tomé de Souza. Gravura. [Autor desconhecido]

Com o objetivo de se fazer mais presente no processo colonizatório, a Coroa estabelece o Governo-Geral.

A cidade de Salvador passou a ser o centro da nova administração, que não eliminou o modelo das capitanias hereditárias, mas buscou incentivá-las para a plena ocupação do território. Para atingir esse objetivo, Tomé de Souza chegou a visitar várias capitanias, buscando assegurar, nessas regiões, o apoio formal da Coroa portuguesa ao projeto colonizador. Além disso, durante o governo de Tomé de Souza, ocorreu a fundação do primeiro bispado na América Portuguesa, além da construção de prédios na capital brasileira.

Nesse contexto, chegaram os primeiros jesuítas, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, responsável pelo planejamento da catequese dos indígenas e pela fundação de núcleos educacionais. Com o decorrer das décadas, iniciou-se um dos mais graves e duradouros conflitos do Período Colonial: o atrito entre colonos, desejosos em explorar o índio como mão de obra para as mais variadas atividades, e os jesuítas, empenhados no projeto da evangelização dos gentios. Em várias regiões da colônia, essa questão desencadeou instabilidades e violência, exigindo intervenções constantes da Coroa portuguesa durante todo o Período Colonial.

A administração colonial ainda contava com uma estrutura regional de destaque: as **Câmaras Municipais**. Fundamentais para o controle político local, cabia às Câmaras a administração das vilas, a análise de assuntos alusivos ao cotidiano da população e a harmonização das regras do Império português com as especificidades regionais da colônia.

A escolha dos membros das Câmaras ocorria entre os chamados “homens bons”, ou seja, senhores de terras e de escravos que não eram descendentes de negros, indígenas, judeus ou árabes e que nunca exerceram ofícios manuais. Como a escolha dos seus membros partia dos setores da elite local, o esforço político empreendido era voltado para a manutenção dos privilégios da população mais abastada.



A Coroa portuguesa no Brasil

Assista a esse vídeo para entender aspectos relacionados às capitanias hereditárias e ao Governo-Geral implementados na colônia.

GVSI

CONCILIAÇÃO ENTRE GOVERNO-GERAL E COLONOS

O Regimento de 1548 e a Carta de Doação não superpõem, senão que absorvem na autoridade do governador-geral a autoridade dos capitães donatários. Tomé de Souza, em nome do rei, passou a subordinar os agentes coloniais, reduzidos todos, mesmo se nomeados pelos donatários, em agentes do soberano, obrigados a prestar miúdas contas de seus encargos. O governador-geral cuidaria, sobretudo, da defesa contra o gentio e da defesa contra o estrangeiro, com o cuidado de vigiar o litoral. De outro lado, disciplinaria os donos de embarcações, perturbadoras das relações entre as capitanias, ao abrigo das linhas oficiais. Ninguém, daí por diante, deveria construir e armar navios e caravelas sem licença, vedado ao colono o comércio com os índios senão pelos cânones aprovados pelo governo. Os moradores não podiam, também, entrar no sertão, sem a licença direta do soberano. Essas diretrizes, no seu conjunto, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado à praia. O povoamento e a colonização deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obedientes da colônia.

A Coroa está atenta para “manter aquele mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbítrio individual.” A real fazenda instala, pouco a pouco, seus mil olhos, muitas vezes desnorreados com a extensão territorial, denunciando o “cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses”. A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do Novo Mundo.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo. 1989. v. 1. p. 145-146. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UFMG) É correto afirmar que a prática da antropofagia entre algumas tribos indígenas brasileiras se devia

- A) ao barbarismo daqueles povos, que não possuíam religião ou normas morais capazes de refrear seus instintos.
- B) à crença de que, ao devorarem os inimigos, os índios estariam incorporando suas virtudes e qualidades.
- C) à influência dos conquistadores europeus, uma vez que os índios procuravam responder à crueldade dos brancos.
- D) a uma estratégia de apavorar os adversários, que ficavam com medo de combater os antropófagos.

02. (UESPI) Portugal temia que as invasões de potências estrangeiras ocupassem sua colônia, Brasil. De imediato, Portugal conseguiu

- A) ganhar recursos valiosos com a descoberta de minas de ouro no Sudeste.
- B) centralizar a administração com sedes bem armadas nas regiões Norte e Nordeste.
- C) explorar o pau-brasil com a ajuda de tribos indígenas brasileiras.
- D) fazer aliança política com a Espanha e fortalecer seu Exército nacional.
- E) montar o sistema de capitanias hereditárias com auxílio da burguesia holandesa.

03. (PUC-SP) O Brasil é uma criação recente. Antes da chegada dos europeus [...] essas terras imensas que formam nosso país tiveram sua própria história, construída ao longo de muitos séculos, de muitos milhares de anos. Uma história que a Arqueologia começou a desvendar apenas nos últimos anos.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Os primeiros habitantes do Brasil. A arqueologia pré-histórica no Brasil*. 15. ed. São Paulo: Atual, 2009. p. 6.

O texto anterior afirma que

- A) o Brasil existe há milênios, embora só tenham surgido civilizações evoluídas em seu território após a chegada dos europeus.
- B) a história do que hoje chamamos Brasil começou muito antes da chegada dos europeus e conta com a contribuição de muitos povos que aqui viveram.
- C) as terras que pertencem atualmente ao Brasil são excessivamente grandes, o que torna impossível estudar sua história ao longo dos tempos.

D) a Arqueologia se dedicou, nos últimos anos, a pesquisar o passado colonial brasileiro e seu vínculo com a Europa.

E) os povos indígenas que ocupavam o Brasil antes da chegada dos europeus foram dizimados pelos conquistadores portugueses.

04. (Mackenzie-SP) Após a criação desse sistema, estabeleceu-se um centro que serviria como o "coração" do território nacional. Segundo Rodolfo Garcia, o regimento de 1548 introduziu uma alteração significativa no caráter da legislação metropolitana editada no Brasil, na medida em que o principal meio pelo qual o rei mandava povoar o Brasil era o da redução da população indígena à fé católica. Não por acaso, os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil na comitiva de Tomé de Souza.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial* (Adaptação).

O texto trata de um sistema conhecido como

- A) Provedor-mor.
- B) Capitanias hereditárias.
- C) Período pré-colonial.
- D) Intendente das Minas.
- E) Governo-Geral.

05. (PUC Rio) Eu, El-Rei, faço saber aos que este meu regimento virem, que sendo informado das muitas desordens que há no sertão do pau-brasil, e na conservação dele, de que se tem seguido haver hoje muita falta, cada vez será o dano maior se não se atalhar e der nisso a ordem conveniente [...]: mando que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau-brasil, por si ou seus escravos, sem expressa licença do provedor-mor da minha Fazenda [...]; e quem o contrário fizer incorrerá em pena de morte e confiscação de toda a sua fazenda.

FELIPE III. *Regimento do pau-brasil*. 1605.

No contexto da colonização das terras do Brasil, o regimento do rei Felipe III apresenta medidas associadas

- A) à afirmação do poder da Coroa espanhola, em detrimento dos comerciantes e colonos portugueses.
- B) ao caráter monopolista da extração do pau-brasil, pois era necessária autorização expressa da Coroa para atividade extrativista.
- C) às preocupações da Coroa na preservação da Mata Atlântica, que estava sendo devastada pelos colonos.
- D) à importância do pau-brasil no comércio colonial como principal produto de exportação da América Portuguesa, em inícios do século XVII.
- E) à afirmação da política absolutista dos reinos europeus cerceadora de todas as iniciativas dos colonos nas Américas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFMG) Observe a imagem:

IQFO



Adoração dos magos, atribuída a Vasco Fernandes e a Jorge Afonso, pintada na Sé de Viseu, em Portugal, entre 1501 e 1505.

Com base nas informações dessa imagem e em outros conhecimentos sobre o assunto, é incorreto afirmar que a descoberta do Novo Mundo e, particularmente, do Brasil levou os portugueses a representar

- A) a América e sua população, novidade com que se defrontavam, inserindo-as em quadros mentais antigos.
- B) a América, sua natureza e sua população, reconhecendo-as na sua alteridade em relação ao mundo europeu.
- C) os povos da América em conformidade com as crenças – sobretudo as cristãs – em voga, então, no continente Europeu.
- D) um dos reis magos como um índio da América, fazendo-o substituir aquele que é, usualmente, representado como negro.

Instrução: Leia o texto para responder às questões **02** e **03**.

Prova da barbárie e, para alguns, da natureza não humana do ameríndio, a antropofagia condenava as tribos que a praticavam a sofrer pelas armas portuguesas a “guerra justa”.

Nesse contexto, um dos autores renascentistas que escreveram sobre o Brasil, o calvinista francês Jean de Léry, morador do atual Rio de Janeiro na segunda metade da década de 1550 e quase vítima dos massacres do Dia de São Bartolomeu (24.08.1572), ponto alto das guerras de religião na França, compara a violência dos tupinambás com a dos católicos franceses que naquele dia fatídico trucidaram e, em alguns casos, devoraram seus compatriotas protestantes:

“E o que vimos na França (durante o São Bartolomeu)? Sou francês e pesa-me dizê-lo. O fígado e o coração e outras partes do corpo de alguns indivíduos não foram comidos por furiosos assassinos de que se horrorizam os infernos? Não é preciso ir à América, nem mesmo sair de nosso país, para ver coisas tão monstruosas”.

ALENCASTRO, Luís Felipe. Canibalismo deu pretexto para escravizar. *Folha de S.Paulo*, 12 out. 1991 (Adaptação).

02. (Unesp–2016) A partir do texto e de seus conhecimentos, é correto afirmar que

- A) as experiências de canibalismo relatadas tinham significados opostos, pois representavam, entre os tupinambás, a rejeição ao catolicismo e, entre os franceses, a adesão à Igreja de Roma.
- B) o calvinista francês acusava os colonizadores portugueses de aceitar o canibalismo dos tupinambás, pois a prática fazia parte da tradição religiosa católica.
- C) o calvinista francês defendia a tolerância ao canibalismo, pois o considerava uma forma adequada de derrotar e submeter os inimigos religiosos.
- D) as experiências de canibalismo relatadas tinham origem diversa, pois representavam, entre os tupinambás, um ritual religioso e, no caso dos franceses, vingança.
- E) as experiências de canibalismo relatadas mostram que a antropofagia era prática religiosa comum na América e na Europa e, em virtude disso, os colonizadores erravam ao condenar os tupinambás.

03. (Unesp–2016) O conceito de “guerra justa” foi empregado, durante a colonização portuguesa do Brasil, para

V8CI

- A) justificar a captura, o aprisionamento e a escravização de indígenas.
- B) justificar a instalação de missões jesuíticas em áreas de colonização francesa.
- C) impedir a prisão e o exílio de lideranças e comunidades nativas hostis à colonização.
- D) impedir o acesso de protestantes e judeus às áreas de produção de açúcar.
- E) impedir que os nativos fossem utilizados como mão de obra na lavoura.

04. (Unicamp-SP) A história de São Paulo no século XVII se confunde com a história dos povos indígenas.

7BMZ

Os índios não se limitaram ao papel de tábula rasa dos missionários ou vítimas passivas dos colonizadores. Foram participantes ativos e conscientes de uma história que foi pouco generosa com eles.

MONTEIRO, John M. *Sangue Nativo*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/sangue-nativo>>.

Acesso em: 14 jul. 2013.

Sobre a atuação dos indígenas no Período Colonial, pode-se afirmar que:

- A) A escravidão foi por eles aceita, na expectativa de sua proibição pela Coroa portuguesa, por pressão dos jesuítas.

- B) Sua participação nos aldeamentos fez parte da integração entre os projetos religioso e bélico de domínio português, executados por jesuítas e bandeirantes.
- C) A existência de alianças entre indígenas e portugueses não exclui as rivalidades entre grupos indígenas e entre os nativos e os europeus.
- D) A adoção do trabalho remunerado dos indígenas nos engenhos de São Vicente contrasta com as práticas de trabalho escravo na Bahia e Pernambuco.

05. (Unicamp-SP) Em carta ao rei D. Manuel, Pero Vaz de Caminha narrou os primeiros contatos entre os indígenas e os portugueses no Brasil: "Quando eles vieram, o capitão estava com um colar de ouro muito grande ao pescoço. Um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. Outro viu umas contas de rosário, brancas, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dissesse que dariam ouro por aquilo. Isto nós tomávamos nesse sentido, por assim o desejarmos! Mas se ele queria dizer que levaria as contas e o colar, isto nós não queríamos entender, porque não havíamos de dar-lhe!"

ARROYO, Leonardo. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: INL, 1971. p. 72-74 (Adaptação).

Esse trecho da Carta de Caminha nos permite concluir que o contato entre as culturas indígena e europeia foi

- A) favorecido pelo interesse que ambas as partes demonstravam em realizar transações comerciais: os indígenas se integrariam ao sistema de colonização, abastecendo as feitorias, voltadas ao comércio do pau-brasil, e se miscigenando com os colonizadores.
- B) guiado pelo interesse dos descobridores em explorar a nova terra, principalmente por meio da extração de riquezas, interesse que se colocava acima da compreensão da cultura dos indígenas, que seria quase dizimada junto com essa população.
- C) facilitado pela docilidade dos indígenas, que se associaram aos descobridores na exploração da nova terra, viabilizando um sistema colonial cuja base era a escravização dos povos nativos, o que levaria à destruição da sua cultura.
- D) marcado pela necessidade dos colonizadores de obterem matéria-prima para suas indústrias e ampliarem o mercado consumidor para sua produção industrial, o que levou à busca por colônias e à integração cultural das populações nativas.

06. (FEPECS-DF) A efetiva colonização do território americano pela Coroa portuguesa ocorre a partir da expedição de Martim Afonso e Souza (1530-1532). Esse fato evidencia a mudança da política portuguesa em relação à América. Assinale a afirmativa que melhor explicita os fatores que contribuíram para a alteração da política colonial portuguesa para a América.

- A) A Espanha anexa os territórios amazônicos, o que coloca em risco as possessões portuguesas na América.
- B) A Espanha realiza expedições nas capitanias de Pernambuco e da Bahia como retaliação aos acordos políticos assinados entre Portugal e os Impérios andinos.
- C) A Espanha anula o Tratado de Tordesilhas à medida que assume o controle das minas do Alto Peru, o que exigiu de Portugal maiores cuidados na defesa dos territórios conquistados.
- D) As derrotas militares espanholas no Alto Peru motivam a Coroa portuguesa a organizar a política de colonização na América do Sul.
- E) A Espanha obtém o acesso aos metais preciosos da América após a conquista do império Asteca, enquanto os franceses permanecem ameaçando as conquistas portuguesas.

07. (Mackenzie-SP)



NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. *História do Brasil para principiantes*. São Paulo: Ática, 2003. p. 61.

A charge refere-se

- A) à organização do Governo-Geral, em 1549, dividindo o território brasileiro em extensos lotes de terras, entregues, por sua vez, a nobres portugueses responsáveis pelo início efetivo da colonização do Brasil.
- B) às dificuldades encontradas pela Coroa portuguesa no início da colonização do Brasil, uma vez que, em virtude, dentre outros, do fracasso das capitanias hereditárias, a colônia sofria constantes ataques de piratas europeus.
- C) ao fracasso do Governo-Geral, em virtude da corrupção existente na Corte portuguesa, transferida para o Brasil, responsável pela concessão de privilégios aos piratas franceses no comércio do pau-brasil.
- D) ao Governo-Geral, responsável pela efetivação da colonização brasileira, por meio de incentivos aos bandeirantes paulistas, para que ultrapassassem os limites de Tordesilhas e expulsassem os piratas franceses fixados no litoral.

- 08.** (FUVEST-SP-2016) Eu por vezes tenho dito a V. A. aquilo que me parecia acerca dos negócios da França, e isto por ver por conjecturas e aparências grandes aquilo que podia suceder dos pontos mais aparentes, que consigo traziam muito prejuízo ao estado e aumento dos senhores de V. A. E tudo se encerrava em vós, Senhor, trabalhades com modos honestos de fazer que esta gente não houvesse de entrar nem possuir coisa de vossas navegações, pelo grandíssimo dano que daí se podia seguir.

LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*, 1954.

O trecho anterior foi extraído de uma carta dirigida pelo padre jesuíta Diogo de Gouveia ao Rei de Portugal D. João III, escrita em Paris, em 17/02/1538. Seu conteúdo mostra

- A) a persistência dos ataques franceses contra a América, que Portugal vinha tentando colonizar de modo efetivo desde a adoção do sistema de capitânicas hereditárias.
- B) os primórdios da aliança que logo se estabeleceria entre as Coroas de Portugal e da França e que visava a combater as pretensões expansionistas da Espanha na América.
- C) a preocupação dos jesuítas portugueses com a expansão de jesuítas franceses, que, no Brasil, vinham exercendo grande influência sobre as populações nativas.
- D) o projeto de expansão territorial português na Europa, o qual, na época da carta, visava à dominação de territórios franceses tanto na Europa quanto na América.
- E) a manifestação de um conflito entre a recém-criada ordem jesuíta e a Coroa portuguesa em torno do combate à pirataria francesa.
- 09.** (Unesp-2016) Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até a outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Traz, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. [...]

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal nem de ferro; nem lho vimos.

Porém a terra em si é de muito bons ares [...].

Águas são muitas; infundas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

CARTA de Pero Vaz de Caminha, 1500.
Disponível em: <<http://objdigital.bn.br>>.

Identifique duas das motivações da colonização portuguesa do Brasil citadas na Carta, indicando os trechos do documento que as mencionam.

- 10.** (Unicamp-SP) Desde o início da colonização, os portugueses chamaram de tapuias os grupos indígenas que julgavam bárbaros, por seus hábitos culturais distintos dos que habitavam o litoral e por seu poder de resistência aos portugueses.

- A) Contextualize historicamente os significados de Guerra Justa para os portugueses a partir do fim da Idade Média.
- B) Indique duas práticas dos indígenas que os portugueses consideravam bárbaras.

SEÇÃO ENEM



- 01.** (Enem-2018)

Texto I

E pois que em outra cousa nesta parte me não posso vingar do demônio, admoesto da parte da cruz de Cristo Jesus a todos que este lugar lerem, que deem a esta terra o nome que com tanta solenidade lhe foi posto, sob a pena de a mesma cruz que nos há de ser mostrada no dia final, os acusar de mais devotos do pau-brasil que dela.

BARROS, J. In: SOUZA, L. M. *Inferno atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

Texto II

E deste modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal, e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá.

SALVADOR, F. V. In: SOUZA, L. M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

As críticas desses cronistas ao processo de colonização portuguesa na América estavam relacionadas à

- A) utilização do trabalho escravo.
- B) implantação de polos urbanos.
- C) devastação de áreas naturais.
- D) ocupação de terras indígenas.
- E) expropriação de riquezas locais.

- 02.** (Enem-2016)

KFHC

Texto I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como “os brasis” ou “gente brasília” e, ocasionalmente no século XVII, o termo “brasileiro” era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos “negro da terra” e “índios” eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

SCHWARTZ, S. B. Gente da terra brasileira da nação. Pensando o Brasil a Construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (Adaptação).

Texto II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. W.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- A) concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- B) percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- C) compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- D) transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- E) visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.

- 03.** (Enem–2015) A língua de que usam, por toda a costa, carece de três letras; convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida.

GÂNDAVO, P M. *A primeira história do Brasil*: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2004 (Adaptação).

A observação do cronista português Pero de Magalhães de Gândavo, em 1576, sobre a ausência das letras F, L e R na língua mencionada, demonstra a

- A) simplicidade da organização social das tribos brasileiras.
- B) dominação portuguesa imposta aos índios no início da colonização.
- C) superioridade da sociedade europeia em relação à sociedade indígena.
- D) incompreensão dos valores socioculturais indígenas pelos portugueses.
- E) dificuldade experimentada pelos portugueses no aprendizado da língua nativa.

- 04.** (Enem) O índio era o único elemento então disponível para ajudar o colonizador como agricultor, pescador, guia, conhecedor da natureza tropical e, para tudo isso, deveria ser tratado como gente, ter reconhecidas sua inocência e alma na medida do possível. A discussão religiosa e jurídica em torno dos limites da liberdade dos índios se confundiu com uma disputa entre jesuítas e colonos. Os padres se apresentavam como defensores da liberdade, enfrentando a cobiça desenfreada dos colonos.

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999 (Adaptação).

Entre os séculos XVI e XVIII, os jesuítas buscaram a conversão dos indígenas ao catolicismo. Essa aproximação dos jesuítas em relação ao mundo indígena foi mediada pela

- A) demarcação do território indígena.
- B) manutenção da organização familiar.
- C) valorização dos líderes religiosos indígenas.
- D) preservação do costume das moradias coletivas.
- E) comunicação pela língua geral baseada no tupi.

- 05.** (Enem) Em geral, os nossos tupinambás ficam bem admirados ao ver os franceses e os outros dos países longínquos terem tanto trabalho para buscar o seu arabotã, isto é, pau-brasil. Houve uma vez um ancião da tribo que me fez esta pergunta: "Por que vindes vós outros, mairs e perós (franceses e portugueses), buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?"

LÉRY, J. *Viagem à Terra do Brasil*. In: FERNANDES, F. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

O viajante francês Jean de Léry (1534-1611) reproduz um diálogo travado, em 1557, com um ancião tupinambá, o qual demonstra uma diferença entre a sociedade europeia e a indígena no sentido

- A) do destino dado ao produto do trabalho nos seus sistemas culturais.
- B) da preocupação com a preservação dos recursos ambientais.
- C) do interesse de ambas em uma exploração comercial mais lucrativa do pau-brasil.
- D) da curiosidade, reverência e abertura cultural recíprocas.
- E) da preocupação com o armazenamento de madeira para os períodos de inverno.

- 06.** (Enem) Os vestígios dos povos tupi-guarani encontram-se desde as missões e o Rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no Rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil Central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS, A. *O Brasil antes dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se

- A) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- B) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semisedentário de sua organização social.
- C) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- D) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- E) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

- 07.** (Enem) Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias de terras e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de cabazes às suas ordens.

FREYRE, G. *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1984.

De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que

- A) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
- B) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
- C) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
- D) a metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferros.
- E) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.
- 08.** (Enem) Distantes uma da outra quase 100 anos, as duas telas seguintes, que integram o patrimônio cultural brasileiro, valorizam a cena da primeira missa no Brasil, relatada na Carta de Pero Vaz de Caminha. Enquanto a primeira retrata fielmente a Carta, a segunda – ao excluir a natureza e os índios – critica a narrativa do escrivão da frota de Cabral. Além disso, na segunda, não se vê a cruz fincada no altar.



MEIRELLES, Victor. *Primeira missa no Brasil*. 1861. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2008.



PORTINARI, Candido. *Primeira missa no Brasil*. 1948. Disponível em: <<http://www.casadeportinari.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

Ao comparar os quadros e levando-se em consideração a explicação dada, observa-se que

- A) a influência da religião católica na catequização do povo nativo é objeto das duas telas.
- B) a ausência dos índios na segunda tela significa que Portinari quis enaltecer o feito dos portugueses.
- C) ambas, apesar de diferentes, retratam um mesmo momento e apresentam uma mesma visão do fato histórico.
- D) a segunda tela, ao diminuir o destaque da cruz, nega a importância da religião no processo dos descobrimentos.
- E) a tela de Victor Meirelles contribuiu para uma visão romantizada dos primeiros dias dos portugueses no Brasil.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. B 03. B 05. B
02. B 04. E

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. B 03. A 05. B 07. B
02. D 04. C 06. E 08. A
09. No contexto da expansão do mercantilismo como sistema econômico, a ideia de acumulação de riqueza foi um dos motivos que fundamentou a colonização do Brasil, expresso no trecho da Carta em que Caminha afirma: "Nela [na colônia], até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal nem de ferro; nem lho vimos". Outro objetivo era a expansão da fé católica por meio da "salvação" da gente encontrada, ideia expressa por Caminha em: "Porém o melhor fruto, que nela [na colônia] se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar."
- 10.
- A) Guerra Justa era um conceito cristão medieval utilizado durante a Expansão Marítima para justificar a luta contra não cristãos, sobretudo muçulmanos e indígenas.
- B) A antropofagia, a nudez, a poligamia e as práticas religiosas.

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E 03. D 05. A 07. A
02. C 04. E 06. B 08. E



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Brasil Colônia: Economia Açucareira

Ainda no século XVI, a América Portuguesa teve a sua principal vocação definida: a economia canaveira. Transportadas para o Brasil a partir da ilha da Madeira, as primeiras mudas de cana-de-açúcar chegaram por meio do donatário Martim Afonso de Souza. A opção pela cultura da cana-de-açúcar foi feita levando-se em consideração uma série de fatores, entre eles, a experiência lusa nas ilhas da costa africana, o clima favorável das novas terras, a disponibilidade de terra com solo propício, além dos recursos econômicos oriundos de investidores de várias regiões da Europa.

As áreas produtoras de maior destaque no Brasil foram a Bahia e Pernambuco. Cabe destacar ainda que outras regiões, como a capitania de São Vicente, também empreenderam esforços para o desenvolvimento da lavoura açucareira.

A produção do açúcar exigia elevados investimentos, dada a necessidade de se montar uma estrutura complexa para a obtenção de lucros. A unidade produtora desse sistema era conhecida por **engenho** e apresentava uma gigantesca propriedade fundiária obtida por meio da doação de sesmarias. O engenho contava com a **moenda**, responsável por extrair o caldo da cana-de-açúcar. Aqueles engenhos que utilizavam energia hidráulica eram os mais valorizados, sendo classificados como engenhos reais. Já os engenhos de trapiche usavam força animal ou humana para mover a moenda. Também fazia parte da composição produtora a **casa das caldeiras**, local onde havia enormes fornalhas que engrossavam o caldo da cana até transformá-lo em melaço, e a **casa de purgar**, espaço de descanso do açúcar depois de ser armazenado em grandes potes. Após alguns dias, a produção era retirada e os torrões, chamados de **pães de açúcar**, eram encaixotados e enviados a Portugal. A estrutura do engenho ainda contava com a **casa-grande** e a **senzala**, locais de descanso e convivência dos senhores – junto aos seus agregados – e dos escravos, respectivamente. A casa-grande e a senzala, em sua relação antagônica, simbolizavam a hierarquização social colonial.

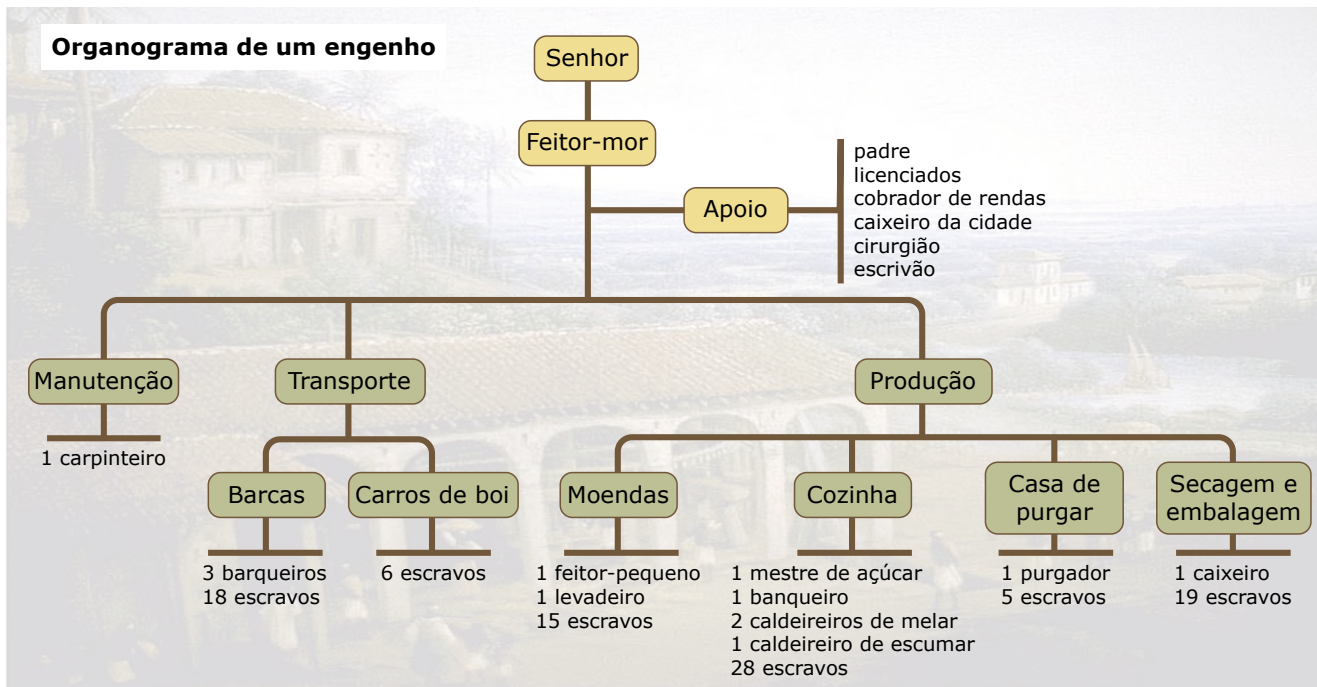
O elevado custo para a instalação de um engenho impedia alguns senhores de construírem o complexo sistema produtivo para o processamento do açúcar. A solução, nessas situações, era moer a cana em fazendas vizinhas, pagando com parte da produção o uso dos equipamentos. Muitos senhores também dedicavam-se à fabricação de aguardente. Eram as “engenhocas” ou “molinetes” que produziam a cachaça para o consumo interno ou mesmo para o comércio de escravos na região da costa africana.

A estrutura social era hierárquica e controlada pelo senhor de engenho, que representava o topo do modelo social vigente. O reflexo de tamanho poder era a profunda influência econômica e política exercida dentro e fora da colônia. Já as forças produtivas ficavam a cargo dos escravos, compostos de indígenas e negros importados da África, que moviam todo o sistema do engenho, por meio de jornadas de trabalho longas e exaustivas.

Engenhos no final do século XVI



As atividades eram diversas, não ficando limitadas ao exercício da agricultura. A complexidade do engenho promoveu um cenário de especialização, assumindo a feição de uma manufatura. Havia ainda alguns grupos intermediários, como os mestres do açúcar, os comerciantes, os religiosos, os capitães do mato e muitos outros que intensificavam a dinâmica social do período.



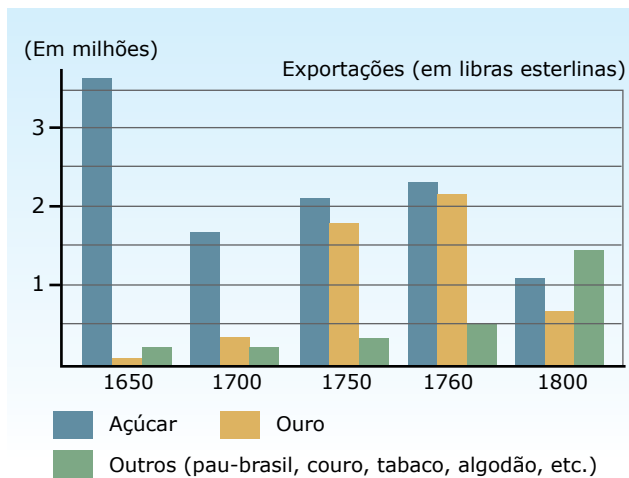
Arquivo Bernoulli

O comércio do açúcar brasileiro na Europa apresentava curiosa complexidade. Após chegarem ao reino luso, os carregamentos eram embarcados para Amsterdã, nos Países Baixos, local onde se processava o refino e a distribuição do produto em solo europeu. A participação holandesa na atividade do açúcar era tão intensa que, no século XVII, impedidos de manterem sua influência, os holandeses ocuparam as colônias portuguesas do além-mar.

Os engenhos se espalharam pelo Brasil de maneira intensa nas primeiras décadas da colonização. Em 1570, já haviam sido fundadas 60 fazendas de cana-de-açúcar; em 1610, já eram mais de 400. A expansão dessa atividade se justifica por sua elevada lucratividade, associada à expansão do mercado consumidor europeu.

Sem dúvida, a produção açucareira foi a mais lucrativa atividade econômica do Período Colonial português. Apenas como comparação, no final do século XVIII, mesmo durante uma época de crise da cana no Brasil, a atividade do açúcar mostrou-se mais rentável que a economia aurífera. Ainda hoje, é possível afirmar que a cana é um produto importante para a economia brasileira, afinal, produtos extraídos da cana, como o álcool e o açúcar, possuem relevância na balança comercial brasileira.

Exportações do Brasil Colonial



SENHOR DE ENGENHO – PADRE ANTONIL – SÉCULO XVII

[...] O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estima os títulos de fidalgos do reino.

Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nem livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade. [...]

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ESCRavidÃO

As relações de trabalho que predominaram na agricultura de exportação do Brasil foram orientadas pelo trabalho escravo. Vale ressaltar que esse tipo de trabalho representou a base da economia brasileira até o final do século XIX, décadas após o processo de Independência.

É curioso perceber que a escravidão nunca foi abandonada durante a Idade Média, apesar da predominância da servidão na Europa. Dessa forma, a escravidão moderna foi ativada durante a Expansão Marítima, quando os navegantes portugueses iniciaram as incursões na costa africana com o objetivo de empreender o périplo africano. O apoio da Igreja Católica a essa iniciativa veio por meio da bula papal *Dum diversas*, de 1452, que permitia aos portugueses conquistar os sarracenos e pagãos, tomando suas posses e submetendo-os à escravidão perpétua. Outras bulas publicadas nas décadas seguintes vieram a confirmar o apoio da Santa Sé a esse tipo de trabalho.

A escravidão desenvolveu-se no Brasil com o processo colonizador. Basta lembrar que o Foral, documento que determinava direitos e deveres dos capitães donatários, concedia aos portugueses o direito de apresamento e a utilização dos índios como mão de obra. A oposição da Igreja a esse tipo de exploração, inibidora do projeto de catequese, estimulou uma série de conflitos durante toda a história colonial, acabando por reduzir a exploração do indígena no decorrer da colonização.

Os protestos de parte da Igreja e a mortandade generalizada dos nativos fez com que a mão de obra indígena fosse substituída pela escrava negra nas lavouras açucareiras. No entanto, a introdução do trabalho escravo africano na América Portuguesa não foi um inibidor da utilização dos indígenas, também chamados de “negros da terra”, durante grande parte do Período Colonial. A sobrevivência econômica de algumas regiões, como a capitania de São Vicente e as áreas mais longínquas do Norte, somente foi garantida pelo trabalho dos indígenas, que se refugiavam cada vez mais no interior da colônia para escaparem das violentas incursões dos lusos e seus descendentes.

ESCRavidÃO NEGRA

A integração entre Brasil e África fundamentou-se no exercício do trabalho escravo realizado pelos africanos, violentamente arrancados de suas comunidades e forçados a exercerem tarefas árduas em regiões longínquas.

O tráfico de escravos africanos teve início desde os primeiros tempos da expansão portuguesa pela costa africana. Como vários reinos africanos já praticavam a escravidão, principalmente dos prisioneiros de guerra, os europeus se apropriaram dessa atividade, transformando-a em um lucrativo comércio internacional. Os conflitos no continente eram incentivados pelos europeus, visando garantir a rivalidade responsável pelo fornecimento de numerosos escravos por chefes locais, conhecidos como sobas, que recebiam em troca tabaco, cachaça, armas ou qualquer iguaria valorizada pelas comunidades locais.

Colocados em embarcações desumanas – os chamados tumbeiros –, muitos escravizados pereciam antes mesmo de chegarem aos locais de destino. A viagem para o Brasil chegava a durar mais de trinta dias, podendo alcançar até quatro meses, caso a região fosse muito distante. Alguns navios levavam mais de 500 pessoas em condições absolutamente precárias. Calcula-se que, até o século XIX, 25 milhões de africanos foram submetidos à escravidão na América, sendo explorados nas mais variadas atividades econômicas.

Os negros que vieram para a América Portuguesa pertenciam aos seguintes grupos étnicos:

- **Bantos:** Região do Congo, Angola e Moçambique.
- **Sudaneses:** Nigéria, Daomé e Costa do Marfim.
- **Malezes:** Sudaneses convertidos ao islamismo.

O universo escravocrata não era homogêneo. Era comum a distinção entre os escravos recém-chegados da África, conhecidos por **boçais**, e os **ladinos**, ou seja, aqueles que já haviam se adaptado ao universo cultural português. Esses dois grupos eram tratados de modo distinto dos que haviam nascido na América Portuguesa. A mestiçagem ampliou ainda mais essa distinção, subdividindo mulatos – quase sempre originados da união entre brancos e negras, escravos de peles mais claras –, preferidos para as atividades domésticas, em detrimento dos negros vindos da África, encarregados das tarefas mais pesadas.

A mão de obra escrava foi utilizada nas mais variadas atividades da economia colonial, tanto no meio urbano como no rural. O padre Antonil, importante cronista colonial, definiu os cativos como “as mãos e os pés do senhor”. A opressão de todas as ordens buscava obter o controle da escravaria, com destaque para o capitão do mato, responsável pela aplicação dos castigos e pela captura dos cativos que tentavam fugir.

CANA-DE-AÇÚCAR E ESCRAVIDÃO

A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade de senhores e escravos, cujos valores éticos, étnicos e morais ponteiavam a atualidade. Sociedade autoritária, aristocrática e violenta, onde se tocavam antípodas. O açúcar era branco, o trabalho era negro. Havia doçura nas mesas e sofrimento nos engenhos; riqueza nas casas-grandes e miséria nas senzalas.

O poderoso senhor de engenho ocupava o ápice da pirâmide social, sobre a imensa massa de escravos africanos. Condiçãoava-se um tipo patriarcal de vida e a formação de comunidades caracterizadas por uma estrutura social rigidamente estratificada, onde as grandes distâncias sociais eram acentuadas pelos componentes étnicos.

O escravismo colonial não foi simplesmente um conjunto de relações de trabalho, ou mera instância jurídica. Implicou a constituição de personalidade social própria, onde o escravo negro era a medida de todas as coisas. Todos os momentos do cotidiano do açúcar marcavam-se pela presença do escravismo.

A liberdade, aspiração suprema do cativo, confundia-se, então, com o ócio. Ser livre era não ser obrigado a trabalhar. E, ao lado da função disciplinadora do trabalho, [...] estava a visão preguiçosa da liberdade.

Referencial da sociedade açucareira, era o negro a moeda para a obtenção de terras e de poder. O número de escravos definia o *status* de um branco. Sem escravos, um que fosse, nenhum colono poderia ser considerado, realmente, um homem livre. E mesmo as famílias mais pobres tinham o seu negro, que muitas vezes ganhava o sustento de todos.

Nada se fazia sem escravos. Saía-se à rua carregado em liteiras por escravos. Para montar, para vestir, para comer, para banhar-se, para tudo era mister escravos. Era ele o moleque de brinquedos, o negro de recados, a mucama da casa, a ama de leite, o trabalhador, "o pau para toda obra", o culpado pelas desgraças, o objeto de prazer sexual.

O branco só se definia em contraposição ao negro, onipresente. Mas, ao contrário da visão da democracia racial que muitos tentaram imprimir, essa intimidade com o negro apenas interiorizava as diferenças e estabelecia distâncias, cristalizando as posições de senhor e de cativo, enegrecendo o trabalho manual e branqueando o poder e a riqueza.

Sociedade de senhores porque sociedade de escravos, era na sujeição do negro que se definia a personalidade do senhor. E sob relações paternalistas estava mascarada a extrema violência do escravismo. Donos da vida e da morte em seu mundo, aos senhores cabia velar pelos negros, nutririndo-os, vestindo-os e castigando-os.

Pão, pano e pau eram os elementos fundamentais das obrigações do proprietário para com seus escravos. Pouca comida, vestuário miserável, castigo duro e contínuo, a realidade.

A rígida hierarquia dessa sociedade não significou, em absoluto, acalmia social. Nos três séculos de vida colonial, as regiões do açúcar foram palco de tensões e conflitos entre senhores e escravos, entre brancos e índios, entre colonos e agentes metropolitanos, entre proprietários de engenho e lavradores e comerciantes, que marcaram com sangue a apenas aparentemente plácida História do Brasil.

FERLINI, Vera Lúcia. *A civilização do açúcar*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 15-17. [Fragmento]

Resistências a escravidão

As pessoas submetidas à escravidão não permaneceram passivas diante de tamanha violência. Em oposição a essa situação, lançaram mão de várias formas de resistência, tanto individuais quanto coletivas, como as revoltas, os suicídios, as conspirações e as fugas para os **quilombos**. Entre as centenas de organizações quilombolas da América Portuguesa, destaca-se o **Quilombo dos Palmares**. Localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, o principal núcleo de resistência negra ocupou uma área de aproximadamente 200 km². O número de habitantes na região é divergente, girando entre 6 e 20 mil pessoas, distribuídas em dez agrupamentos, tendo o Mocambo do Macaco como principal núcleo. A força de Palmares criou condições para a derrota de importantes expedições portuguesas que visavam desmantelar o quilombo. No final do século XVII, o núcleo de amotinados passou a ser conduzido por Zumbi, responsável pela liderança de milhares de escravos que resistiam a qualquer negociação com as autoridades portuguesas, desejosas de pôr um fim ao núcleo de negros. Apesar da longa resistência, Palmares acabou sendo destruído pela ação do bandeirante Domingos Jorge Velho e seus companheiros, no ano de 1695. Zumbi foi morto e degolado, sendo sua cabeça exposta na cidade de Recife. Diante da resistência escravista, muitos senhores buscavam reduzir as tensões existentes na relação de domínio, com isso, alguns escravos conquistaram a autorização para utilizarem a terra para plantio em horários previamente definidos ou passaram a praticar atividades comerciais – estes eram os chamados escravos de ganho. Eles poderiam exercer diversas atividades nos meios urbanos, como vendedores ambulantes (de doces, salgados, temperos, etc.), barbeiros, transportes de cargas e de pessoas, entre outras. Parte da renda ficava com os escravos, que poderiam com sua economia comprar a carta de alforria.



O negro no Brasil Colônia

Nessa videoaula, você vai acompanhar como se deu a introdução da mão de obra escrava no Brasil colonial, bem como as dificuldades vividas pelos africanos escravizados.

8ZYD

ALFORRIA

[...]

Em geral, a escravidão poderia terminar pela morte natural do escravo ou pela alforria. No caso da alforria, havia três modos legais de um ex-escravo comprovar seu estado de forro: a carta ou “papel da liberdade”, assinada somente pelo senhor ou por outro, a seu rogo, algumas vezes registrada em cartório em livros de notas, outras somente como um papel particular; o testamento ou codicilo; a pia batismal.

Os estudiosos da escravidão, de maneira geral, têm como certa a vontade dos negros em deixar de serem escravos. Os mecanismos variavam, desde assumir maior carga de trabalho para juntar o equivalente a seu preço e pagar ao senhor, no caso das manumissões onerosas, até uma dedicação especial ao amo, na esperança de obtê-la gratuitamente. No entanto, mesmo tendo o escravo a quantia equivalente ao seu valor, o senhor não estava obrigado a concedê-la. Herança do direito romano presente no direito consuetudinário português, o ato de alforriar era considerado uma concessão senhorial. [...]

É difícil o cálculo sobre o número de escravos que obtiveram a liberdade por meio da alforria, pois são poucas as áreas que dispõem de mapas estatísticos sobre a população. Alguns estudos estimam, no entanto, que poucos eram os escravos capazes de ter acesso à liberdade, sendo possível estimá-los entre 0,5% e 2% da população escrava. [...]

Uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido privilegiada a mulher no acesso à alforria, apesar de ela ser bem menos numerosa na população escrava. Em que pese a constatação empírica, as explicações sobre o fato variam. A primeira seria o seu preço, inferior ao do homem, por isso mais fácil de ser pago. Outra explicação diria respeito à sua maior possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas de leite, prostitutas ou amantes. Uma terceira pressuporia o fato de que, sendo ela a responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de *partus sequitur ventrem*, sua família (consanguínea ou por via do compadrio) centraria mais esforços em libertá-la do que ao homem.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



01. (UFC-CE) Por aproximadamente três séculos, as relações de produção escravistas predominaram no Brasil, em especial nas áreas de *plantation* e de mineração. Sobre esse sistema escravista, é correto afirmar que
 - A) impediu as negociações entre escravos e senhores, daí o grande número de fugas.
 - B) favoreceu ao longo dos anos a acumulação de capital em razão do tráfico negreiro.
 - C) possibilitou a cristianização dos escravos, fazendo desaparecer as culturas africanas.
 - D) foi combatido por inúmeras revoltas escravas, como a dos Malês e a do Contestado.
 - E) foi alimentado pelo fluxo contínuo de mão de obra africana até o momento de sua extinção em 1822.

02. (UFU-MG) Sobre os quilombos no Brasil Colonial, é correto afirmar que
 - A) formaram-se quilombos em várias regiões do Brasil, havendo o convívio entre populações escravas africanas e indígenas, tendo como principal exemplo o Quilombo dos Palmares, no atual estado de Alagoas.
 - B) os quilombolas dependiam da permissão dos senhores das propriedades próximas para transitar pelas cidades circunvizinhas, bem como para comercializar os produtos de suas terras.
 - C) todos os quilombos possuíam um exército próprio, de modo a proteger suas terras contra o avanço de inimigos, assim como uma complexa organização social.
 - D) as maiores populações quilombolas no Brasil formaram-se nas regiões de maior produção monocultora de exportação, como os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

03. (Fatec-SP) A produção açucareira, limitada até o século XV, pôde deslanchar com a conquista do novo mundo.

CAMPOS, Flávio de; MIRANDA, Renan Garcia. *A escrita da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2005. p. 206.

A explicação para a afirmação anterior está

 - A) no sistema de *plantation* que foi implantado na América, caracterizando-se pela produção em larga escala, pelo latifúndio, pela monocultura e pela mão de obra assalariada.
 - B) na implantação das capitanias hereditárias na América Portuguesa, o que facilitou o cultivo da cana por todo o território colonial.
 - C) na agricultura de subsistência, que foi largamente utilizada nas colônias americanas e que impulsionou o plantio da cana.
 - D) nas mudas de cana-de-açúcar encontradas em solo americano, que eram mudas de melhor qualidade do que aquelas encontradas no Oriente.
 - E) no clima quente e úmido da região tropical, na fertilidade do solo e, principalmente, na disponibilidade de imensas extensões de terra.

- 04.** (UFSM-RS-2015) Comercializavam-se alimentos produzidos na região e produtos importados [...]. Dentre os produtos produzidos na colônia, destacavam-se a farinha de mandioca, de milho e de trigo, feijão, açúcar, rapadura, aguardente, toucinho, charque e carne fresca [...] peixe seco e fresco. Dentre os produtos importados, os de maior procura eram vinagre, azeite, vinho, bacalhau, azeitonas, pimenta-do-reino, especiarias [...] e sal.

BRÁICK; MOTA. *História: das cavernas ao Terceiro Milênio*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 2. p. 84.

Assim, aponte a afirmativa correta, quanto à situação brasileira no Período Colonial.

- A) O domínio da grande propriedade rural conviveu com a existência de produção agrícola em pequenos lotes de terras.
- B) A estrutura produtiva colonial era exclusivamente voltada para atender a demanda europeia.
- C) Devido ao caráter complementar da economia colonial, era inexistente um mercado interno na colônia.
- D) O sistema de monopólio reconfigurava a dieta dos colonos, obrigando-os a abandonar os alimentos tradicionais de Portugal.
- E) Com a incorporação do Rio Grande do Sul ao Império português, a dieta colonial incluiu maior quantidade de consumo de carne bovina.
- 05.** (FAMERP-SP-2016) Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a "grande exploração rural", isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira. Como constituirá também a base principal em que se assenta toda a estrutura do país, econômica e social.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1973.

O autor descreve a colonização do Brasil como um empreendimento que

- A) procurava enviar para a América o excesso de população dos continentes europeu e africano.
- B) inaugurava a base de uma democracia social, política e econômica nas terras coloniais da América portuguesa.
- C) estava baseado na produção em grande escala de produtos tropicais para exportação.
- D) tinha por finalidade defender o território da ocupação de países europeus inimigos de Portugal.
- E) buscava, por meio da exploração da mão de obra escrava africana, expandir as fronteiras do cristianismo.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UFTM-MG) Em 1570, a Província de Santa Cruz contava com 60 engenhos. Destes, 41 situavam-se nas capitanias de Pernambuco e da Bahia. Quinze anos depois, o número de engenhos nessas duas regiões mais do que triplicou, atingindo a marca dos 131. No final do século, em 1590, a colônia contava com 150 engenhos espalhados pelas capitanias de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. As duas primeiras capitanias, entretanto, continuavam a concentrar o maior número de unidades produtivas, que correspondia a 80% do total [...]. Em 1584, cerca de 40 navios eram utilizados para transportar o açúcar de Recife para Lisboa. No início do século XVII, em 1614, mais de 130 navios eram utilizados no transporte do açúcar de Pernambuco para a metrópole.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. 2008.

Infere-se do texto que

- A) a produção açucareira distribuiu-se de forma equilibrada por toda a colônia.
- B) os lucros propiciados pelo açúcar inibiram o desenvolvimento da pecuária em larga escala.
- C) a prosperidade das regiões dependia da capacidade administrativa dos donatários.
- D) a cana forneceu a base material para o estabelecimento dos portugueses nos trópicos.
- E) o crescimento da produção foi lento e constante ao longo dos séculos XVI e XVII.
- 02.** (ESCS-DF) Embora tivesse uma dinâmica própria, com diversas atividades subsidiárias, a economia colonial brasileira foi marcada pelas circunstâncias que envolviam a Europa na Idade Moderna, essencialmente identificadas com as práticas mercantilistas. A esse respeito, é correto afirmar que
- A) a expansão das lavouras de cana-de-açúcar levou à interiorização do processo de ocupação da colônia, ultrapassando em muito os limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas.
- B) a liberdade de comércio foi a tônica da economia colonial, coerentemente com as práticas mercantis que singularizaram Portugal na Europa Moderna.
- C) a divisão da colônia em capitanias hereditárias explicitou o caráter descentralizador, na economia e na administração, que Portugal manteve ao longo da colonização do Brasil.
- D) a agroindústria açucareira nordestina atraiu, com demanda assegurada no mercado consumidor europeu, os capitais holandeses, cujos representantes chegaram a se fixar na região.

03. (PUC-SP-2016) Entre todos os moradores e povoadores uns fazem engenhos de açúcar porque são poderosos para isso, outros canaviais, outros algodoads, outros mantimentos, que é a principal e mais necessária coisa para a terra, outros usam de pescar, que também é muito necessário para a terra, outros usam de navios que andam buscando mantimentos e tratando pela terra conforme ao regimento que tenho posto, outros são mestres de engenhos, outros mestres de açúcares, carpinteiros, ferreiros, oleiros e oficiais de formas e sinos para os açúcares e outros oficiais que ando trabalhando e gastando o meu por adquirir para a terra, e os mando buscar em Portugal, na Galiza e nas Canárias às minhas custas, além de alguns que os que vêm fazer os engenhos trazem, e aqui moram e povoam, uns solteiros e outros casados, e outros que cada dia caso e trabalho por casar na terra.

MELLO, José Antônio Gonsalves de; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 114.

As observações do donatário de Pernambuco sobre suas atividades à frente da Capitania expõem a

- A) exclusividade da produção açucareira e a inexistência de outras atividades produtivas no Brasil colonial.
- B) destinação externa de toda a produção agrícola da colônia e a necessidade de importação de alimentos para abastecer a população que vivia na colônia.
- C) centralidade da produção açucareira e o esforço de obtenção de mão de obra qualificada e de articulação da empresa agrícola com outros setores da economia.
- D) carência de mercado interno para os produtos agrícolas e a necessidade de rigoroso controle sobre os escravos.

04. (UEFS-BA) O futuro conde de Cairu informa que um proprietário que possuísse cinquenta escravos podia cultivar 100 tarefas de cana com a renda de 5:700\$000 (cinquenta contos e setecentos mil reis), mas as despesas com os escravos e as utilidades só eram equilibradas quando ele possuía meeiros. Por isso, os lavradores de cana procuravam ter o maior número de lavradores "agregados", forma de exploração que se desenvolveu até os dias atuais. A meação aumentava "infinidamente o rendimento anual" de uma propriedade açucareira.

TAVARES, 2001. p. 199.

De acordo com o texto, além do trabalho do escravo, os ganhos dos senhores de terras e engenhos ampliavam-se com o produto do trabalho de

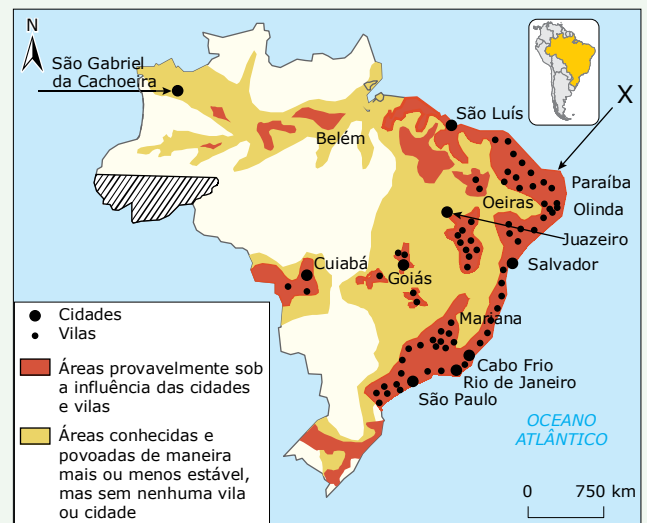
- A) agregados pobres, parentes deserdados da família do senhor.
- B) homens livres que não encontravam mercado de trabalho nas cidades.
- C) camponeses livres vindos de Portugal em busca de trabalho na colônia.
- D) homens livres possuidores apenas de terras e escravos, mas não possuidores de engenhos.
- E) trabalhadores livres sazonais que se revezavam entre as lavouras de cana e de café.

05. (UECE) A ocupação e colonização do Brasil estão, sem dúvida, ligadas à economia açucareira desenvolvida inicialmente no período colonial. Sobre esse lucrativo produto, pode-se afirmar corretamente que

- A) nos séculos XIII e XIV, o açúcar era apreciado por suas qualidades medicinais e culinárias e, por ser uma especiaria de elevado valor, era arrolada nos testamentos e inventários de bens reais.
- B) o açúcar foi um importante produto cultivado pelos africanos. Porém, entre 60% e 100% dos que sobreviveram às viagens nos navios negreiros terminaram sendo alocados em alguma fazenda de criação de gado.
- C) foi rápido e efêmero o sucesso da produção açucareira no Brasil, pois as terras não eram férteis nem apropriadas ao cultivo da cana, tampouco foram empenhados esforços no sentido de encontrar mão de obra adequada.
- D) a produção açucareira marcou profundamente a história econômica do Brasil. Mesmo após a crise do século XX, a agromanufatura do açúcar continuou a desempenhar um importante papel na economia colonial e imperial.

06. (PUC-Campinas-SP)

A marcha do povoamento



VESENTINI, José William. *Geografia*: série Brasil. São Paulo: Ática, 2003. p. 181 (Adaptação).

No que se refere à faixa escura a leste, é correto afirmar que a ocupação e o povoamento dessa faixa

- A) ocorrem desde a vinda das expedições exploratórias no litoral e ligam-se à exploração econômica do pau-brasil.
- B) têm início em meados do século XVIII e associam-se ao sucesso das capitanias do Nordeste e do Sudeste.
- C) vêm desde a época colonial e expressam a ligação econômica em relação aos centros mundiais do capitalismo, desde sua formação.
- D) resultam da invasão do litoral pelos imigrantes europeus e associam-se à desestruturação econômica do feudalismo.
- E) têm origem econômica na indústria açucareira e ligam-se à integração gradativa do índio e do negro à sociedade brasileira.

07. (PUC Rio) Sobre as características da sociedade escravista colonial da América Portuguesa, estão corretas as afirmações a seguir, à exceção de uma. Indique-a.

- A) O início do processo de colonização na América Portuguesa foi marcado pela utilização dos índios – denominados “negros da terra” – como mão de obra.
- B) Na América Portuguesa, ocorreu o predomínio da utilização da mão de obra escrava africana, seja em áreas ligadas à agroexportação, como o Nordeste açucareiro a partir do final do século XVI, seja na região mineradora a partir do século XVIII.
- C) A partir do século XVI, com a introdução da mão de obra escrava africana, a escravidão indígena acabou por completo em todas as regiões da América Portuguesa.
- D) Em algumas regiões da América Portuguesa, os senhores permitiram que alguns de seus escravos pudessem realizar uma lavoura de subsistência dentro dos latifúndios agroexportadores, o que os historiadores denominam de “brecha camponesa”.
- E) Nas cidades coloniais da América Portuguesa, escravos e escravas trabalharam vendendo mercadorias como doces, legumes e frutas, sendo conhecidos como “escravos de ganho”.

08. (Unicamp-SP) No século XVII, o Rio de Janeiro era um dos principais polos econômicos do Império ultramarino português. Na segunda metade do século, a região era grande produtora e exportadora de açúcar e consumidora de escravos, sendo que seus comerciantes atuavam intensamente no tráfico negreiro com a África e no acesso à prata das zonas espanholas na América, através do Rio da Prata. A despeito de tudo, seus moradores viviam oprimidos com as pesadas taxações que eram obrigados a pagar para a manutenção das tropas de defesa.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida.

O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português. Séculos XVII e XVIII. In: Furtado, Júnia Ferreira.

(Org.). *Diálogos Oceânicos*. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português. Belo Horizonte / São Paulo: UFMG / Humanitas, 2001. p. 207.

- A) Identifique os principais polos que demarcam a extensão territorial do Império ultramarino português no século XVII.
- B) Quais atividades desenvolvidas na América Portuguesa sustentaram sua importância econômica durante o século XVII?
- C) Explique de que maneira o fisco era um problema na América Portuguesa.

09. (FUVEST-SP) O tráfico de escravos africanos para o Brasil

- A) teve início no final do século XVII, quando as primeiras jazidas de ouro foram descobertas nas Minas Gerais.
- B) foi pouco expressivo no século XVII, ao contrário do que ocorreu nos séculos XVI e XVIII, e foi extinto, de vez, no início do século XIX.
- C) teve início na metade do século XVI, e foi praticado, de forma regular, até a metade do século XIX.
- D) foi extinto, quando da Independência do Brasil, a despeito da pressão contrária das regiões auríferas.
- E) dependeu, desde o seu início, diretamente do bom sucesso das capitanias hereditárias, e, por isso, esteve concentrado nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente, até o século XVIII.

10. (PUC-SP) Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. E ao modo com que se há com eles depende de tê-los bons ou maus para o serviço.

ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil* (1711).

São Paulo: Editora Nacional, 1967. p. 159.

O texto, do início do século XVIII, trata da mão de obra escravista nos engenhos de açúcar. O autor

- A) inquieta-se com a falta de trabalhadores assalariados e com o predomínio do trabalho compulsório na lavoura açucareira.
- B) caracteriza o escravo como instrumento de produção que precisa ser controlado rigorosamente para que não se rebelde.
- C) interessa-se pela possibilidade de expansão das plantações de cana e pelo decorrente aumento da remessa do açúcar para Portugal.
- D) revela sua disposição de defender o fim da escravidão no Brasil e importar mão de obra estrangeira para ter trabalhadores mais qualificados.
- E) preocupa-se em destacar a importância do trabalho escravo na produção do açúcar e os cuidados que se deve ter no seu trato.

11. (Albert Einstein-SP-2016) Na sua condição de propriedade, o escravo é uma coisa, um bem objetivo. [...] Daí ter sido usual a prática de marcar o escravo com ferro em brasa como se ferra o gado. Os negros eram marcados já na África, antes do embarque, e o mesmo se fazia no Brasil, até no final da escravidão. [...] Seu comportamento e sua consciência teriam de transcender a condição de coisa possuída no relacionamento com o senhor e com os homens livres em geral. E transcendiam, antes de tudo, pelo ato criminoso. O primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o senhor à fuga do cativo.

Em contrapartida, ao reconhecer a responsabilidade penal dos escravos, a sociedade escravista os reconhecia como homens: além de incluí-los no direito das coisas, submetia-os à legislação penal.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992. p. 62-63.

O texto indica

- A) a ambiguidade no reconhecimento, pela sociedade colonial e imperial brasileira, da condição dos africanos escravizados, que se manifestava sobretudo diante de algumas formas de resistência à exploração.
- B) a precocidade da legislação brasileira contra crimes hediondos e contra o desrespeito, pelos africanos escravizados, às obrigações e aos deveres de todo trabalhador rural.
- C) o reconhecimento, pelos governantes brasileiros na colônia e no império, da necessidade de mediar e controlar as relações dos proprietários rurais com o amplo contingente de africanos escravizados.
- D) o descumprimento, pelos senhores de escravos no Brasil Colonial e Imperial, das leis que regulavam o trabalho compulsório e que impediam a aplicação da pena de morte aos africanos escravizados.

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2016) As convicções religiosas dos escravos eram entretanto colocadas a duras provas quando de sua chegada ao Novo Mundo, onde eram batizados obrigatoriamente “para a salvação de sua alma” e deviam curvar-se às doutrinas religiosas de seus mestres. Iemanjá, mãe de numerosos outros orixás, foi sincretizada com Nossa Senhora da Conceição, e Nanã Buruku, a mais idosa das divindades das águas, foi comparada a Sant’Ana, mãe da Virgem Maria.

VERGER, P. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 1981.

O sincretismo religioso no Brasil colônia foi uma estratégia utilizada pelos negros escravizados para

- A) compreender o papel do sagrado para a cultura europeia.
- B) garantir a aceitação pelas comunidades dos convertidos.
- C) preservar as crenças e a sua relação com o sagrado.
- D) integrar as distintas culturas no Novo Mundo.
- E) possibilitar a adoração de santos católicos.

02. (Enem) Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três.

Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, A. *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1951. Tomo XI (Adaptação).

O trecho do sermão do Padre Antônio Vieira estabelece uma relação entre a Paixão de Cristo e

- A) a atividade dos comerciantes de açúcar nos portos brasileiros.
- B) a função dos mestres de açúcar durante a safra de cana.
- C) o sofrimento dos jesuítas na conversão dos ameríndios.
- D) o papel dos senhores na administração dos engenhos.
- E) o trabalho dos escravos na produção de açúcar.

03. (Enem)
L7LA



FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Gramma com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Essa organização do espaço representa uma

- A) estratégia econômica e espacial para manter os escravos próximos do plantio.
- B) tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravos fugidos.
- C) forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.
- D) maneira de evitar o contato direto entre os escravos e seus senhores.
- E) particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

04. (Enem) Dos senhores dependem os lavradores que têm partidos arrendados em terras do mesmo engenho; e quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, afáveis e verdadeiros, tanto mais são procurados, ainda dos que não têm a cana cativa, ou por antiga obrigação, ou por preço que para isso receberam.

ANTONIL, J. A. *Cultura e opulência do Brasil* (1711). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967 (Adaptação).

Segundo o texto, a produção açucareira no Brasil colonial era

- A) baseada no arrendamento de terras para a obtenção da cana a ser moída nos engenhos centrais.
- B) caracterizada pelo funcionamento da economia de livre mercado em relação à compra e venda de cana.
- C) dependente de insumos importados da Europa nas frotas que chegavam aos portos em busca do açúcar.
- D) marcada pela interdependência econômica entre os senhores de engenho e os lavradores de cana.
- E) sustentada no trabalho escravo desempenhado pelos lavradores de cana em terras arrendadas.

05.

Texto I

O plantio da cana-de-açúcar foi realizado em grandes propriedades rurais denominadas de latifúndio monocultor ou *plantation*. Essas propriedades também ficaram conhecidas como engenhos, porque, além das plantações, abrigavam as instalações apropriadas e os equipamentos necessários para o refino do açúcar: a moenda, a caldeira e a casa de purgar.

Para o processo de produção e comercialização do açúcar ser lucrativo ao empreendimento colonial, os engenhos introduziram a forma mais aviltante de exploração do trabalho humano: a escravidão. A introdução do trabalho escravo nas grandes lavouras baixava os custos da produção.

CANCIAN, Renato. *Economia colonial: Cana e trabalho escravo sustentaram o Brasil colônia*. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/economia-colonial-cana-e-trabalho-escravo-sustentaram-o-brasil-colonia.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2019

Texto II

[...] Se na última safra – 2006/07 – os brasileiros cortaram e moeram mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, este ano as estimativas preveem uma produção 10% maior. [...]

Relatório do Ministério do Trabalho [...], divulgado no início do mês de março [2007], mostra que só no ano passado 450 trabalhadores do setor sucroalcooleiro morreram nas usinas. Alguns foram assassinados, mas muitos morreram em consequência de banais acidentes de transporte. Outros foram carbonizados durante as queimadas. Vários perderam a vida simplesmente por excesso de trabalho. [...]

NAGAMINE, Hélio; RODRIGUES, Alan. A morte por trás do etanol. *ISTOÉ*. Disponível em: <https://istoe.com.br/2136_A+MORTE+POR+TRAS+DO+ETANOL/>. Acesso em: 27 nov. 2019. [Fragmento]

Os textos anteriores apresentam a economia agrícola brasileira em momentos históricos distintos. As duas situações revelam que

- A) o Brasil não rompeu com o modelo agrícola, negligenciando alternativas econômicas nos séculos que seguiram sua descoberta.
- B) a agricultura de exportação foi um caminho histórico e seguro para a colocação do Brasil no cenário econômico internacional.
- C) a riqueza associada ao projeto agrícola mostrou-se tradicionalmente vinculada a um quadro de exploração e miséria do trabalhador.
- D) o consumo de açúcar continua movendo a economia brasileira apesar dos séculos que nos separam do Período Colonial.
- E) a justiça social brasileira está distante daquilo que ONGs e forças públicas desejam para o país.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B 03. E 05. C
- 02. A 04. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. D
- 03. C
- 04. D
- 05. A
- 06. C
- 07. C
- 08.
 - A) Regiões do Oriente, as quais os portugueses chamavam de Índias, e o Brasil.
 - B) A produção e exportação de açúcar, somada ao tráfico negreiro, importante fonte de lucros para Portugal, assim como, em uma escala menor, a extração de drogas do sertão e de pau-brasil e o cultivo de algodão.
 - C) O rigor do fiscalismo português no Brasil desencadeou movimentos de protestos por parte dos colonos. Tais movimentos simbolizaram a reação ao pacto colonial português, uma vez que a política tributária lusitana, sedenta pelo aumento das receitas coloniais, representava uma face brutal da presença real metropolitana.
- 09. C
- 10. E
- 11. A

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. C 04. D
- 02. E 05. C
- 03. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Brasil Colônia: Atividades Econômicas Complementares

Durante o Período Colonial brasileiro, a preocupação central da Coroa portuguesa foi o desenvolvimento de atividades econômicas que coincidisse com o ideal mercantilista, ou seja, um projeto de acumulação de divisas que atendessem ao Estado lusitano.

Porém, cabe ressaltar que essas atividades econômicas foram acompanhadas de outras de menor relevância para a Coroa portuguesa, mas que podem ser consideradas fundamentais para a estruturação do modelo colonial proposto. Entre essas atividades, podem ser destacadas a pecuária e a extração das drogas do sertão, por exemplo.

Principais atividades econômicas do Brasil no século XVII



Principais produtos

Área de ocorrência do pau-brasil	Cana-de-açúcar
Pecuária	Tabaco
Drogas do sertão	Mineração
— Limites atuais do território brasileiro	

A opção pelo plantio da cana-de-açúcar e o estabelecimento do monopólio real na exploração do pau-brasil são alguns exemplos das ações mercantilistas empreendidas na área colonial. A mineração, que assumiu papel de destaque nos interesses da metrópole no trato das questões coloniais, principalmente no século XVIII, também foi uma atividade muito rentável para os portugueses.

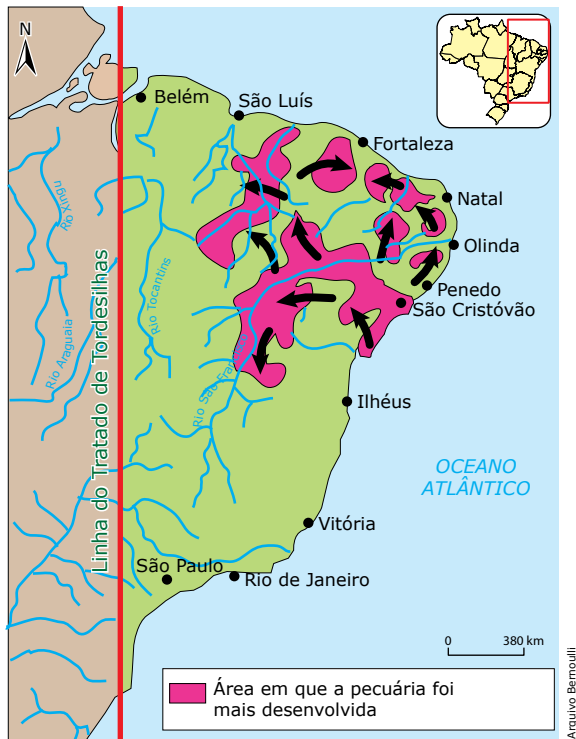
PECUÁRIA

Pecuária no Nordeste

Transferida para o Brasil nas primeiras décadas do século XVI, a pecuária foi introduzida pelo governador Tomé de Souza com o objetivo de suprir a alimentação dos colonos na cidade de Salvador. Além de garantir a subsistência por meio da carne, do leite e da manteiga de garrafa, o gado bovino contribuiu para a força motriz dos engenhos, sendo utilizado como meio de transporte. Além disso, a partir de seu couro, confeccionavam-se calçados, roupas, móveis e os mais variados objetos.

A destinação das terras férteis às atividades da cana-de-açúcar, com o decorrer das décadas, no entanto, obrigou os criadores a buscarem, nas regiões interioranas, pastagem para o gado que se multiplicava. A própria Coroa portuguesa notou a necessidade de separar a criação de gado e a agricultura exportadora, ao decretar, na Carta Régia de 1701, a proibição da criação de currais na faixa de 50 km da costa. Porém, bem antes da notificação oficial, o gado teve seu caminho natural no interior da colônia, irradiando seu avanço a partir das regiões da Bahia, Pernambuco e Maranhão. As margens do Rio São Francisco se transformaram em espaço ideal para a fundação de fazendas de gado, passando inclusive a ser conhecido como o Rio dos Currais. No início do século XVIII, a região de Pernambuco já apresentava aproximadamente 800 mil cabeças de gado espalhadas em mais de oitenta currais, que, somadas às 500 mil cabeças de gado da Bahia, garantiam o abastecimento dos núcleos urbanos e das fazendas em expansão.

Primeiros movimentos de expansão da pecuária



DEBRET, Jean-Baptiste. *Armazém de carne seca*. 1835. Litografia, 30 x 21,5 cm.

A consolidação da pecuária no Sul ocorreu apenas a partir da primeira metade do século XVIII, quando iniciou-se a atividade de mineração na região das Minas Gerais. A maioria dos mineradores focava seus esforços na extração do ouro e do diamante, passando a depender do abastecimento externo ao universo mineiro. O gado do Sul passou a ser essencial para a dinâmica econômica e social da região mineira, sendo o preço dos animais vivos muito elevado. Nesse contexto, formou-se a atividade do tropeiro, responsável pelas tropas de peões que capturavam e comercializavam os animais nas diversas regiões do Brasil.

No século XVIII, quando a mineração ganhou mais destaque que a lavoura açucareira, a pecuária do Sul superou em importância a nordestina. Essa região apresentava condições favoráveis para o desenvolvimento do gado, como o relevo suave, o clima ameno, numerosos rios e uma vegetação rasteira para a pastagem. As chamadas estâncias, fazendas de criação, foram incentivadas pela Coroa portuguesa, preocupada em garantir a ocupação desses territórios e evitar as ameaças nas fronteiras com a América Espanhola. Mesmo assim, a intensificação das atividades de plantio de trigo e produção do charque não evitou contendas e escaramuças com o Império Espanhol, e, posteriormente, com as nações platinas, perdurando até a segunda metade do século XIX, já no Período Imperial brasileiro.

Importância da pecuária

A pecuária brasileira foi uma atividade voltada para o abastecimento e, como consequência, contribuiu para a formação do mercado interno e para o progresso material da colônia, visto que os lucros obtidos com a comercialização da produção foram incorporados ao Brasil.

Além disso, a pecuária foi responsável pelo desbravamento e ocupação do interior, desempenhando papel importante na formação do espaço geográfico do Brasil colonial, uma vez que promoveu o povoamento gradual e contínuo de uma vasta região.

A presença da mão de obra livre era bastante comum nessa atividade, geralmente de indígenas, mestiços e negros alforriados. Os vaqueiros, responsáveis por cuidar do gado dos criadores, eram muitas vezes recompensados com algumas das crias do rebanho, o que permitia uma relativa ascensão social.

Pecuária do Sul

O gado foi introduzido na região Sul da colônia portuguesa pelos jesuítas, que utilizavam os animais para a subsistência nas missões fundadas ainda no século XVI. No contexto da União Ibérica, o Nordeste brasileiro e as praças africanas foram invadidos pelos holandeses, provocando a escassez do escravo negro nas regiões não dominadas pelos flamengos, como a capital Salvador. Diante dessa demanda, os paulistas perceberam a possibilidade de enriquecimento e começaram a atacar as missões jesuíticas do sul para capturar os índios que pudessem ser comercializados nas áreas sedentas de braços escravos.

A destruição das missões acabou por provocar o surgimento do gado selvagem, que se espalhou com facilidade pela região em virtude da abundância de pastagem natural que as áreas do Rio Grande do Sul forneciam. Após a União Ibérica (1640), enfim, portugueses e nativos notaram o próspero cenário de lucratividade e, dessa forma, capturavam os animais para a obtenção do couro, objeto de interesse dos exportadores das cidades de Buenos Aires e Sacramento, cidade portuguesa fundada na margem posterior do Rio da Prata e dedicada às atividades ilícitas em pleno território colonial espanhol.

No entanto, a criação extensiva e o caráter nômade da pecuária inviabilizavam a sofisticação social e patrimonial então vigente nas estruturas produtivas da cana-de-açúcar. Esse cenário, no entanto, não impediu o enriquecimento de muitos proprietários com a atividade da pecuária no Brasil.

O faturamento por meio da exploração do couro chegou a ser destaque nas exportações brasileiras durante o Período Colonial. A respeito da importância desse produto na dinâmica econômica da América Portuguesa, o historiador Capistrano de Abreu escreveu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

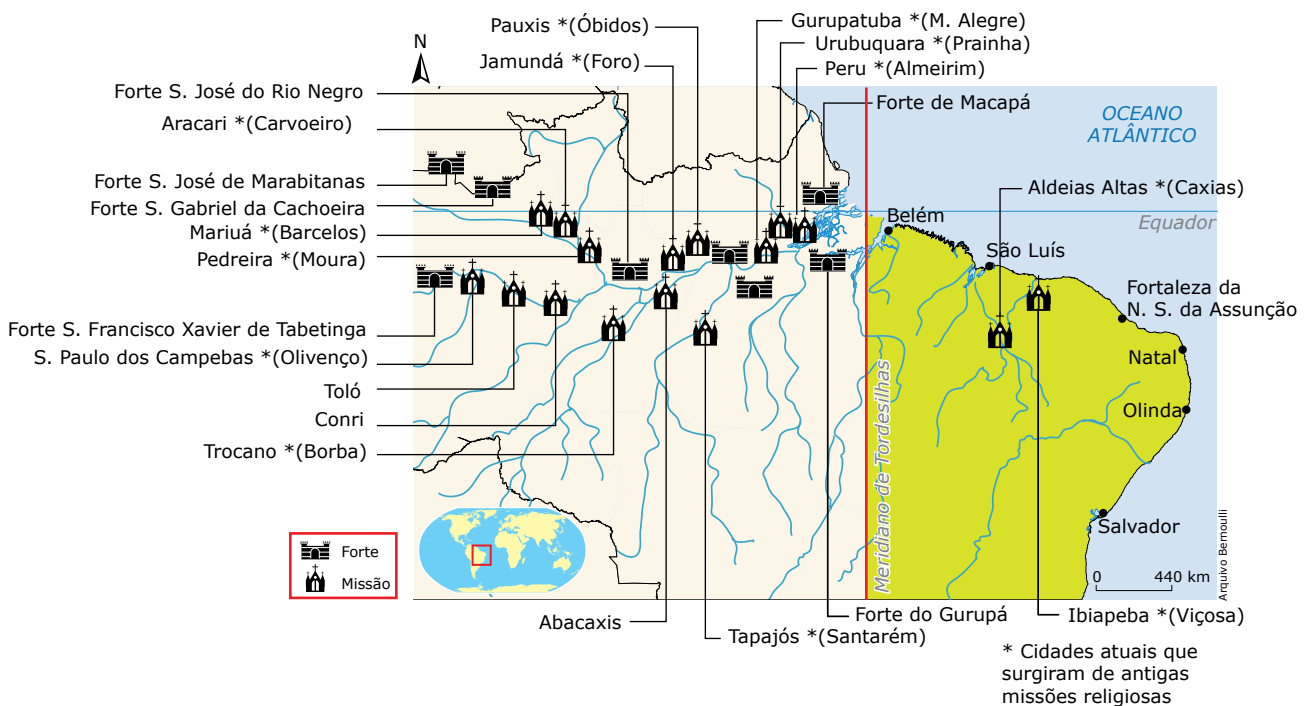
ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963. p. 149. [Fragmento]

DROGAS DO SERTÃO

O interior do território colonial brasileiro, comumente classificado sertão, também contribuiu, mesmo que de modo tímido, para a dinâmica econômica nos séculos de domínio português. Entre as principais atividades desenvolvidas na região, destacou-se a exploração das **drogas do sertão**, expressão utilizada para designar alimentos e plantas medicinais extraídas da atual região amazônica ou introduzidas pelos colonizadores, como cravo, castanha, canela, cacau, guaraná, entre outros. A dificuldade de se ocupar esse território, presente ainda nos dias de hoje, indica a fragilidade dessa atividade econômica. Soma-se a isso a distância da região em relação aos principais centros consumidores europeus, dificultando a regularidade do comércio desses produtos.

Essa atividade valia-se da mão de obra indígena recrutada pelos jesuítas, responsáveis pela fundação de dezenas de missões ou reduções na Bacia do Rio Amazonas. Nesse sentido, a ocupação religiosa da região foi de extrema importância para garantir, no século XVIII, a expansão das fronteiras luso-brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas, reconhecidas por meio do Tratado de Madri de 1750.

Missões religiosas e fortes na Amazônia



Cabe ainda ressaltar que o estímulo à extração desses produtos da região amazônica se vinculava ao interesse europeu pelas folhas exóticas do Novo Mundo, diante da precariedade dos conceitos medicinais na Europa Moderna. Sendo assim, a extração das drogas do sertão atendia aos interesses mercantilistas portugueses, afinal, o alto preço atribuído a esses produtos beneficiava os metropolitanos.

TABACO

Planta típica da América, o tabaco era muito utilizado pelas comunidades indígenas, nas experiências do dia a dia e nas importantes cerimônias tupis, sendo a aspiração da fumaça do tabaco estimuladora do transe místico nas celebrações religiosas. Até os dias de hoje, algumas comunidades descendentes dos ameríndios mantêm a tradição de fumar em eventos festivos.

Com a chegada dos portugueses, o cultivo do tabaco se transformou em importante atividade econômica. Segundo o padre Antonil, português que circulou pelas terras coloniais no final do século XVII, o tabaco representava a segunda principal atividade agrícola em solo brasileiro, perdendo apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. A Coroa portuguesa chegou a criar a Junta do Tabaco em 1674 com o intuito de melhor gerenciar essa atividade econômica.

O tabaco era produzido para o mercado externo, sendo a região da costa africana o principal centro comercial. Nessa região, o tabaco era utilizado, junto com a aguardente, como moeda de troca no comércio negreiro. A Europa também passou a consumir o tabaco, apesar das insistentes proibições papais. O vasto mercado e as vantagens na exportação, o baixo custo para obtenção do fumo - de modo geral, os investimentos eram reduzidos se comparados com a atividade canavieira - e a facilidade da produção foram elementos determinantes para o surgimento de grandes fazendas fumageiras.

Gradativamente, as lavouras fumageiras se espalharam por toda a América Portuguesa, mas se mantiveram concentradas na região do Recôncavo Baiano, pois Salvador era o porto colonial que recebia o maior número de escravos.

ALGODÃO

Também conhecido pelos povos nativos, o algodão era utilizado para tecer redes de dormir e objetos do cotidiano. Com a intensificação da presença lusitana em solo brasileiro, a partir do século XVII, fez-se necessário o desenvolvimento da agricultura do algodão com o intuito de se produzir tecido cru para a dinâmica interna da área colonial. As fazendas produtoras de algodão se destacaram nas regiões dos atuais territórios do Pará e do Maranhão, mas se tem notícias desse tipo de atividade na longa faixa litorânea que vai da capitania de São Vicente até o Ceará. Até a capitania de Minas Gerais, no contexto da decadência da mineração, desenvolveu a atividade produtora de algodão como alternativa em meio à crise aurífera.

A produção de algodão garantia a fabricação de redes, chapéus e, principalmente, vestimentas para a escravaria. Em alguns momentos, produziu-se também panos finos que concorriam com os tecidos oriundos da metrópole.

A crise do sistema colonial português, no final do século XVIII, contribuiu para que a produção de algodão do Brasil atingisse mercados externos, sedentos de matéria-prima para as manufaturas e indústrias em plena expansão. Não foi por acaso que, em 1785, a rainha portuguesa Maria I expediu um alvará proibindo manufaturas no Brasil, contribuindo para a falência de muitos produtores de algodão.

DIVERSIDADE PRODUTIVA NO BRASIL COLÔNIA

Paralelamente à produção açucareira, foram desenvolvidas outras atividades que a complementavam. Essas atividades atendiam à demanda do mercado interno, da própria lavoura açucareira, além de também se inserirem no contexto do comércio de exportação.

Dentre os produtos que coexistiam com o açúcar, o fumo assumiu uma singular importância. Tal fato decorreria da sua participação no comércio de exportação, sendo superada apenas pela do açúcar.

O tabaco era cultivado em propriedades que, em sua maioria, possuíam menos hectares, mas raramente empregavam mais do que vinte escravos.

Além disso, o baixo custo da lavoura de fumo (em torno de um terço do de cana) permitiu a participação de portugueses e brasileiros com baixos recursos financeiros. O percentual de brancos com lavoura de tabaco foi se reduzindo, até que, "por volta de 1780, mulatos e negros livres já constituíam cerca de 30% dos produtores". (Nizza da Silva, Maria Beatriz (Org.), *op. cit.*, pág. 778.)

Diferentemente do açúcar, o tabaco procurou combinar-se com a criação de gado, pois o esterco era utilizado comumente para a adubagem do solo arenoso, típico da área de cultivo do fumo. Tal combinação diversificava a capacidade de investimentos do produtor de tabaco.

O crescimento do comércio de tabaco estimulou, como contrapartida, o contrabando do produto. Em consequência, a Coroa criou, em 1674, a Junta da Administração do Tabaco, que procurava assegurar o monopólio régio sobre o comércio do fumo. Além disso, criaram-se superintendências que aferiam a qualidade do fumo junto aos principais portos de exportadores. Para Lisboa eram encaminhadas as melhores partidas do produto. [...]

Ao longo do domínio português no Brasil, o tabaco manteve-se como importante e rentável produto nas exportações, principalmente após a abertura dos portos, em 1808, favorecendo o comércio direto com mercados europeus, eliminando a intermediação de Portugal.

Embora inexistissem provas concretas, pode-se afirmar que a produção de cachaça no Brasil iniciou-se simultaneamente ao cultivo da cana-de-açúcar. A cachaça é um subproduto da refinação do açúcar, obtido através da destilação do melão.

Utilizada como bebida pelos escravos, a cachaça criava uma sensação de reconforto diante da fadiga resultante do trabalho pesado, além de aquecê-los face ao forte frio das regiões das minas. Além de sua utilização como fonte complementar da alimentação dos escravos, a cachaça passou também a ser consumida pelos portugueses em substituição ao vinho, cujo preço era bem mais alto. [...]

Em 1534, Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, introduziu o gado na capitania de São Vicente. Desta, foi levado para a Bahia por Tomé de Souza. Inicialmente, o gado encontrava-se estreitamente vinculado à produção açucareira, com o proprietário rural assumindo a posse sobre os rebanhos.

A criação de gado estava dirigida para atender à alimentação dos engenhos, fornecer tração animal para a moenda e à utilização do couro no vestuário. Com a mineração, o gado ampliou sua área de atuação, atravessando o sertão nordestino, os campos vicentinos e integrando o sul da colônia ao mercado interno.

Entretanto, no próprio século XVI, o gado havia sido obrigado a buscar novas áreas de pasto em virtude da expansão da lavoura canavieira, que demandava maiores extensões de terras livres para o cultivo. Com isso, os criadores de gado foram levados a buscar novos pastos no interior da colônia, em geral, seguindo o curso de grandes rios, como o São Francisco. [...]

A mandioca, uma raiz tropical conhecida como cassava e aipim, tornou-se a principal fonte de alimentação na colônia, em especial para os escravos e colonos portugueses empobrecidos. Para atender ao mercado interno, surgiram zonas especializadas na produção da mandioca, por exemplo, Maragogipe, Jaguaripe, Cairu e Camamu, localizadas no litoral e nos recôncavos baianos, que abasteciam Salvador e cidades próximas.

Apesar disso, a fome fez parte do cotidiano da população no Brasil Colônia. Visando a reduzir os gastos com a alimentação dos escravos, alguns proprietários liberavam uma pequena parcela da terra para que os mesmos cultivassem alimentos para si. A chamada brecha camponesa permitiu aos escravos produzirem alimentos para a sua subsistência e também um excedente negociado no próprio engenho, ou mesmo nos mercados urbanos. Os ganhos arrecadados pelos escravos permitiam "a compra da liberdade. A própria Igreja encorajava a compra da liberdade pelos negros, com o que poupassem vendendo excedentes. O dinheiro recebido era empregado na compra de outros escravos". (CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. pág. 100.) [...]

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 152-155. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (FUVEST-SP) A criação, em território brasileiro, de gado e de muaras (mulas e burros), na época da colonização portuguesa, caracterizou-se por
- ser independente das demais atividades econômicas voltadas para a exportação.
 - ser responsável pelo surgimento de uma nova classe de proprietários que se opunham à escravidão.
 - ter estimulado a exportação de carne para a metrópole e a importação de escravos africanos.
 - ter-se desenvolvido, em função do mercado interno, em diferentes áreas no interior da colônia.
 - ter realizado os projetos da Coroa portuguesa para intensificar o povoamento do interior da colônia.
- 02.** (UECE) A peculiaridade da pecuária sertaneja no Brasil do século XVIII esteve ligada principalmente às relações de trabalho nela estabelecidas. Acerca dessas relações, é correto afirmar-se que
- predominava o trabalho escravo em larga escala, semelhante ao sistema aplicado nos grandes engenhos de açúcar.
 - havia predominância do trabalho de negros libertos, mestiços livres, brancos pobres e, em pequena escala, escravos africanos.
 - a mão de obra negra e escrava na pecuária era maioria em relação a outros trabalhadores, mas diferenciava-se pelo fato de o trabalho ser mais brando.
 - nas fazendas de gado, o percentual de livres e escravos era em torno de cinquenta por cento para cada categoria, uma vez que era um trabalho que exigia um grande número de trabalhadores.
- 03.** (UFRN) Na colônia portuguesa da América (Brasil), o gado era fundamental para a produção açucareira que se expandia pelo litoral nordestino. Todavia, uma Carta Régia de 1701 proibiu a criação de gado em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. O objetivo dessa medida régia era
- garantir o cultivo da cana-de-açúcar no litoral e, ao mesmo tempo, estimular a colonização dos sertões com a pecuária.
 - proibir o desenvolvimento de atividades produtivas no litoral, com o intuito de dificultar a invasão da colônia por outros povos.
 - estimular a pecuária nos sertões, almejando impedir a proliferação da produção açucareira, que se tornara economicamente inviável.
 - impedir a pecuária no litoral, onde era mais rentável que o açúcar, como forma de favorecer os interesses dos senhores de engenho.

- 04.** (FUVEST-SP) Os que trazem [o gado] são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem seguidos pelo gado, e outros vêm atrás das reses, tangendo-as, tendo o cuidado que não saiam do caminho e se amontoem.

ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil*. 1711.

O texto expressa uma atividade econômica característica

- A) do sertão nordestino, dando origem a trabalhadores diferenciados do resto da colônia.
 B) de regiões canavieiras onde se utilizava mão de obra disponível na entressafra do açúcar.
 C) de todo o território da América portuguesa onde era fácil obter mão de obra indígena e negra.
 D) das regiões do Nordeste, produtoras de charque, que empregavam mão de obra assalariada.
 E) do sul da colônia, visando abastecer de carne a região açucareira do Nordeste.

- 05.** (UFRN) Os estudos históricos sobre a formação do espaço norte-rio-grandense mostram que o povoamento do interior do Rio Grande do Norte intensificou-se a partir da segunda metade do século XVIII, época em que estava consolidado o povoamento português no litoral e a Europa entrava no processo da Revolução Industrial.

Nesse período, na capitania do Rio Grande, a organização socioeconômica das áreas do sertão foi marcada

- A) pelo estabelecimento de uma economia monocultura, em que o algodão conquistou as áreas antes destinadas à pecuária.
 B) pelo desenvolvimento da indústria têxtil, que aproveitava a matéria-prima de produção local.
 C) pela nítida separação dos vários setores produtivos e a especialização das atividades econômicas por grupos sociais.
 D) pela integração entre a pecuária, a produção algodoeira e as culturas de mantimentos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (IFGO) O artigo mais importante do intercâmbio com as Minas era o gado bovino. Os currais baianos exportavam para as Gerais boiadas e mais boiadas. Esse negócio era muito vantajoso para os criadores que tinham currais ao longo do Rio São Francisco.

PENV

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 72.

Assinale a alternativa correta.

- A) O trecho demonstra o equívoco dos estudos históricos que apontavam o século XVIII como o "século do ouro" na economia colonial e que o grande produto comercializado nessa época era a carne bovina.

- B) A aquisição de gado baiano mostra que a pecuária foi uma prática econômica importante para o desenvolvimento da mineração. Afinal, foi o trânsito do gado que impulsionou as primeiras descobertas de metais preciosos no território colonial.
 C) O crescente comércio de gado destacado no trecho se relaciona com um dos efeitos da instalação da atividade mineradora. No caso, o rápido e volumoso incremento da população localizada no interior do território colonial.
 D) O comércio de gado, apesar de volumoso, era uma atividade ilegal durante o período colonial. A Coroa Portuguesa exigia que esse tipo de mercadoria fosse exclusivamente importada da metrópole.
 E) Muitos estudiosos colocam em dúvida a dimensão dada à criação bovina feita "ao longo do Rio São Francisco". Isso porque a região Nordeste é historicamente conhecida por seus graves problemas ligados à seca.

- 02.** (ESPM-SP) O último quartel do século XVIII constitui uma nova etapa de dificuldades para a colônia. No Maranhão, entretanto, ocorreu uma euforia em virtude do aumento da produção do algodão.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*.

Quanto à produção de algodão no Maranhão nas últimas décadas do século XVIII, é correto afirmar:

- A) Teve origem exclusivamente em fatores internos, tais como a formação de uma indústria têxtil apoiada pela metrópole.
 B) Não contou com nenhum investimento metropolitano, tendo sido a cotonicultura declarada ilegal pelo Marquês de Pombal.
 C) A cotonicultura seguiu em expansão no início do século XIX, sendo naquele momento o único produto cultivado no Brasil.
 D) Teve origem em fatores externos, como a revolução industrial na Inglaterra e a guerra de independência dos Estados Unidos.
 E) A cotonicultura foi favorecida por medidas adotadas pela rainha D. Maria I, tais como o Editó de Instalação de Manufaturas de 1785.

- 03.** (PUC RS) Responda à questão com base no mapa a seguir, sobre a criação de gado no Período Colonial brasileiro.



A partir da observação do mapa, pode-se concluir que

- A) a criação de gado era atividade exclusiva das regiões litorâneas do Brasil, sendo esse levado para a feira de Sorocaba, de onde partia para o mercado externo, grande consumidor de charque e couro.
- B) a criação de gado se concentrava no Norte do Brasil, devido à inadequação do solo e do clima dessa região para o cultivo da cana-de-açúcar, não havendo integração com as demais áreas coloniais.
- C) a região Sul do Brasil tinha na criação de gado uma importante fonte de renda, e levava seus derivados para serem comercializados na feira de Sorocaba, proporcionando uma integração econômica com a região mineradora.
- D) a pecuária só se desenvolveu no Brasil Colonial em função do ciclo canavieiro, tendo por único objetivo abastecer de carne e couro a população litorânea, carente desses produtos.
- E) o gado criado no Rio Grande do Sul não tinha boa aceitação no mercado interno colonial, por seu alto custo, devido à enorme distância que separava o Sul do Sudeste minerador, além da concorrência da carne estrangeira, de melhor qualidade.

04. (Unicamp-SP) Segundo Caio Prado Jr., o extenso território brasileiro foi responsável por tornar as comunicações difíceis e morosas. Havia vias fluviais extensas e navegáveis, como nas bacias Amazônica e Platina, mas os demais grandes cursos, como o São Francisco, Doce e Araguaia, tinham a navegação naturalmente dificultada. Grande parte dos investimentos ligados ao transporte se concentrou, assim, nas vias terrestres. Carroças de bois e tropas foram em geral os principais meios de transporte das mercadorias para as cidades e para os portos até meados do século XIX, quando se iniciou a expansão ferroviária. Esta foi a maior e mais significativa inovação tecnológica do século XIX.

FARIA, Sheila de Castro. Ferrovias. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 273 (Adaptação).

A partir do texto e de seus conhecimentos, caracterize a ocupação territorial do Brasil no Período Colonial.

05. (UFES) O mapa reproduz uma área, no Brasil Colônia, de predominância de duas atividades importantes, que deram origem à sociedade do engenho e à sociedade do couro.



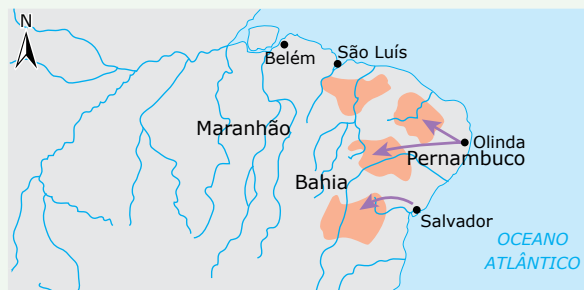
Relacione a agroindústria açucareira com a pecuária, no Nordeste brasileiro, considerando

- A) a mão de obra utilizada.
- B) o papel social na vida da colônia.

06. (ESPM-SP) As primeiras atividades econômicas praticadas pela colonização portuguesa no Brasil tiveram por cenário apenas o litoral do leste-nordeste brasileiros, sem que de modo sensível penetrassem no vago e misterioso sertão, ainda ocupado por tribos selvagens. Determinava essa situação o desinteresse econômico por qualquer tentativa de fixação de povoadores em regiões mais afastadas do mar.

Assim, enquanto sob os Reis Filipes penetravam os Vicentinos pelo sul na caça ao índio, ao mesmo tempo em que se sucediam as conquistas litorâneas em todo o nordeste, a solução encontrada para o povoamento do sertão forneceu-a [...], atividade econômica essencialmente fixadora de população, mesmo escassas.

VIANA, Hélio. *História do Brasil*.



O texto e o mapa referem-se à

- A) criação de gado.
- B) busca de drogas do sertão.
- C) produção de algodão.
- D) extração de borracha.
- E) cultivo de tabaco.

SEÇÃO ENEM

01. Leia o texto a seguir:

Drogas – O dicionário Moraes e Silva (1789) apresenta, como significado de “droga”, “todo o gênero de especiaria aromática, tintas, óleos, raízes officinais de tinturaria e botica”. As “drogas do sertão” ficaram conhecidas, na historiografia, como os produtos nativos ou aclimatados, do Amazonas, Pará e Maranhão, muito procurados na Europa como drogas medicinais, temperos ou tinturaria.

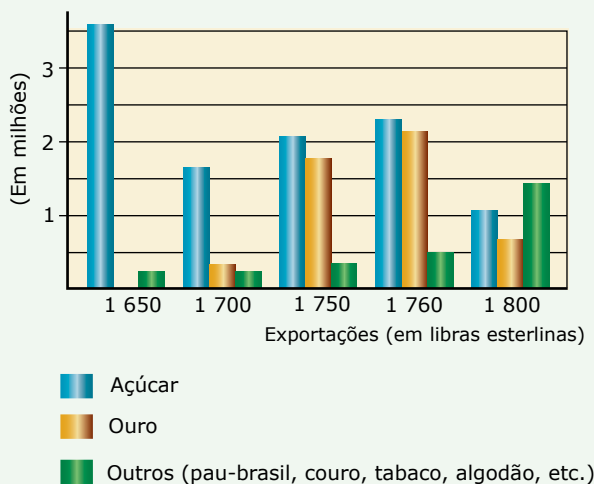
VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. [Fragmento]

A exploração das drogas do sertão pelos jesuítas na região amazônica, no Período Colonial, nos permite compreender a possibilidade de conciliação de interesses diversos nos processo de ocupação da América. Na situação apresentada, pode-se observar a relação entre os interesses

- A) cultural cristão e social indígena.
- B) econômico europeu e religioso cristão.
- C) reformista protestante e político lusitano.
- D) expansionista ibérico e renascentista europeu.
- E) moralista luso e mercantil britânico.

02.

Exportações do Brasil Colonial



A economia colonial brasileira foi orientada sobre dois pilares: a mineração e a atividade açucareira. Porém, a dinâmica econômica existente da América Portuguesa permitiu o aparecimento de outras atividades, conforme os dados anteriores.

Assim, a observação do gráfico nos permite concluir que

A) a mineração, a partir do século XVIII, foi a atividade econômica mais rentável do Período Colonial.

- B) a cana-de-açúcar foi a única atividade produtiva desenvolvida no Brasil no século XVI.
- C) as atividades complementares aos eixos principais da economia apresentaram elevação constante no Período Colonial.
- D) a economia açucareira foi marcada por uma expansão contínua entre os século XVI e XVIII.
- E) a mineração não se caracterizou por um sistema de ciclo econômico, visto a sua constante expansão.

GABARITO

Meu aproveitamento

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

- 01. D
- 02. B
- 03. A
- 04. A
- 05. D

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. C
- 02. D
- 03. C
- 04. Inicialmente, a ocupação se limitou ao litoral do Nordeste em função da lavoura canavieira. Mais tarde, porém, a ocupação do interior vinculou-se a outras atividades econômicas como o bandeirismo a partir de São Paulo, a pecuária no sertão nordestino e Vale do São Francisco, a mineração em Minas Gerais e no Centro-Oeste, a extração das “drogas do sertão” na Amazônia e a pecuária no Sul.
- 05.
 - A) Na lavoura açucareira, empregava-se o trabalho escravo; na pecuária, predominava o trabalho livre de mestiços, negros e índios.
 - B) A sociedade do engenho caracterizou-se pela divisão simbolizada na “casa-grande e senzala”, constituída pela família do senhor de engenho que exercia total autoridade, alguns poucos trabalhadores livres e os escravos negros. Complementarmente, a feição da sociedade era pautada pelo patriarcalismo, por uma ordem aristocrática e maior rigidez social. Na sociedade do couro, os vaqueiros desfrutavam de relativa mobilidade social por receberem pagamentos em crias, experimentando um maior grau de flexibilização na organização social.
- 06. A

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. B
- 02. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Brasil Colônia: Invasões Estrangeiras

Durante o erguimento do Império Português no além-mar, muitos países europeus reagiram às excessivas aquisições territoriais dos povos ibéricos em vários continentes. O Tratado de Tordesilhas (1494) não era considerado válido por nações como Inglaterra, França e Holanda, que se dispuseram, por meio de ações bélicas e diplomáticas, a ferir seus fundamentos e a tentar povoar as terras americanas, asiáticas e africanas controladas por Portugal e Espanha. Assim, a América Portuguesa, desde as primeiras décadas do século XVI, enfrentou a constante ameaça estrangeira. Destacam-se, nesse sentido, as invasões francesas e as holandesas na região.

INVASÕES FRANCESAS

França Antártica

Nos últimos anos do século XV e no início do século XVI, as incursões francesas na costa do Brasil eram intensas. A contestação ao Tratado de Tordesilhas vinha acompanhada de um sólido comércio de pau-brasil, praticado por meio do escambo com os indígenas, que se relacionavam muito bem com os franceses. Na medida em que essa presença estrangeira se mostrava incômoda, o Império Português se dispôs a promover a ocupação territorial, utilizando, para isso, o sistema de capitânicas hereditárias. Apesar do empenho luso de impedir a entrada de outros povos na região, os franceses acabaram por fundar uma comunidade na região da Baía de Guanabara por volta do ano de 1555. Era a chamada **França Antártica**.

A fundação dessa colônia se associou aos conflitos religiosos ocorridos na França no início do século XVI. Apesar de ser um reino profundamente católico, a França assistia a um considerável avanço da religião protestante. A atuação dos seguidores do calvinismo, conhecidos na França por huguenotes, atingia todos os grupos sociais, chegando inclusive a influenciar alguns setores da estrutura governamental do país. Esse cenário ficava ainda mais complexo na medida em que o protestantismo representava uma ameaça ao princípio do direito divino dos reis, já que este se orientava pelos fundamentos do catolicismo, demarcando, inclusive, a aliança entre a monarquia francesa e a Igreja Católica.

O auge desses atritos na França ocorreu em 24 de agosto de 1572, na famosa Noite de São Bartolomeu, quando três mil protestantes foram massacrados após uma fracassada tentativa de pacificação entre as duas religiões por meio do casamento entre a princesa católica Margot de Valois e o príncipe protestante Henrique de Navarra.

Um dos reflexos desses atritos religiosos foi a opção de um grupo de calvinistas em migrar para as áreas americanas com o objetivo de professar a fé protestante e fugir dos conflitos religiosos que se intensificavam na França. O grupo estava sob a liderança do almirante Coligny, contando com o apoio do capitão Nicolas Durand de Villegagnon. A opção pela América Portuguesa se fundamentou no contato dos franceses com a região devido ao comércio do pau-brasil. Soma-se a isso a falta de vigilância da Coroa lusitana em suas colônias, diferentemente dos espanhóis, que temiam ataques estrangeiros nas regiões de exploração da prata.



Mapa da França Antártica. [18-]. [Autor desconhecido]

Chegando em 1555 ao território da atual cidade do Rio de Janeiro, os franceses se fixaram em uma das ilhas da Baía de Guanabara. Lá empreenderam um intenso comércio de trocas com os índios tupinambás, que forneciam madeiras, alimentos e índios inimigos, que eram comercializados como escravos. Em troca, os nativos recebiam, por exemplo, anzóis, panelas, machados e tecidos.

O protestantismo norteava as estruturas sociais e religiosas dos franceses, sendo Villegagnon profundamente radical em seus posicionamentos perante os companheiros. Durante mais de dez anos, aproximadamente 500 franceses moraram na região.

O fracasso da França Antártica se explica por fatores internos e externos. O radicalismo religioso de alguns membros da sociedade acabou por enfraquecer a ordem vigente, levando alguns franceses a serem expulsos para a área continental. Somavam-se a esse fato os ataques empreendidos pelas tropas portuguesas lideradas por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral Mem de Sá, que foram determinantes para o fim da colônia francesa em 1567. Estácio de Sá aproveitou o sucesso militar e fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, iniciando a longa história portuguesa na região.

França Equinocial

No início do século XVII, período no qual Portugal esteve sob o domínio espanhol, os franceses tentaram novamente ocupar o Brasil. Diferentemente da primeira oportunidade, essa nova colônia contou com o efetivo apoio do governo francês, então sob o controle da regente Maria de Médicis. A nova ocupação se iniciou em 1612 na região do Maranhão. O objetivo era fundar uma vila que garantisse a criação de uma estrutura para a invasão do vice-reino do Peru, principal região fornecedora dos metais preciosos da Espanha na América. O esforço francês ficou a cargo de Daniel de La Touche, que fundou a cidade de São Luís, em homenagem ao importante monarca francês do século XVI. A nova empreitada, no entanto, teve curta duração, já que a reação luso-espanhola acabou por expulsar os franceses da região em 1615, três anos depois do início da ocupação.

INVASÕES HOLANDEAS Hegemonia espanhola

O século XVI foi marcado pela hegemonia espanhola nas relações internacionais. A força econômica do Império Hispano-Americano, fornecedor de prata e inúmeras riquezas, era acompanhada de um considerável aparato militar, tendo à frente a “Invencível Armada”, e de sólidas relações diplomáticas, a começar pelo papado, simpático à defesa da religião católica exercida pelo Império Castelhana. A influência em várias regiões europeias, ainda no século XVI, também contribuiu para a força da Espanha, que controlava os Países Baixos e dominava o reino português por meio da União Ibérica.

A apropriação do reino lusitano pela Coroa espanhola ocorreu em meio a uma crise sucessória em Portugal. Em 1578, o jovem monarca D. Sebastião desapareceu no norte da África em meio a uma batalha religiosa contra os árabes islâmicos que povoavam a região. A ausência de um herdeiro fez com que o reino fosse controlado pelo então tio de Sebastião, o cardeal D. Henrique. A idade avançada de D. Henrique e a ausência de um herdeiro fizeram da nova situação um problema para Portugal. A apropriação do reino luso pela Espanha era o maior temor da sociedade portuguesa, já que os esforços expansionistas de Filipe II ascendiam em consonância com o fortalecimento espanhol. Mesmo com toda a pressão para transferir o controle do reino para um novo sucessor, D. Henrique manteve-se no trono e, com sua morte, as pretensões espanholas se confirmaram. Segundo a tradição, assim cantaram os portugueses nas ruas após a morte do rei: “Que viva Dom Henrique no inferno muitos anos por deixar Portugal nas mãos dos castelhanos”.

Imperialismo ibérico na época da união dos reinos (1580-1640)



A posse do reino de Portugal pela Espanha, chamada de **União Ibérica** (1580-1640), veio acompanhada de uma prerrogativa legal: a manutenção da integridade territorial do reino português por meio do **Juramento de Tomar**. Assim, não ocorreu uma união verdadeira entre os dois países, mas uma apropriação do trono português por Filipe II, que passou a ser conhecido como Filipe I no reino que conquistara. Na prática, porém, o Juramento de Tomar teve validade restrita, já que o controle de todas as áreas era realizado pela Corte castelhana.

Esse controle do reino português pela Espanha acabou por consolidar um mito que ficou conhecido como sebastianismo, ou seja, a esperança da sociedade portuguesa no retorno do jovem monarca que desaparecera no norte da África. Durante a União Ibérica, o sebastianismo foi estimulado por dezenas de jovens que, interessados em uma fácil projeção política, juraram ser o monarca Sebastião. O mito, alimentado durante décadas, perdurou na história portuguesa e acabou sendo estendido a vários recantos do reino no além-mar. Até os dias de hoje, comunidades cantam a esperançosa vinda de D. Sebastião como solução para aplacar a opressão e o sofrimento, como no caso de algumas comunidades no interior do Maranhão.

Atritos com a Holanda

Paralelamente ao processo da União Ibérica, os holandeses iniciaram seus esforços para promover a sua independência em relação ao reino espanhol. O obsessivo esforço de Filipe II em impor o culto católico à região, marcada pela tolerância religiosa e por uma considerável presença de protestantes e judeus, contribuiu para a declaração da independência dos Países Baixos em 1581. Era o início de décadas de conflitos que apenas seriam encerrados nos acordos do final da Guerra dos Trinta Anos em 1648, quando a Espanha reconheceria definitivamente a separação da região. Nesse longo caminho, muitos foram os conflitos bélicos e diplomáticos envolvendo a Espanha e a região da Holanda. Entre as graves questões, inclui-se a influência holandesa no comércio colonial.

Marcados por desenvolverem um mercantilismo pouco produtivo, os holandeses se empenhavam no comércio de produtos oriundos de várias regiões do globo, que, ao serem comercializados, garantiam a riqueza da região. Com a independência holandesa decretada no final do século XVI, os espanhóis iniciaram um claro boicote às práticas holandesas, prejudicando substancialmente a economia dos Países Baixos. A solução para essa situação foi a fundação de companhias comerciais que iriam empreender esforços para tomar as áreas até então controladas pela Espanha. Como exemplo, em 1602, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Orientais, responsável pela invasão das áreas asiáticas e africanas controladas pelos castelhanos.

O sucesso da empreitada estimulou a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, que seria responsável pela invasão do Nordeste brasileiro, área também controlada pela Espanha em virtude da União Ibérica. O boicote espanhol, imposto aos holandeses, à comercialização do açúcar produzido na América Portuguesa já havia provocado muitos prejuízos aos holandeses desde o início da União Ibérica. Caberia à Companhia das Índias Ocidentais, portanto, organizar a ocupação do Brasil para retomar o lucrativo comércio do açúcar e recuperar investimentos anteriormente realizados na região.

Invasões holandesas



Foram duas as tentativas de ocupação do Brasil Colonial por parte dos holandeses. A primeira foi em 1624, quando estes tentaram ocupar a capital Salvador com 26 navios e aproximadamente três mil homens chefiados pelo comandante Jacob Willekens. Apesar dos esforços empreendidos pelos flamengos, a expedição não conseguiu sucesso, sendo os holandeses rechaçados no ano seguinte, após sucessivas batalhas. Mesmo com o fracasso, os flamengos continuaram atacando possessões espanholas na América por cinco anos, chegando a saquear importantes navios carregados de prata oriunda das regiões coloniais.

A Companhia das Índias Ocidentais foi considerada a primeira empresa de capital aberto, utilizando a venda de ações para os interessados em patrocinar a invasão das áreas de domínio espanhol. Segundo alguns registros, foram encontradas ações da Companhia até no reino português. Com todos esses recursos e riquezas provenientes dos saques, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco em 1630. A opção pela região se justifica pelo rico comércio de açúcar, com destaque para as cidades de Olinda e Recife. Apesar dos grandes esforços empreendidos pelas forças de resistência, os holandeses conseguiram assumir o controle do território. A pacificação da região só se consolidou plenamente em 1635, contando, para isso, com o auxílio de líderes locais, como o mulato Calabar, que se dispuseram a apoiar o projeto dominador holandês no Nordeste açucareiro.

Calabar ficou marcado na História como o grande traidor. Não foi o único a mudar de lado, mas seu desempenho foi fundamental para a vitória holandesa. No entanto, por que teria se aliado aos holandeses? O historiador Capistrano de Abreu ainda pergunta: “Talvez, a ambição ou esperança de fazer mais rápida carreira, ou desânimo, a convicção da vitória certa e fácil do invasor?”

Mas Calabar era mesmo um traidor? Para os portugueses, ele era um mulato contrabandista.

Para compreender sua mudança de lado, motivações ideológicas, econômicas, religiosas, de reconhecimento e patrióticas têm sido levantadas. Sabe-se que Calabar se posicionava contra a escravidão, e os holandeses prometiam liberdade aos índios e negros que lutassem ao seu lado.

Fixados na porção mais rica da colônia portuguesa, caberia aos holandeses fortalecer as atividades produtivas com o intuito de cumprir o objetivo da ocupação da região. Para essa função, foi nomeado o conde Maurício de Nassau, que passou a administrar a área de domínio holandês a partir de 1637.



MIERVELD, Michel de. *Maurício de Nassau*. 1637. Museu do Estado de Pernambuco.

O controle político exercido por Nassau na região se notabilizou pela profunda harmonia com os produtores açucareiros e a relativa tolerância empreendida na administração da região. Por meio de empréstimos aos senhores de engenho, a atividade canavieira foi retomada. O abastecimento da região com os escravos negros foi garantido, já que as praças africanas também haviam sido invadidas pelos holandeses. O seu governo ficou marcado também pela construção de teatros, zoológico, observatório astronômico e obras de embelezamento arquitetônico que transformaram Recife em uma das principais cidades da América Portuguesa.

A chegada de pintores como Frans Post e Albert Eckhout permitiu a criação de extraordinárias imagens que possibilitaram uma melhor compreensão do universo açucareiro do século XVII.

Além das obras de arte, os registros científicos feitos por naturalistas como Georg Marcgraf também contribuíram para a difusão de forma mais clara e realista da fauna e da flora do Novo Mundo, conferindo um olhar mais próximo da realidade colonial. Maurício de Nassau também estabeleceu a liberdade de culto, favorecendo a vinda de judeus e protestantes para a área colonial. A restrição religiosa só recaiu sobre os jesuítas, defensores ferrenhos da Igreja Católica e incompatíveis com o clima de tolerância proposto pelo governo de Nassau. No âmbito político, foram criadas as Câmaras dos Escabinos, órgão municipal que contava com a participação dos grandes senhores de engenho. Tantas foram as transformações na cidade de Recife, que ela chegou a ser denominada Mauritzstadt, ou seja, cidade de Maurícia, em homenagem ao realizador das reformas.



ECKHOUT, Albert. *Mameluca*. 1641. Óleo sobre tela, 271 x 170 cm. Museu Nacional de Copenhague, Dinamarca.

As obras de Albert Eckhout fazem parte do grande desenvolvimento artístico do Brasil holandês.

Restauração portuguesa

Enquanto Nassau buscava exercer seu governo pessoal no nordeste açucareiro, importantes transformações ocorriam na Europa. Em 1640, a União Ibérica chegava ao fim, através da restauração do trono português com a ascensão da dinastia de Bragança. A resistência espanhola em aceitar a separação exigiu que o reino luso promovesse acordos diplomáticos para confirmar a ascensão da nova dinastia. O apoio holandês não foi difícil de ser obtido, porém, o preço a ser pago foi a assinatura da trégua dos 10 anos, que permitiu o controle da região nordestina pelos flamengos. Esse novo cenário garantiu uma exploração do território sem os gastos excessivos empreendidos por Nassau, que foi afastado do controle da região em 1644.

Apesar de anos mais harmoniosos favorecidos pelo governante holandês, a resistência ao domínio dos flamengos nunca desapareceu. Após o afastamento de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais optou por resgatar os empréstimos concedidos e aumentar o controle das regiões invadidas, o que desencadeou diversos focos de resistência por parte dos nordestinos. A **Insurreição Pernambucana** (1645-1654) foi o principal movimento, conseguindo, depois de muitos conflitos, expulsar os holandeses da rica região açucareira.

O sucesso dos insurretos nordestinos também foi garantido por dois episódios internacionais. O primeiro seria a fragilidade dos holandeses, em virtude da intensa guerra empreendida contra os ingleses por discordarem dos Atos de Navegação de 1651, decretados pelo ditador Oliver Cromwell. Os Atos definiam que qualquer mercadoria que entrasse na Inglaterra ou dela saísse deveria ser transportada por navios ingleses ou de seu país de origem. Essa situação prejudicava substancialmente os holandeses, já que eles dependiam do comércio, em especial, marítimo. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o sucesso da Insurreição Pernambucana ocorreu por meio do apoio português que, rompendo com a trégua dos 10 anos assinada com os flamengos, enviou navios de guerra ao território colonial. Além de intencionar retomar o controle das regiões gerenciadas pelos holandeses, o novo governo português temia que a luta dos pernambucanos pudesse culminar em um processo emancipatório. A vitória final dos luso-brasileiros ocorreu na chamada batalha de Campina do Taborda.



MEIRELLES, Victor. *A Batalha dos Guararapes*. Entre 1875 e 1879. Óleo sobre tela, 500 x 925 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Uma das mais importantes batalhas na derrota holandesa no Brasil para as forças luso-portuguesas.

O sucesso da Insurreição Pernambucana estimulou a criação de um sentimento de resistência à opressão que se manifestou em outras circunstâncias na região nordestina, tanto no Período Colonial quanto no Imperial. Além disso, o quadro de crise econômica ficou evidenciado, já que os longos anos de guerra comprometeram a produção açucareira, que também passou a enfrentar, a partir da segunda metade do século XVII, a concorrência com regiões francesas, espanholas, britânicas e, especialmente, holandesas no Caribe.

O BRILHO E O FAUSTO DO BRASIL NASSAUVIANO

Maurício de Nassau foi um homem, um governante, um humanista-renascentista acima do que a interessada Companhia das Índias e o selvagem Brasil do século XVII mereciam? Uns elevam-no a culminâncias; outros preferem apontar seus conluíus, ganhos extras em negócios pouco esclarecidos. Rocha Pombo considerou-o “um desses grandes espíritos que raro assomam na História”. Capistrano de Abreu descreveu-o “fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas e nem sempre do gosto mais delicado... está provado o seu conluio em contrabandos...”. Hélio Vianna completa: “Não foi, como o demonstram seus atos, o extraordinário administrador que se quer apresentar. Não se sustenta a tese de que tentou instalar Câmara de Escabinos, equivalente à de Vereadores usual em Portugal, nem foi liberal em matéria religiosa quanto proclamam admiradores”. Salienta Hélio Vianna que Nassau expulsou franciscanos, beneditinos, carmelitas para inviabilizar o culto católico e insinua que, se beneficiou a pregação calvinista, o fez por ter como amante a filha do pastor. Poderia fazê-lo, e à larga, porém sem tornar a relação uma prática confessional.

Algumas verdades lhe são favoráveis. Trouxe, no séquito, 46 cientistas, artistas, artífices, eruditos, o que levou alguns admiradores a imaginar que entre as suas intenções figurava a de instalar no Recife uma universidade aberta. Chamou ao Brasil de “belo país que não tem igual sob o céu.”

O que os “artistas e cientistas” de Nassau fizeram, integrou-se no melhor da cultura brasileira e a respeito do Brasil. O conde teve o sentido e o bom senso de, por exemplo, chamar às simples fileiras de mercenários aqueles dotados de alguma atividade intelectual. Caso de Zacharias Wagener, aventureiro alemão, que deixou centenas de litogravuras e aquarelas sobre a fauna. Tornado escrevente de Nassau, teve liberdade para pintar e pintou largamente, influenciando, inclusive, a obra do grande Albert Eckhout. Este, ao lado de Frans Post, deu com seus pincéis maior brilho aos sete anos de Nassau do que os coronéis dos regimentos. E houve os naturalistas Georg Marcgraf e Willem Piso, autores da *Historia Naturalis Brasiliae*. Marcgraf montou em sua residência aquele que terá sido o primeiro observatório astronômico do continente, provavelmente em 1637. Também atuaram Johann Benning, catedrático de ética e física de Leiden, o botânico Elias Heckman; o médico Servaes Carpentier.

DONATO, Hernâni. *Brasil – 5 séculos*. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes. 2000. [Fragmento]

EXERCÍCIOS DE APRENDIZAGEM



- 01.** (PUC-SP-2015) A invasão e a ocupação holandesas no Nordeste do Brasil, ocorridas durante o período da União Ibérica (1580-1640),
- derivaram dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha, que fragilizaram o controle português sobre a colônia.
 - foram resultado das disputas entre Holanda e Inglaterra pelo controle da navegação comercial atlântica.
 - derivaram dos interesses holandeses na produção e comercialização do açúcar de cana.
 - foram resultado do expansionismo naval espanhol, que desrespeitou os limites definidos no Tratado de Tordesilhas.
 - derivaram da corrida colonial, entre as principais potências europeias, na busca de fontes de matérias-primas e carvão.
- 02.** (FPS-PE-2015) Analisando a presença dos holandeses no Brasil colonial, podemos afirmar que
- os interesses econômicos relacionados com a produção do açúcar prevaleceram, na ocupação da Bahia, durante um longo período.
 - a cultura holandesa redefiniu valores religiosos, provocando uma crise no poder do catolicismo.
 - os comportamentos dos soldados holandeses marcaram a sociedade da época, reformulando as táticas de guerra importantes.
 - a sociedade não foi atingida pelas concepções culturais holandesas, sendo apenas politicamente mais bem administrada.
 - a presença holandesa repercutiu com a adoção de novos hábitos e a tentativa de dominar a produção econômica.
- 03.** (ESPM-SP)

Quando o domínio espanhol sobre Portugal chegou ao fim, no ano de 1640, o processo de decadência das duas antigas potências ibéricas se acelerou.

Para se recuperar da crise decorrente do domínio espanhol, a coroa portuguesa fortaleceu a política mercantilista. Em julho de 1642, Portugal criava o Conselho Ultramarino.

PEDRO, Antonio. *História do Brasil*.

Quanto ao Conselho Ultramarino e sua relação com o Brasil, é correto afirmar que

- afrouxou o controle econômico português sobre o Brasil.
- afrouxou o controle político português sobre o Brasil.
- contribuiu para uma descentralização administrativa que proporcionava maior autonomia aos donatários.
- determinou a criação do cargo de governador-geral com o intuito de centralizar a administração.
- promoveu um arrocho metropolitano sobre a colônia incrementando um maior controle econômico e político.

- 04.** (FGV-SP) A administração de Maurício de Nassau sobre parte do Nordeste do Brasil, no século XVII, caracterizou-se
- por uma forte intolerância religiosa, representada, principalmente, por meio do confisco das propriedades dos judeus e dos católicos.
 - pela proteção às pequenas e médias propriedades rurais, o que contribuiu para o aumento da produção de açúcar e tabaco em Pernambuco.
 - por uma ocupação territorial limitada a Pernambuco, em função da proteção militar efetuada por Portugal nas suas colônias africanas.
 - por inúmeras vantagens econômicas aos colonos e pela ausência de tolerância religiosa, representada pela imposição do calvinismo.
 - pela atenção aos proprietários luso-brasileiros, que foram beneficiados com créditos para a recuperação dos engenhos e a compra de escravos.

- 05.** (UFPE) (RCAD) A presença holandesa no Brasil Colonial é tema que se destaca nos estudos historiográficos. Sobre o governo de Nassau (1637-1644) e sua época, sempre surgem comentários e debates; porém, podemos afirmar que
- a recuperação da autonomia política de Portugal, nesse período, deu mais condições para esse país desenvolver relações com os holandeses no Brasil.
 - Nassau não teve qualquer conflito com os nativos; apenas se desentendeu com o comando europeu da Companhia das Índias.
 - a atuação de Nassau em nada modificou as relações dos holandeses com os senhores de engenho, fracassando, porém, na expansão militar e na exportação de açúcar.
 - sua administração se restringiu a fazer benefícios à parte central do Recife, onde habitava com a sua família e onde construiu as obras mais importantes.
 - não houve na sua administração nenhuma preocupação com as conquistas militares; seus interesses se voltavam sobretudo para a arte renascentista.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (FGV-SP) Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa.
- Desta maneira, o historiador português João Lúcio de Azevedo dimensionou a importância do sebastianismo para a cultura e para a história de seu país. Acerca desse fenômeno, é correto afirmar:
- Trata-se de uma tendência literária vinculada à poesia barroca, que influenciou fortemente a cultura lusitana desde o início do século XVI.
 - Trata-se de uma corrente da ilustração portuguesa desenvolvida no século XVIII e ligada a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.
 - Trata-se de uma vertente do pensamento liberal português contemporâneo baseada nas obras do matemático José Sebastião e Silva.

- D) Trata-se de uma heresia protestante desenvolvida em Portugal, no século XVII, e muito difundida nas possessões coloniais, baseada no culto a São Sebastião.
- E) Trata-se de uma crença messiânico-milenarista vinculada ao desaparecimento do rei Dom Sebastião no norte da África, em 1578.

02. (FGV-SP) A presença da Companhia das Índias Ocidentais no nordeste da América Portuguesa, especialmente durante a administração de Maurício de Nassau (1637-1644), caracterizou-se pelo

- A) oferecimento de privilégios aos pernambucanos que se convertessem ao judaísmo, como a isenção tributária e a possibilidade de obter empréstimos bancários.
- B) incentivo à utilização do trabalho livre, considerado pelos holandeses mais produtivo, em detrimento do trabalho compulsório dos africanos.
- C) favorecimento à participação dos proprietários luso-brasileiros nas instâncias de poder no Brasil holandês, como na Câmara dos Escabinos.
- D) confisco das propriedades dos cristãos-novos pernambucanos que lutaram contra a presença holandesa, assim como de todos os bens da Igreja Católica.
- E) processo de reorganização das atividades econômicas em Pernambuco, sobretudo com a troca da produção de algodão pela de manufatura.

03. (Unesp) O artista holandês Albert Eckhout (c.1610-c.1666) esteve no Brasil entre 1637 e 1644, na comitiva de Maurício de Nassau. A tela foi pintada nesse período e pode ser considerada exemplar da forma como muitos viajantes europeus representaram os índios que aqui viviam.



ECKHOUT, Albert. *Índia Tarairiu (tapuia)*. 1641.

Identifique e analise dois elementos da imagem que expressem esse “olhar europeu” sobre o Brasil.

04. (FAMECA-SP) Na escolha do Brasil como alvo do ataque emprezado pela WIC pesou uma variedade de motivos. A América portuguesa constituiria o elo frágil do sistema imperial castelhano, em vista da sua condição de possessão lusitana, o que conferia à sua defesa uma posição subalterna na escala de prioridades militares do governo de Madri. Contava-se também com a obtenção de lucros fabulosos a serem proporcionados [...].

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Brasil holandês*. 2010.

Esse ataque da companhia holandesa WIC pode ser interpretado como

- A) uma demonstração da importância da América portuguesa, graças ao pau-brasil e ao café, mercadorias valiosas ao comércio holandês.
- B) uma expressão da disputa, entre as potências europeias, pelas minas de ouro, prata e diamantes da América portuguesa.
- C) um resultado da fragilidade da defesa na América portuguesa, devido ao maior interesse no comércio de produtos orientais.
- D) uma consequência direta do domínio britânico sobre Portugal e suas possessões coloniais, que os tornou inimigos da Holanda.
- E) um esforço holandês para manter e ampliar os lucros no comércio internacional de açúcar, no período de união das coroas ibéricas.

05. (UFG-GO) No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império colonial português. Explique uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

06. (UFT-TO) “Eu gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão em que ele divide o mundo entre portugueses e espanhóis.”

Essa frase, atribuída ao rei francês Francisco I, mostra a determinação dos outros reinos europeus em participar na colonização das regiões atlânticas como a América e a África. Foi o caso da Holanda, que separada da Espanha em 1579, lançou-se ao mar. Sobre a relação entre Holanda e Portugal, durante o chamado Período Colonial, é correto afirmar que:

- A) A primeira expedição holandesa à América Portuguesa conquistou Salvador, então capital da Colônia, em 1624. Os holandeses permaneceram na cidade até 1654, quando foram expulsos por uma expedição portuguesa organizada em Luanda e apoiada por indígenas e quilombolas locais.
- B) Como parte da tentativa de se apropriar das colônias portuguesas, os holandeses invadiram Olinda e Recife em 1630 e Luanda em 1641, conquistando o principal porto fornecedor de escravos e duas importantes zonas produtoras de açúcar.
- C) Como parte da estratégia holandesa, a Companhia das Índias Ocidentais, depois de conquistar Recife e Olinda, também conquistou a cidade de Luanda em 1641. Seu objetivo era vender o açúcar americano no aquecido mercado africano.
- D) O português Domingos Fernandes, o Calabar, o herói de Guararapes, liderou a Insurreição Pernambucana que, depois de muitos combates, expulsou os holandeses em 1654, pondo fim ao projeto holandês de produzir açúcar nas Américas.
- E) Os holandeses, por meio das ações de Maurício de Nassau, abandonaram Luanda em 1641 e se lançaram à conquista do Grão-Pará e Maranhão em 1644, que funcionou a partir de então como importante ponto de produção de açúcar para o mercado europeu.

07. (UFRJ) [...] Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens que o acompanharam fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e toda a espécie de dificuldades.

Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.

LÉRY, Jean. *De viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961. p. 51.

[...] Por esse tempo, agitava-se importante controvérsia entre os dirigentes da Companhia (Cia. Das Índias Ocidentais), a qual se travou principalmente entre as câmaras da Holanda e da Zelândia. Versava sobre se seria proveitoso à Companhia franquear o Brasil ao comércio privado, ou se devia competir a ela tudo o que se referisse ao comércio e às necessidades dos habitantes daquela região. Cada um dos dois partidos sustentava o seu parecer. Os propugnadores do monopólio escudavam-se com o exemplo da Cia. Oriental, usando o argumento de que se esperaríamos maiores lucros, se apenas a Cia. comerciasse, porque, com o tráfico livre, dispersar-se-ia o ganho entre muitos, barateando as mercadorias pela concorrência.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1974. p. 90.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e início do XVIII, várias potências europeias invadiram a América Portuguesa. Houve breves invasões e atos de pirataria ao longo do litoral no início do século XVI. Posteriormente, outras invasões iriam adquirir características diferenciadas. As formas de invasão e ocupação, assim como estratégias e interesses econômicos seriam diversos.

- A) Aponte duas razões para a invasão e o estabelecimento colonial de franceses (a França Antártica) no litoral do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567.
- B) Identifique o principal interesse da Cia. das Índias Ocidentais na invasão de Pernambuco, em 1634.

08. (FADI-2015) A segunda metade do século XVII em Portugal parecia promissora. Afinal, em 1640 tinha-se dado a Restauração (o fim da União Ibérica, com a autonomia de Portugal perante a Coroa espanhola). Oito anos depois, Angola seria recuperada aos holandeses e, em 1654, o mesmo aconteceria com o Nordeste brasileiro. O Atlântico sul português, e com ele Lisboa, podia agora respirar mais livremente. Logo, entretanto, viriam os pesadelos.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila. *A economia colonial brasileira*.

Um desses “pesadelos” foi

- A) a invasão francesa ao Rio de Janeiro, centro político-administrativo da colônia, a fim de formar um império no Novo Mundo.
- B) a queda do preço do açúcar, resultado da concorrência das Antilhas, após a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro.
- C) o esgotamento das minas de ouro, devido à exploração desenfreada pelos ingleses, que detinham as técnicas de extração do metal.
- D) o monopólio espanhol sobre o tráfico negreiro, após a conquista das áreas fornecedoras até então sob domínio dos holandeses.
- E) o aumento da dívida externa, a fim de custear a guerra de Restauração e a instalação do sistema de capitanias na colônia.

09. (EsPCEX-SP) Durante o Período Colonial, o Brasil sofreu diversas invasões estrangeiras. Nessas invasões,

- A) a francesa, na Baía da Guanabara, resultou na criação de uma colônia, a França Antártica, formada principalmente por católicos interessados no cultivo da cana-de-açúcar e no trabalho de conversão dos índios.
- B) a holandesa foi motivada pelo embargo espanhol que, por representar uma ameaça à sua economia, levou o país a decidir-se pela invasão do Brasil, inicialmente pela região do Rio Grande do Norte, onde encontrou forte resistência.
- C) a holandesa, em Pernambuco, foi favorecida pelo constante reforço vindo da Holanda, o auxílio de cristãos-novos residentes na região e por estarem seus soldados mais bem armados e mais experientes.
- D) a resistência luso-brasileira à invasão pernambucana foi organizada em grupos de guerrilha e contou com a liderança de Domingos Fernandes Calabar, morto lutando contra os holandeses.
- E) embora a resistência luso-brasileira em Pernambuco contasse com a vantagem do fator surpresa e melhor conhecimento do terreno, os holandeses acabaram por conquistar o Nordeste, onde se estenderam desde o Maranhão até a Bahia.

10. (FASM-SP) Examine a foto que mostra arquitetura com características da cultura holandesa em Recife, Pernambuco, em 2004.



Projeto Araribá: História. 2007.

Tal legado na arquitetura de Recife pode ser explicado

- A) pelo acordo firmado entre Portugal e Holanda, no século XVI, que concedia às companhias mercantis holandesas o monopólio do comércio do açúcar produzido no Nordeste brasileiro desde o início da colonização.
- B) pelo intercâmbio técnico e comercial, estabelecido no século XVII, entre colonos holandeses das Antilhas e senhores de engenho do Nordeste brasileiro, a fim de aumentar a produtividade da economia açucareira.
- C) pela atuação de judeus holandeses, descendentes de portugueses, que fugiram das perseguições religiosas e estabeleceram-se no Nordeste brasileiro, onde começaram a financiar a instalação dos engenhos.
- D) pela invasão e domínio holandês do Nordeste brasileiro, em meados do século XVII, em represália à proibição imposta pela Espanha de os holandeses participarem dos negócios com o açúcar, durante a União Ibérica.
- E) pela influência dos padrões da Antiguidade Clássica, retomados no Renascimento Cultural, que se difundiram nos países da Europa e, posteriormente, nas novas áreas coloniais, como o Nordeste brasileiro e as Antilhas.

11. (UEMG) Leia o trecho a seguir:

Aprende-se a liberdade
 Combatendo em Guararapes
 Entre flechas e tacapes
 Facas, fuzis e canhões
 Brasileiros irmanados
 Sem senhores, sem senzala
 E a Senhora dos Prazeres
 Transformando pedra em bala
 Bom Nassau já foi embora
 Fez-se a revolução
 E a festa da Pitomba é a reconstituição.
 Jangadas ao mar

Pra buscar lagosta
 Pra levar pra festa
 Em Jaboatão
 Vamos preparar
 Lindos mamulengos

Esse é um trecho do samba-enredo "Onde o Brasil aprendeu a liberdade", da escola de samba Unidos de Vila Isabel, de 1972, que foi escrito por Martinho da Vila, Rodolpho e Graúna. O samba-enredo faz referência à luta contra a presença holandesa, no período colonial brasileiro.

Considerando o contexto da dominação holandesa na América Portuguesa, pode-se afirmar corretamente que

- A) os holandeses invadiram a colônia portuguesa, porque Portugal proibiu que a Companhia das Índias Ocidentais holandesas continuasse a comprar o açúcar produzido no Brasil para ser revendido na Espanha.
- B) o início da ocupação holandesa na América Portuguesa se deu pela Bahia, sede do governo colonial e principal produtora de açúcar no século XVII, e se estendeu até a Capitania do Maranhão.
- C) durante o governo de Maurício de Nassau, a insatisfação dos nordestinos atingiu seu cume, pois, nessa época, os holandeses começaram a cobrar os empréstimos anteriormente feitos aos senhores de engenho e puniam com severidade aqueles que não os pagassem.
- D) os holandeses estabeleceram a tolerância religiosa nas regiões conquistadas no Brasil, possibilitando a convivência pacífica entre pessoas que professavam religiões diferentes e tornando-se um porto seguro contra as perseguições religiosas que aconteciam na Europa.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2018) A rebelião luso-brasileira em Pernambuco começou a ser urdida em 1644 e explodiu em 13 de junho de 1645, dia de Santo Antônio. Uma das primeiras medidas de João Fernandes foi decretar nulas as dívidas que os rebeldes tinham com os holandeses. Houve grande adesão da "nobreza da terra", entusiasmada com esta proclamação heroica.

VAINFAS, R. Guerra declarada e paz fingida na restauração portuguesa. *Tempo*, n. 27, 2009.

O desencadeamento dessa revolta na América Portuguesa seiscentista foi o resultado do(a)

- A) fraqueza bélica dos protestantes batavos.
- B) comércio transatlântico da África ocidental.
- C) auxílio financeiro dos negociantes flamengos.
- D) diplomacia internacional dos Estados Ibéricos.
- E) interesse econômico dos senhores de engenho.

- 02.** (Enem) Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.

ALENCASTRO, L. E Com quantos escravos se constrói um país? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, dez. 2008 (Adaptação).

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são

- A) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.
- B) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.
- C) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.
- D) as zonas manufatureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para Europa.
- E) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas produtoras de escravos.
- 03.** (Enem) Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto a seguir, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses) o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas [...].

Neste texto, Jean de Léry

- A) despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.
- B) revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de "selvagens".
- C) reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.
- D) valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.
- E) valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Aprendizagem

Acertei _____ Errei _____

01. C
02. E
03. E
04. E
05. A

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. C
03. A opção por uma nudez velada, indicativo de certo pudor europeu.
Sugestão da antropofagia indígena, representada pela presença de membros humanos espalhados pela tela.
04. E
05. Pode-se citar uma entre as mudanças a seguir:
- A expansão das fronteiras e o rompimento das linhas definidas pelo Tratado de Tordesilhas.
 - A transferência da rivalidade e dos conflitos entre Espanha e Holanda para as relações político-econômicas entre Portugal e Holanda, culminando na invasão holandesa do Nordeste brasileiro.
06. B
- 07.
- A) Entre as razões para as invasões francesas e a tentativa de estabelecer uma colonização no Rio de Janeiro, em meados do século XVI, destacam-se a disputa pelo comércio colonial – basicamente o tráfico do pau-brasil – e o controle sobre áreas de produção de gêneros tropicais. A ideia de um estabelecimento colonial – nos moldes da França Antártica – também se vinculava à perspectiva da criação de um espaço geográfico, político e social de refúgio para huguenotes e outros perseguidos religiosos.
- B) As invasões holandesas no Brasil do século XVII estavam inseridas nas disputas relativas ao controle sobre o comércio do açúcar. Existiam interesses comerciais diversos em jogo (investimentos nas montagens dos engenhos, controle quanto ao transporte do açúcar, tráfico negreiro, etc.), articulando a Companhia das Índias Ocidentais, lutas e guerras na Europa e a ocupação de áreas coloniais sob o controle de Portugal.
08. B
09. C
10. D
11. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. E
03. D



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %